FILANTROPIA

#85

CAPTAÇÃO DE RECURSOS
RECURSOS NÃO TRADICIONAIS PARA FUNDOS PATRIMONIAIS DE OSCs

ENGAJAMENTO
COMO MANTER UM CONTATO HUMANIZADO COM NOSSOS DOADORES EM TEMPOS DE TECNOLOGIA?

TERCEIRIZAÇÃO E TERCEIRO SETOR

REVISTA FILANTROPIA OUVIU DIFERENTES ESPECIALISTAS SOBRE TEMA QUE DIVIDE OPINIÕES: TERCEIRIZAÇÃO DA GESTÃO DE EQUIPAMENTOS PÚBLICOS PARA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS E INICIATIVA PRIVADA

ENTREVISTA • Ex-nadadora Joanna Maranhão fala sobre superação e inventivo para atuar no Terceiro Setor

Tem sempre aquele curso bacana.
Mas, ou é longe ou não te sobra tempo?

Nós te ouvimos e criamos as vídeo-aulas
com exclusividade para os Integrantes da **Rede Filantropia***

VÍDEO-AULAS FILANTROPIA

Aulas direto ao ponto, divididas em módulos de **curta duração**.
Assista quando e onde quiser a diversos temas do Terceiro Setor.

*Exclusividade dos Integrantes Prata, Ouro e Platina

É possível privatizar a Assistência Social no Brasil?

THAÍS IANNARELLI
Diretora executiva da Rede Filantropia

MARCIO ZEPPELINI
Presidente da Rede Filantropia

O Terceiro Setor ganha cada vez mais notoriedade e maturidade no Brasil. De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), atualmente, há 820 mil organizações da sociedade civil, também conhecidas como ONGs, no País. São inúmeros profissionais que tem por objetivo praticar a filantropia estratégica. Ou seja, fazer o bem, mas muito bem feito. Partindo desse cenário, eu questiono: é possível privatizar a assistência social, a saúde e a educação no Brasil? Essa é uma pergunta polêmica e, sim, pode gerar resistência inclusive de quem atua com assistência social.

Eu convido, portanto, a uma reflexão e análise de *cases* nacionais e internacionais sobre mudar essa perspectiva de atuação. Você já ouviu falar de *performance bond*? Nele, a iniciativa privada é provocada a participar de um certame para explorar uma atividade eminentemente pública, inclusive de interesse social. O vencedor recebe verba do Estado, porém, uma "seguradora" deve garantir o cumprimento da obrigação, eliminando o risco do Estado e oportunizando negócios para as partes que incentivam indiretamente as iniciativas estatais, sem ele ter que se preocupar com o controle do emprego do recurso público.

Vamos exemplificar a situação. Pense em uma cidade que a maior parte da população vive em estado de extrema pobreza. A União abriria um edital e convocaria empresas privadas para participar. O que vai diferenciar de um edital tradicional é que com a contratação de *performance bond*, a "seguradora" bancará o ônus, caso não atendidos os anseios do edital, que colocará métricas para mensurar o resultado. Nesse caso, organizações filantrópicas, empresas, bancos e até pessoas físicas providas de garantia poderão participar desse processo. Esse modelo de gestão, aliás, afastaria qualquer tipo de conchavo político para beneficiar interesses partidários. O propósito em resolver o problema da população, pela primeira vez na história do Brasil, ficaria em destaque.

Isso já existe no Brasil... mas com outros nomes e roupagens. Diversas instituições filantrópicas atuando por meio das Parcerias Público Privadas (PPPs) ou por meio de convênios com organizações que possuem o título de OS - Organização Social (Lei 9.637/98). Por aqui, um caso de sucesso, por exemplo, é o Hospital da Criança de Brasília José Alencar (www.hcb.org.br), que foi construído pela Sociedade Civil, entregue ao Estado como patrimônio público, mas, desde sua inauguração, é gerido por uma Organização Social. Nesse caso, é o governo quem regulamenta, financia e fiscaliza, mas toda a operação é gerida pela OS conveniada. Assim sendo, a organização é responsável desde a seleção e contratação de Recursos Humanos até a compra de suprimentos, além da manutenção predial, *marketing* e todas as outras atividades operacionais. Ou seja, toda a gestão do equipamento é terceirizado para uma organização sem fins lucrativos.

Se esse formato é tão eficiente, por que o governo brasileiro não olha com mais atenção para esses modelos de negócios? O Estado não reúne braços para identificar a necessidade social de cada microrregião, o que facilita, infelizmente, a evasão do recurso público e estimula a corrupção.

Talvez "privatizar" não seja a palavra mais adequada para "vender" esse projeto, mas é, com certeza, a maneira de abrir os olhos para as soluções que o nosso País precisa. A mim, não importa o nome. Importante mesmo é que os Governos Federal, Estaduais e Municipais parem de fazer politicagem com causas sociais e entendam que, sim, é possível fazer menos com mais. A iniciativa privada é, senão a única, uma enérgica saída para quebra de todos os males que assolam o Brasil. Nós, profissionais do Terceiro Setor, estamos prontos para essa transformação. E que venha a mudança!

FIFE 2020

FLORIPA

O maior evento
sobre gestão do Terceiro Setor!

Saiba mais em:
fife.org.br

+ de **100** atividades!
60 palestrantes!

17 a 20 de Abril
Florianópolis

Realização

FILANTROPIA

Patrocínio Ouro

AUDISA
AUDITORIA | CONSULTORIA

Patrocínio Prata

LIMA&REIS
SOCIEDADE DE ADVOGADOS
ESPECIALIZADO EM TERCEIRO SETOR

Parceria Estratégica

ESCOLA DE TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

CRIANDO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

curtaaideia
VÍDEOS QUE MOBILIZAM

SocialProfit

Patrocínio Bronze

INSTITUTO Bancorbrás

Apoio Institucional

DOAR

ECONÔMICO

M.BIASIOLI
ADVOGADOS

Apoio Local

FLORIPA CONVENTION & VISITORS BUREAU

EXPEDIENTE

REVISTA
FILANTROPIA
ISSN 1677-1362

Idealizadores:

ECONÔMICA
Desenvolvimento Empresarial

ZEPPELINI
PUBLISHERS

MONELLO
CONTADORES
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

Editor geral
Marcio Zeppelini (MTB 43.722/SP)

Editora-chefe
Thaís Iannarelli (MTB 46.415/SP)

Coordenação
Valeuska de Vassimon

Redação
Luciano Guimarães
Paula Craveiro

Edição
Daniel Gallo

Imagens ilustrativas
shutterstock.com/ingimage.com

Conselho editorial deliberativo
Marcelo Monello
Marcio Zeppelini
Marcos Biasioli
Mauro Zeppelini
Ricardo Monello

NESTA EDIÇÃO...

Ponto de Vista 8

A educação como instrumento de assistência social no contexto constitucional 12

Como você anda encarando seus medos? 13

Existe Cultura de Doação no Brasil? 26

Recursos não tradicionais para fundos patrimoniais de OSCs 28

Se eu fosse rico 32

Profissionalização da gestão de projetos sociais 34

Redes e movimentos de voluntariado no Brasil: tendências e desafios 37

Diversidade e voluntariado empresarial 40

Filantropia familiar ganha força no Brasil 46

Atualização e aprimoramento profissional 48

Contabilidade em organizações religiosas: é possível viver sem? 59

Geração de renda – a vez da "moda ética" 80

Nepotismo e Terceiro Setor 81

NOTAS

Radar Social 20

Cursos Filantropia 24

Painel de Controle 75

Filantropia Responde - Jurídico 79

52

Terceirização de serviços do Primeiro para o Terceiro Setor: prós e contras

43

Engajamento humanizado: Como nos conectamos de forma humanizada com nossos doadores em tempos de tecnologia?

Ex-nadadora **Joanna Maranhão** relata história de superação e criação de seu projeto social, Infância Livre

14

63

Crianças e o crescimento da **consciência ambiental**

66

Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica 2019 reuniu participantes de todo o Brasil e abordou os principais temas da gestão

FILANTROPIA

www.filantropia.ong

PRESIDENTE
Marcio Zeppelini

DIRETORA EXECUTIVA
Thaís Iannarelli

DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO
Ricardo Baboo

PARCERIAS
Amanda Manarim

EVENTOS
Rogério Costa

AUDIOVISUAL
Fabiano Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO

Ana Carolina Carrenho
Ader Assis
Dulcineia Reginato
Francisco
Fabiana Dias
Flávia Lang
Guilherme Reis
José Avando
Leila Navarro
Lirio Cipriani
Marcelo Monello
Marco Iarussi
Marcos Biasioli
Maria Iannarelli
Octavio Florisbal
Rosana Pereira
Warley Dias
Wellington Nogueira

CONSELHO DIRETOR

Ana Carolina Zanoti
Daniel Gallo
Danilo Tiisel
Felipe Mello
Marcelo Estraviz
Marli Burato
Michel Freller
Ricardo Monello
Roberto Ravagnani
Rogério Martir
Rogério Paganatto
Thaís Medina

INCENTIVADORES

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

APOIO INSTITUCIONAL

Agregar valor na Gestão das Entidades do Terceiro Setor é o nosso compromisso há mais de 50 anos.

- Contabilidade por projetos
- Prestação de Contas
- Administração de RH especializada em Departamento Pessoal
- Gestão de voluntários e terceirizados
- Controle da regularidade fiscal, certidões e retenções fiscais
- Sistema Integrado de Gestão - ERP

seteco
ASSESSORIA CONTÁBIL
www.seteco.com.br
(11) 3500-3500

asplan
Soluções Inteligentes
www.asplan.com.br
(11) 3500-5300

FOTO: PIXELS AT THE PARKS

PROTEGER ANIMAIS, EDUCAR PESSOAS

POR ALICIA KLEIN

Diretor executivo do Fundo de Conservação do SeaWorld & Busch Gardens fala sobre os desafios da preservação ambiental no Brasil e no mundo

Educação e meio ambiente. Dois tópicos tão atuais e necessários, que muita gente já nem aguenta ouvir falar neles. Mas não saiam daí porque o assunto é nobre e envolve tatus gigantes.

Em sua recente vinda ao Brasil, Robert Yordi falou com a Revista Filantropia sobre o trabalho do Fundo de Conservação do SeaWorld & Busch Gardens, organização sem fins lucrativos da qual é diretor executivo. Criado em 2003, o fundo tem como principal objetivo financiar instituições focadas na preservação da vida animal, e já doou mais de 17 milhões de dólares a cerca de 800 organizações no mundo inteiro.

São quatro os focos de atuação: resgate e reabilitação de animais, educação ambiental, proteção de habitats e pesquisas de espécies. O SeaWorld Parks & Entertainment fornece toda a parte administrativa e custeia a operação do fundo, permitindo que cada centavo da arrecadação seja repassado diretamente às iniciativas apoiadas.

"Nosso maior desafio é a educação ambiental. Fico espantado quando converso com as pessoas aqui e ouço que a maioria dos brasileiros não conhece o que tem, não sabe muito sobre a Amazônia, não visitou vários lugares. É importante que as pessoas conheçam o próprio país", comentou Rob, como prefere ser chamado ("Senhor Yordi é meu pai").

Com mais de 30 anos de experiência em zoologia, o americano ainda se impressiona com o Brasil. "Brasileiros são apaixonados pelo trabalho com o meio ambiente, a vida selvagem. Sabem que a montanha a ser escalada é enorme, mas não é intransponível. As pessoas que temos aqui são incríveis e estão pesquisando espécies sobre as quais sabemos tão pouco, resgatando animais no litoral, cuidando de resíduos, micropartículas de plástico", comentou.

Além de conhecer melhor os projetos financiados pelo Fundo e novos parceiros potenciais, Rob esteve aqui para o lançamento do programa "Curtir & Preservar", que visa arrecadar recursos diretamente relacionados à venda de produtos extras dos parques temáticos SeaWorld Parks & Entertainment no mercado nacional. Ele selecionou três organizações que agora poderão dar sequência a seus projetos: GREMAR (Guarujá, SP), IPRAM (Cariacica, ES) e AMPA (Manaus, AM).

1 - O biólogo e conservacionista, Richard Rasmussen, com o presidente da Ampa, Ricardo Romero, e Rob Yordi em visita a Manaus (AM)
2 - Observação de pássaro reabilitado no Ipram em Cariacica (ES)

No programa, para cada compra de produtos opcionais ao ingresso, como planos de refeição, corta-filas e tours, 2 dólares são doados e destinados integralmente a projetos brasileiros que apoiam a preservação de espécies na vida selvagem.

Rob ressaltou a importância de plataformas como essa para a disseminação da mensagem do grupo. "Eu gostaria de falar com todas as pessoas do mundo sobre preservação, mas sei que é fisicamente impossível", admitiu. "É por isso que precisamos de porta-vozes dispostos a falar sobre nosso trabalho, como esses *stakeholders*, que vão apresentar aos seus clientes a oportunidade de contribuir diretamente para a preservação. É uma maneira de levar ao conhecimento das pessoas viajando aos Estados Unidos que elas estão apoiando projetos no seu próprio país. É uma mensagem incrível."

PROCESSO SELETIVO

A Revista Filantropia quis saber mais sobre o processo de seleção dos projetos e como as ONGs podem aumentar suas chances de ser escolhidas. Primeiro, é importante ficar de olho nos prazos: duas chamadas anuais, uma em março e outra em julho ou agosto.

Um grupo de 75 funcionários dos parques SeaWorld, Busch Gardens e Discovery Cove analisa as inscrições, e os melhores passam à avaliação de um núcleo duro formado pelo próprio Rob, o presidente e quatro outros que leem todas as inscrições – foram 335 na última leva.Trata-se de um esforço hercúleo, em que as notas são depois compiladas e analisadas de acordo com os valores requisitados e o orçamento de cada projeto.

Em média, são distribuídos 1,2 milhão de dólares por ano para iniciativas do mundo inteiro

Em média, são distribuídos 1,2 milhão de dólares por ano para iniciativas do mundo inteiro. Uma vez escolhidos os mais importantes, que terão mais impacto, comparado com o investimento pedido e seu orçamento total, as informações seguem ao conselho para aprovação.

RESPOSTAS DIVERTIDAS

Além de se encaixar nos quatro grupos de foco da organização, e especialmente nos subgrupos listados no site sob "Conservation Priorities" (Prioridades de Conservação), Rob tem mais uma dica. "Uma das principais mensagens aos interessados é: leiam a ficha de inscrição com cuidado. É difícil para pesquisadores, mas mais fácil para boa parte do pessoal de campo: deem respostas envolventes. Não respondam como se fosse uma prova acadêmica; sejam divertidos", aconselha. "Se tenho de ler 335 inscrições, lembrarei daquelas divertidas, com uma ótima mensagem, que buscam envolver não só os animais, mas também a população local e outros que possam influenciar a proteção daquele animal, do meio ambiente ou com o tipo certo de educação."

Na primeira foto, Rob Yordi e Richard Rasmussen com Ricardo Romero e Vera da Silva, da Ampa, em Manaus (AM). Na segunda, o americano com o time do Ipram de Cariacica (ES). Na terceira, com time da Gremar no Guarujá (SP)

Criatividade e proatividade também são elementos-chave na hora de buscar financiamento e impressionar a banca. "A última pergunta na ficha de inscrição pede aos candidatos para falar sobre o projeto e como engajariam nossos parceiros. Eu diria que 70% não são criativos nela, dando uma resposta chapa branca e passiva. Queremos saber o que *você* faria, queremos a mensagem certa para conectar com nossas centenas de milhares de seguidores, atrair ainda mais atenção aos projetos, parques, levando a mais doações e, portanto, a mais dinheiro para os projetos. É bastante cíclico. E isso tem faltado."

Essa ciclicidade explica a importância da comunicação para o sucesso do fundo e sua atuação. Basicamente, sem dinheiro não há projetos, e sem a mensagem certa desses projetos, não há dinheiro. Além de programas como o "Curtir & Preservar", doações para o Fundo podem ser feitas pelo site (swbg-conservationfund.org), pela compra de produtos selecionados nas lojas dos parques ou adquirindo uma visita de bastidores no SeaWorld Orlando. Empresas também podem tornar-se parceiras. Daí o outro conceito-chave dessa operação: engajamento.

"Queremos ver o máximo de dados sobre o dinamismo do projeto; se é algo em que veremos progresso ou alguém estudando a mesma espécie pelos últimos 20 anos e estaremos apenas estendendo esse estudo", explica o executivo. "Precisa ser realmente empolgante, algo que possamos passar aos times de marketing e relações públicas para comunicar aos nossos visitantes. São eles que nos ajudam a conseguir o dinheiro para esses projetos, então queremos engajá-los no processo."

MÃO NA MASSA

São muitas as histórias de sucesso do Fundo de Conservação do SeaWorld & Busch Gardens, diversas no Brasil. Entre elas, estão o programa de pesquisa dos golfinhos do Baixo Rio Negro (Amazon River Dolphin Conservation Foundation), implantação de corredores ecológicos no Pontal do Paranapanema (Weforest), implantação de local para reabilitação de peixe-boi (Instituto Mamirauá), preservação dos tatus gigantes — olha eles aí! — da região central (Royal Zoological Society of Scotland) e projeto com os pinguins de Magalhães perdidos na costa norte do Brasil (Instituto Mamíferos Aquáticos). Além da preservação, todos têm pelo menos mais uma coisa em comum: a mão na massa.

Como conta Rob Yordi, "preferimos ajudar parceiros com projetos que estejam na linha de frente fazendo a diferença. Ajudar a pagar salários num projeto de 300 mil dólares não é o nosso negócio. Queremos ajudar quem está fazendo algo concreto, financiando grupos de resgate e reabilitação que estejam de fato protegendo certa quantidade de exemplares de cada espécie, por exemplo".

Ele cita o Programa de Preservação dos Tatus Gigantes do Pantanal. "Não se sabia nada ou muito pouco sobre o tatu gigante antes desse projeto. Tatus são uma espécie em que focamos,

Rob Yordi participa de soltura de tartaruga em Cariacica (ES) com equipe do Ipram

Quanto mais entrarmos nas escolas falando sobre preservação, o mundo natural e o Brasil, mais o país melhorará

então isso se liga diretamente ao nosso apoio ao trabalho de campo de aprendizado. Nosso objetivo é encontrar projetos assim, não aqueles removidos em vários níveis de alguém realmente executando."

O Fundo também não financia projetos de indivíduos, como doutorados e mestrados, mas somente parcerias via ONGs, universidades e organizações governamentais.

A companhia, que mantém um dos maiores conjuntos de animais do mundo e tem liderado diversos avanços no cuidado de espécies em zoológicos, resgata e reabilita animais terrestres e marinhos que são encontrados doentes, feridos, órfãos ou abandonados, com o objetivo de devolvê-los à vida selvagem.

A equipe de resgate do SeaWorld já ajudou mais de 34 mil animais em risco nos últimos 50 anos. Nesse período, a empresa construiu um diversificado portfólio com 12 parques temáticos e milhares de visitantes anualmente. A expertise construída nessa trajetória permite ao Fundo oferecer muito mais do que dinheiro aos projetos agraciados. "Nada do que fazemos é proprietário, exclusivo. Queremos dividir tudo que aprendemos", destaca Rob.

Dinheiro, afinal, não é tudo. "Também temos enormes departamentos de educação em todos os nossos parques e visamos colocá-los em contato com as ONGs menores, oferecendo orientações técnicas, veterinárias, médicas, sobre manejo dos animais e reabilitação de resgate até educação ambiental. Todas essas peças são elementos intangíveis. Há uma outra peça que acho importantíssima, que é a possibilidade de visitar os projetos, estar no campo, falar com as pessoas, ver como estão indo, o trabalho que apoiamos. Isso nos permite customizar o que precisamos para seguir em frente e é, em si, um investimento nos projetos."

Para ilustrar o caso específico do Brasil, o executivo usa dados que soam quase surreais — mas que foram checados por esta reportagem. Os números mais recentes apontam que recebemos 6,5 milhões de turistas estrangeiros anualmente, em terras tupiniquins. Em Orlando, na Flórida, onde ficam os principais parques do grupo SeaWorld, são 72 milhões de visitantes, entre domésticos e internacionais.

"O Brasil tem muito a oferecer. Encontrar maneiras de encorajar o turismo aqui seria interessante para que as pessoas entendessem a importância do país, de seus recursos naturais, e também levar a educação ambiental correta às escolas, encorajar os estudantes a conhecer os animais brasileiros, o meio ambiente, como pode ser importante para o orgulho nacional", imagina Rob.

"Esta geração que está vindo aí é a que realmente impactará o que criarmos. Quanto mais entrarmos nas escolas falando sobre preservação, o mundo natural e o Brasil, mais o país melhorará."

A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE **ASSISTÊNCIA SOCIAL** NO CONTEXTO CONSTITUCIONAL

SERGIO ROBERTO MONELLO

Mais uma vez volto a escrever sobre educação e assistência social no contexto constitucional.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 8.742/93, a assistência social é um dos direitos do cidadão e dever do Estado, Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada por meio de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

A assistência social se constitui em política pública e da sociedade, que envida esforços integrados para que a pessoa, por meio de sua inserção social, possa vir a exercer plenamente sua liberdade e cidadania.

E, para atingir esses objetivos, o Estado e a sociedade utilizam de recursos humanos, materiais, econômicos e financeiros com planos e projetos organizados e devidamente estruturados.

O objetivo preferencial da assistência social é sempre quem está em situação de vulnerabilidade, ou seja, as pessoas hipossuficientes, sem deixar de prestar atendimento a ninguém (art. 203 da Constituição Federal).

Os mínimos sociais, tais como a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade, à infância e a assistência aos desamparados se ajustam às pessoas da sociedade que deles necessitam.

É fundamental que sejam oferecidas para todas as pessoas informações quanto a assistência à educação, à saúde e às políticas públicas implementadas pelas autoridades governamentais e entidades privadas.

Entendo também que é essencial o ensino religioso nas escolas, tanto na escola pública como na escola privada, como expressão da liberdade individual das pessoas e coadjuvante dos pais, na formação humana de seus filhos, no exercício pleno e reto da cidadania, em especial nos dias de hoje.

O ensino integrado entre a família e escola estará, na prática, despertando no coração dos educandos a necessidade da solidariedade humana, da justiça social e da criação efetiva de uma comunidade mais justa, fraterna e humana.

A educação deve ser um instrumento de libertação das pessoas das injustiças, da ignorância, das diferenças sociais, enfim, ser instrumento de redenção permanente da sociedade.

Sergio Roberto Monello é advogado, contabilista e professor titular da Advocacia Sergio Monello. É sócio do Escritório Contábil Dom Bosco – Monello Contadores e membro da Academia Paulista de Contabilidade.

Como você anda encarando seus medos?

Um camundongo vivia angustiado com medo do gato. Um mágico teve pena dele e o transformou em gato. Mas aí ele ficou com medo de cão, e, por isso, o mágico o transformou em pantera. Então ele começou a temer os caçadores.

A essa altura, o mágico desistiu. Transformou-o em camundongo novamente e disse:

MARCIO ZEPPELINI

- Nada que eu faça por você vai ajudá-lo, porque você tem apenas a coragem de um camundongo. É preciso coragem para romper com o projeto que nos é imposto. Caminhar para frente e enfrentar as adversidades, vencendo os medos... É isto que devemos fazer. Não podemos nos derrotar, nos entregar por causa dos medos.

ROMPA OS MUROS QUE O CERCAM

Uma criança é sonhadora. Pensa em ser médico, veterinário, piloto de avião, astronauta! O sonho dela ainda não está contaminado com os medos dos adultos. Os "muros" ainda não foram construídos.

Quando cresce um pouco, passa a ver o mundo conforme o universo dela o constrói: sua família, seus professores, amigos e vizinhos passam a mostrar um mundo bem mais difícil. O pior: a maior parte das crianças acredita que o universo delas tem aqueles limites que lhe são apresentados - às vezes, por mentalidade de escassez, às vezes por inveja, às vezes por pura ignorância.

É necessário ter coragem e pensar grande. Sonhar e lutar para ser maior e melhor que os seus pais, que os seus vizinhos. Não se tornar medíocre - ou seja, não ser a média daquelas pessoas que vivem próximos de você.

Coragem não significa ausência do medo, mas sim a capacidade de avançar, apesar do medo.

Seja maior que o universo em que você foi criado.

Coragem não significa ausência do medo, mas sim a capacidade de avançar, apesar do medo.

Marcio Zeppelini é presidente da Rede Filantropia, produtor editorial, jornalista e empreendedor. É editor da Revista Filantropia e diretor executivo da Zeppelini Editorial. Idealizou a Diálogo Social, a Diálogo Digital e a Rádio Tom Social. É palestrante motivacional e de temas relacionados à Comunicação, Desenvolvimento Pessoal, Terceiro Setor e Criatividade.

DE VÍTIMA A ATIVISTA

Pouco mais de 11 anos após denunciar os abusos sexuais cometidos contra ela pelo seu então treinador, ex-nadadora pernambucana Joanna Maranhão, fundadora da Infância Livre, atua para mostrar a urgência de se prevenir e combater a pedofilia no Brasil

POR LUCIANO GUIMARÃES

FOTO: FLAVIO FLORIDO/EXEMPLUS/COB

Embora nos últimos dois anos o surgimento de movimentos como o "MeToo", nos Estados Unidos, e o "Mexeu com Uma, Mexeu com Todas", no Brasil, tenha exposto homens – inclusive famosos e acima de qualquer suspeita – que cometeram abusos sexuais e estupros, sabe-se que muitos delitos do gênero não chegam ao conhecimento das autoridades.

O país tem uma matemática perversa. Em 2017, por exemplo, registrou, em média, 164 casos de estupro por dia. Somente em 2018, mais de 4,5 mil mulheres foram violentadas no estado do Rio de Janeiro. Paralelamente, devem-se considerar também os milhares de casos envolvendo o abuso e o aliciamento de crianças e adolescentes nas estradas e em paradas de caminhão, além do mundialmente reconhecido turismo sexual brasileiro.

Especialistas estimam que apenas 10% dos crimes de estupro sejam notificados, pois a maioria das vítimas prefere ficar calada, ou por vergonha, ou por intimidação do agressor – geralmente alguém da família ou conhecido próximo.

Um dos mais notórios casos de abuso já relatados, o que envolveu a ex-nadadora Joanna Maranhão – aposentada das piscinas em meados de 2018 –, chamou a atenção de todos porque descortinou a existência desse grave problema dentro do esporte de alto rendimento (masculino e feminino), conforme se revelou, nos anos seguintes, em modalidades como futebol e ginástica olímpica.

Em fevereiro de 2008, aos 20 anos, a ganhadora de três medalhas nos Jogos Panamericanos de Toronto, em 2015, relatou ter sido vítima de abuso pela primeira vez aos nove anos de idade, crime cometido por seu então técnico. Infelizmente, o delito já havia prescrito, não havendo inquérito. Mas a repercussão foi tamanha que, em 18 de maio de 2012, foi publicada a Lei nº 12.650/2012, conhecida como Lei Joanna Maranhão.

O trauma foi tão grande que, mesmo acompanhada dos 15 aos 30 anos por um psiquiatra e ter tomado medicamentos durante esse período, a ex-atleta tentou o suicídio duas vezes – a primeira, em 2006, e a segunda, em 2013.

Decidida a ser muito mais do que parte das estatísticas, Joanna virou ativista contra a pedofilia, fundando em 2014 a Infância Livre, ONG que visa combater esse crime por meio do suporte às vítimas, do diálogo e da educação sexual para prevenir novos casos.

Casada há quase três com o judoca Luciano Corrêa, a ex-nadadora de 32 anos estava no sexto mês de gravidez quando concedeu a entrevista a seguir, no início de maio.

Revista Filantropia: Como são desenvolvidas as ações da ONG Infância Livre?

Joanna Maranhão: A ideia da ONG surgiu em 2014. Somos um grupo que inicialmente queria ser uma rede de acolhimento de apoio a crianças de baixa renda que tivessem feito denúncias. Mas vimos que o número de denúncias era muito

FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Joanna aos 9 anos de idade, época em que já sofria abuso

baixo, por conta de todo o silenciamento existente, dessa cultura de não se ouvir a vítima. A maioria dos casos acontece dentro da própria família. Às vezes, outro membro da família tem conhecimento, mas como o abusador é também o provedor, então acaba-se não fazendo a denúncia. Assim, percebemos que tínhamos de mudar o nosso foco, passando a atuar com educação sexual.

A nossa ONG hoje não tem uma sede física, mas atua pelo Brasil inteiro realizando palestras em escolas públicas e particulares, em empresas e até na rede hoteleira e em feiras literárias. Vamos aonde as pessoas queiram ouvir sobre esse assunto e entender como isso acontece e como podem ajudar.

Não temos números de quantas pessoas acolhemos até hoje, porque faço isso o tempo inteiro, inclusive nas redes sociais, onde recebo mensagens e até dou meu número de telefone para conversar diretamente com a pessoa, porque às vezes ela já está pensando em suicídio, precisando de apoio. Já fiz mais de 50 palestras, algumas das quais com até 400 pessoas, outras com cerca de 50. O importante não são os números dos atendimentos, mas formar multiplicadores que espalhem essa mensagem.

RF: Que resultados práticos você tem obtido com esse trabalho? Que tipo de apoio sua ONG recebe?

Joanna: Não contamos com qualquer apoio. Há empresas que nos convidam para dar palestras em eventos. Mesmo se for

para falar sobre natação, sempre aproveito e apresento o nosso trabalho. Acho muito legal quando essas empresas entendem a importância de se conversar sobre assédio, abuso e exploração sexual, e me chamam para estar presente. Essa atitude é mais pura e fiel em relação à essência desse trabalho, mais do que usar uma lei de incentivo ou fazer qualquer tipo de captação.

Hoje, nem conta bancária temos, porque neste cenário tão polarizado do país, as pessoas se tornaram arredias em relação às ONGs, criminalizando todo tipo de trabalho social. Para fazer esse trabalho existe um custo, e as empresas pagam para ter a minha presença. Por outro lado, há pessoas que não podem arcar com essa despesa, e mesmo assim eu aceito convites, porque é importante que essa mensagem seja difundida.

RF: Como você analisa as atuais políticas públicas para combater e punir o abuso sexual de crianças e adolescentes?

Joanna: Existe um movimento, ainda que muito inicial, dentro da Câmara dos Deputados e do Senado, relacionado à pauta dedicada às mulheres. Mas o assunto é amplo, inclusive porque também atinge os meninos. Neste momento, precisamos convergir ideias, evitando debater esse tema dentro de um cenário polarizado, pois mesmo sendo uma pauta ligada a direitos humanos, ela acaba tomando "porrada" de um dos lados dessa polarização.

Daqui a três ou quatro anos espero que as discussões e as ações em torno desse tema ocorram de forma mais intensa, porque hoje precisamos levar em consideração que o Brasil é um país em crise econômica, e sabemos que existem outras pautas consideradas mais prioritárias no Congresso Nacional. Entretanto, aprovar leis e fazer manifestações não são as únicas formas de se fazer política. Existem outras maneiras, e a nossa ONG atua dentro do cenário da micropolítica, partindo de pequenos espaços para amplificar a nossa voz, falando o quanto essa educação sexual é importante.

RF: A lei que leva o seu nome (Lei nº 12.650/2012) completou sete anos em vigor em 18 de maio. De lá para cá, o que mudou nas políticas públicas de combate aos crimes sexuais?

Joanna: Tenho visto com bons olhos o modo como atualmente a sociedade tem percebido melhor essa pauta relacionada às mulheres e crianças. A lei que leva o meu nome foi apenas o primeiro passo. Depois dela veio a Lei da Escuta Protetiva [*Lei nº 13.431/2017*], que é superimportante, por causa do acolhimento à vítima menor de idade, porque ela determina quando e para quem ela vai prestar a denúncia, a fim de que fale uma única vez para impedir o processo de revitimização e evitar a implantação de falsas memórias nessa criança.

A lei está em vigor, e precisamos pressionar os municípios para que atendam às suas determinações, pois as ações geram custos, visto que é necessário o trabalho de uma equipe capacitada. Essa capacitação não é simples, não é barata, e é de extrema importância.

Estamos caminhando, talvez não na velocidade que eu gostaria, mas uma mudança de cultura, conforme sabemos, não ocorre do dia para noite. A nossa mensagem tem sido bem recebida. As pessoas estão começando a atentar para isso, e temos feito um trabalho com ações "não violentas", o que é muito bonito, porque é difícil tratar de um tema tão pesado, de algo criminoso, e encontrar uma maneira "não violenta" de combatê-lo, fato que muito me orgulha.

RF: Não te parece que, às vezes, há certa condescendência por parte de agentes públicos na hora de investigar e punir esse tipo de crime, a exemplo do que ocorre no mau atendimento a vítimas de estupro feito na maioria das delegacias do país?

Joanna: Eu não sei se condescendência seria a palavra apropriada, mas definitivamente não existem pessoas capacitadas suficientes dentro da nossa Justiça para fazer esse acolhimento à vítima, seja de estupro ou de abuso sexual. Entender essa carência é importante para se propor um diálogo com essas pessoas. Elas, às vezes, querem fazer o trabalho, mas não sabem como, porque não foram preparadas para isso.

Eu, por exemplo, sou formada em educação física, e hoje tenho plena consciência da importância de ter tido, na graduação, enquanto estava me formando para ser uma treinadora, uma disciplina, ou até mesmo uma palestra, sobre esse tema. Por exemplo: em uma aula para criança, que cuidados devem ser tomados ao se tocar o aluno; quais as partes do corpo, que para se ensinar um determinado movimento, precisam ter toque. Eu não tive isso. Não quer dizer que o curso de educação física seja ineficaz, mas nos diz que existe uma lacuna a ser preenchida para ele melhorar. No caso da Justiça e de seus agentes, vale a mesma premissa. Isso não quer dizer que elas são incapazes de realizar esse trabalho, mas existe o aspecto cultural de culpabilização da vítima. Quando trato desses assuntos, tento ser o mais pedagógica possível.

RF: Embora a contagem de tempo para a prescrição do crime, a partir da lei, só começar na data em que a vítima faz 18 anos – caso o Ministério Público não tenha antes aberto ação penal contra o agressor –, ela pode ser analisada como um avanço? Entretanto, a não prescrição do crime não seria o ideal para esses delitos, que deixam marcas para sempre na vítima?

Joanna: Sim, e eu repito isso o tempo inteiro. A lei que leva o meu nome tem a sua importância, mas ela é apenas um passo. A gente não pode colocar um limite de tempo. O dobro do tempo para prescrição é alguma coisa, mas a gente tem de lutar para que esse crime nunca prescreva. Afinal, o tempo que cada vítima leva para verbalizar esse problema é muito relativo. Exige um tempo de maturação e de coragem para seguir adiante. Eu sempre cito o caso da atriz Jane Fonda, que só aos 70 anos

FOTO: LATINCONTENT/GETTY IMAGES

Madalhista no Pan de Toronto, em 2015, onde ganhou dois bronzes e uma prata

revelou ter sido vítima de estupro. Então, é muito importante que a Justiça esteja sempre aberta a ouvir a vítima, independentemente do tempo de cometimento do delito.

RF: Casos de assédio no meio esportivo envolvendo principalmente crianças e adolescentes, no Brasil, são mais comuns do que se supõe? A ascendência de técnicos e auxiliares sobre os atletas desencoraja as denúncias?

Joanna: Acontece dentro do esporte porque é onde se estabelece uma relação de poder, assim como ocorre dentro da família, quando o pai, o padrasto, o avô ou o tio é o abusador, ou dentro da igreja, quando é o padre ou o pastor. Onde há relação de poder é que esses abusos acontecem, como no esporte de alto rendimento, principalmente porque "o técnico manda e o atleta obedece". Algumas vezes essa relação se desconstrói de alguma maneira, e quando se trata de um técnico abusador, ele se aproveita desse poder para abusar do menor e causar o silenciamento da vítima.

RF: Você acha eficientes ferramentas como o Disque 100 (que recebe, analisa e encaminha denúncias de violações de direitos humanos) e o Ligue 180 (Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência)?

Joanna: São ferramentas eficientes, visto que as campanhas realizadas para alertar a sociedade costumam aumentar substancialmente o número de casos denunciados. Infelizmente, a Justiça não tem "perna" para conseguir atender toda essa demanda. É isso que a gente precisa entender. Toda política pública precisa ter um começo, um meio e uma continuidade. Ela não pode ter fim.

Às vezes, outro membro da família tem conhecimento, mas como o abusador é também o provedor, então acaba-se não fazendo a denúncia. Assim, percebemos que tínhamos de mudar o nosso foco, passando a atuar com educação sexual

O Disque 100 é uma campanha extremamente importante, mas ela é um caminho. Temos de continuar buscando por mais, sempre questionando como será o atendimento à vítima, por exemplo, o que será feito para dar suporte à vítima que denunciou? Como será o acolhimento? Como essa denúncia vai ser recebida? Quem vai ouvir a vítima? Depois de dar o depoimento, essa vítima vai ter algum acompanhamento psicológico e terapêutico? Essas ações são muito importantes porque dão continuidade ao atendimento. Estimular a denúncia é importante, mas a solução não se restringe a isso.

LINK: joannamaranhao.com.br

CURSO DE ATUALIZAÇÃO

NOÇÕES BÁSICAS EM CAPTAÇÃO DE RECURSOS NO TERCEIRO SETOR

ALBERT EINSTEIN
INSTITUTO ISRAELITA DE ENSINO E PESQUISA
CENTRO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE ABRAM SZAJMAN

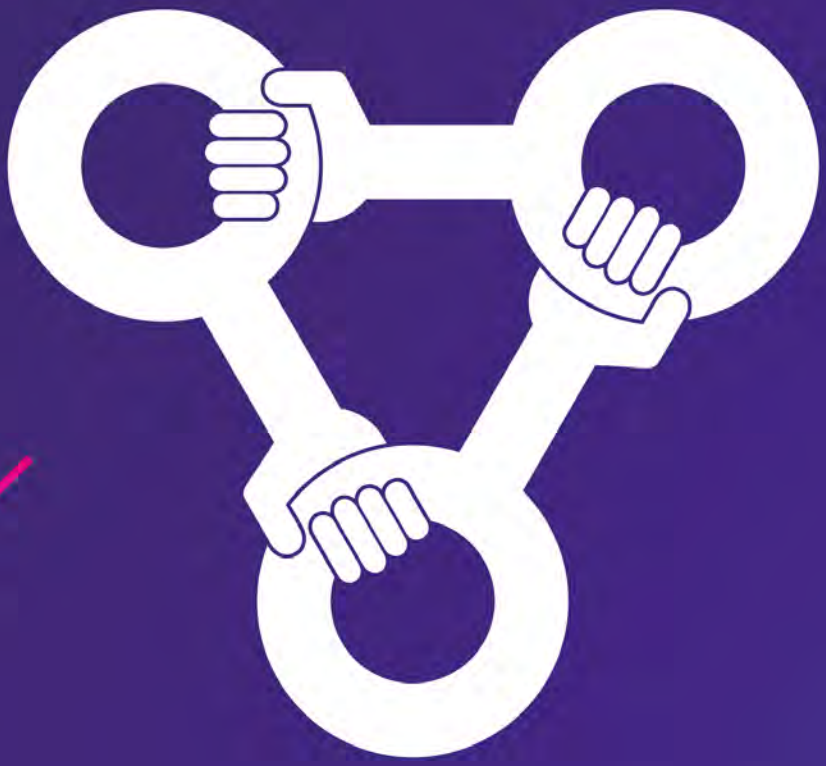
RIO DE JANEIRO

Inscreva-se até 12/10

SÃO PAULO

Unidade Morumbi

Inscreva-se até 08/09



CONHEÇA MAIS SOBRE O CURSO

www.einstein.br/ensino/atualizacao

TELEFONES: (11) 2151 6519 | (11) 2151 8215

CURSOSDEATUALIZACAO@EINSTEIN.BR

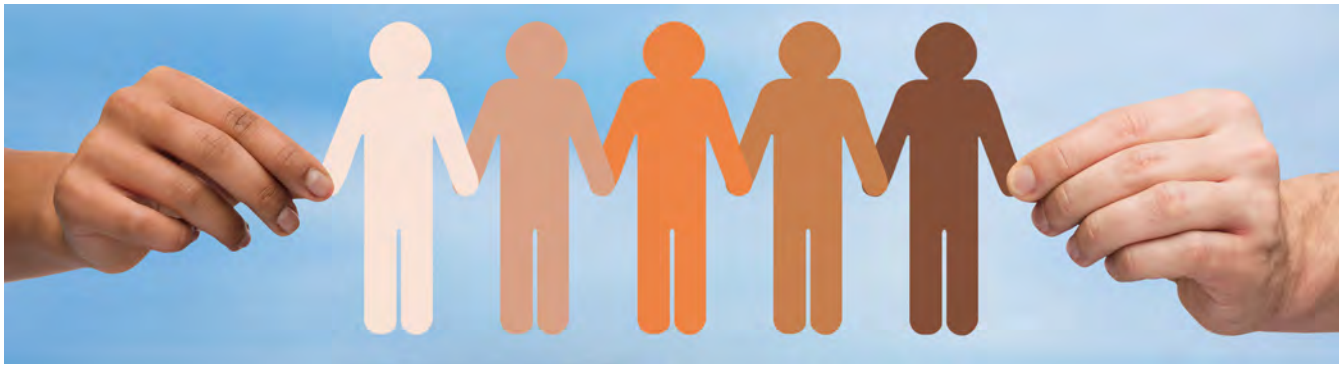
GARANTA SUA VAGA NO FIFE 2020!

Já estamos no segundo semestre de 2019 - o tempo voa! E, por isso mesmo, é tempo de programar ações para os próximos meses.

Em 2020 teremos a sétima edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica (FIFE), que acontecerá entre os dias 14 a 17 de abril, em Florianópolis. Imperdível, pois abordará os principais temas da gestão de projetos sociais, como contabilidade, legislação, captação de recursos, tecnologia, voluntariado, RH, desenvolvimento institucional, dentre outros.

O FIFE no Rio recebeu 882 participantes de organizações de todo o país, portanto além de muito conteúdo de qualidade, o networking é incrível!

Faça já sua inscrição em www.fife.org.br!



LANÇADO PROGRAMA NACIONAL DE INCENTIVO AO VOLUNTARIADO

No dia 9 de julho, o Brasil, país que em 2018 registrou o trabalho voluntário de 7,2 milhões de pessoas, de acordo com a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (PNAD), do IBGE, estabeleceu o Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, Pátria Voluntária.

Coordenada pelo Ministério da Cidadania, a ação instituída pelo Decreto nº 9.906/2019 busca incentivar a participação dos cidadãos na promoção de práticas sustentáveis, culturais e educacionais voltadas à população brasileira mais vulnerável.

O trabalho voluntário, de caráter não remunerado, será articulado entre o poder público, organizações da sociedade civil e o setor privado. A ideia é utilizar espaços físicos públicos para o desenvolvimento de ações solidárias que estimulem a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

O programa será conduzido por um conselho, vinculado ao Ministério da Cidadania e composto por representantes do governo federal e da sociedade civil. A presidência do conselho estará a cargo da primeira-dama, Michelle Bolsonaro.

O decreto também institui o Prêmio Nacional de Incentivo ao Voluntariado. De caráter simbólico, a premiação será concedida anualmente em reconhecimento à atuação de cidadãos e entidades promotoras de atividades voluntárias de relevante interesse social.

Além do prêmio, será conferido o Selo de Acreditação do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado a organizações da sociedade civil que desenvolvam ou estimulem trabalhos voluntários.

http://mds.gov.br/

IDEA MEDE E EVIDENCIA DESIGUALDADES NA EDUCAÇÃO

A Fundação Tide Setubal lançou em junho, em São Paulo, o Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA), instrumento que permite à sociedade brasileira medir e descrever a realidade de sua educação e criar políticas públicas para solucionar situações de desigualdades educacionais. A ideia é evidenciar as injustiças causadas pelas desigualdades na educação.

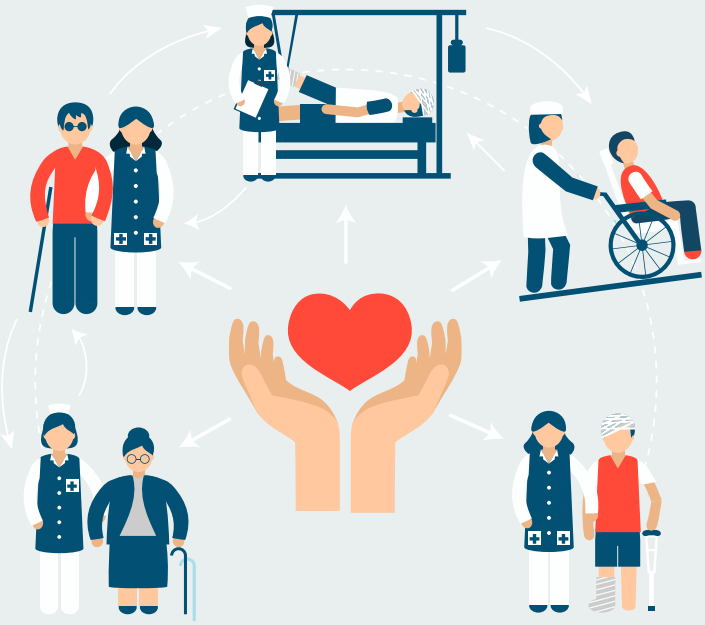
A iniciativa foi apresentada durante o "Seminário Democracia, Educação e Equidade: uma agenda para todos", realizado nos dias 25 e 26 de junho em parceria com Insper e UNESCO Brasil e com apoio dos jornais Valor Econômico e Nexo. O evento reuniu pesquisadores, representantes de organizações da sociedade civil, gestores públicos e profissionais do jornalismo com o objetivo de fortalecer o debate brasileiro sobre desigualdades educacionais, justiça social e democracia.

O evento também foi palco para o lançamento do Manual para a medição da equidade na educação, produzido originalmente por meio de parceria entre o Instituto de Estatística da UNESCO (UIS), o Centro de Dados sobre Políticas Educacionais da FHI 360, a Oxford Policy Management e o Centro de Pesquisas para Acesso e Aprendizagem Equitativa (REAL) da Universidade de Cambridge.

O documento fornece orientação prática sobre o cálculo e a interpretação de indicadores destinados a alcançar os grupos menos favorecidos, abordando as lacunas atuais de conhecimento e fornecendo uma estrutura conceitual para medir a equidade na aprendizagem, com base em exemplos de mensuração em sistemas educacionais nacionais de 75 países.

www.gife.org.br

HOSPITAIS FILANTRÓPICOS TERÃO R$ 1 BILHÃO DO BNDES



Entidades que há anos têm enfrentado problemas financeiros para continuar atendendo à população por meio do Sistema Único de Saúde, os hospitais filantrópicos – boa parte deles com dívidas praticamente impagáveis – agora poderão respirar mais aliviados.

Recursos para mudar essa realidade virão do BNDES Saúde, por meio de uma linha de crédito de R$ 1 bilhão aberta por meio de parceria entre o banco federal de fomento e o Ministério da Saúde.

A ideia do governo federal é "aprimorar a gestão das entidades filantrópicas de saúde", que respondem por metade dos atendimentos do SUS. A ação terá dois subprogramas para melhorias de gestão, governança e eficiência de operação; e implantação, ampliação e modernização das instituições.

A taxa de juros final do programa será calculada com base na TLP acrescida de 1,3% e spread de risco no caso das operações diretas. O prazo máximo da operação de crédito pode chegar a 18 anos.

https://www.bndes.gov.br

FOTO: SENADO FEDERAL

MARCO BANCÁRIO DA DOAÇÃO TRAMITA NO SENADO

Atualmente na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado e sob a relatoria do senador Mecias de Jesus (PRB-RR), o Projeto de Lei nº 3.384, de autoria da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), é a esperança das organizações da sociedade civil em torno do incremento do caixa.

O Marco Bancário da Doação visa alterar o modelo de atuação das câmaras e dos prestadores de serviços de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB).

O PL objetiva ainda fazer com que as doações sejam formalmente reconhecidas, no sistema financeiro nacional, como modalidade de transação financeira distinta do pagamento.

"Precisamos de facilidades. Se as relações com a iniciativa privada forem menos burocráticas, mais ágeis, vai ajudar muito", afirma Mara.

www.gife.org.br e www.senado.leg.br

PESQUISA MOSTRA QUE 61% DOS BRASILEIROS CONFIAM NAS ONGS

Embora com todos os problemas que invariavelmente envolvem organizações da sociedade civil no país, 61% dos brasileiros continuam confiando no trabalho desenvolvido pelas ONGs. O dado faz parte da pesquisa Wellcome Global Monitor, divulgada pelas empresas Gallup e Wellcome. O resultado no Brasil está alinhado com o obtido nos demais 140 países que fazem parte da pesquisa. Os países onde a população mais confia nas ONGs são Malta (79%), Ruanda (76%), Islândia (75%) e Ilhas Maurício (75%). Já os países em que a população menos confia incluem a Bulgária (24%), Grécia (25%) e Colômbia (28%). De forma geral, pessoas vivendo em países de baixa renda apresentam uma confiança um pouco maior (57%) nas ONGs do que pessoas vivendo em países de alta renda (52%).

http://www.abcr.org.br

DIA DE DOAR

3 DE DEZEMBRO DE 2019

ESTADO DE SÃO PAULO OFICIALIZA DIA DE DOAR

Celebrado em diversas cidades brasileiras, a partir de iniciativas de organizações sociais e pessoas engajadas em causas nas quais acreditam, o "Dia de Doar" foi oficializado, em 19 de junho, pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), por meio da aprovação da Lei nº 17.071.

Segundo a nova lei, o "O Dia de Doar" passará a ser comemorado, anualmente, na terça-feira subsequente ao Dia Nacional de Ação de Graças.

A lei foi uma iniciativa da deputada estadual Maria Lúcia Amary, que atuou estimulada pela equipe da campanha #DoaSorocaba, onde ela tem base política.

São Paulo foi o primeiro estado brasileiro a aprovar uma lei específica para o Dia de Doar, e se junta a outras cidades pelo país que já comemoram a campanha, como Caicó (RS), Limeira e Mogi das Cruzes (SP) e Gramado (RS).

Neste ano, o Dia de Doar será celebrado dia 3 de dezembro, no mundo todo

www.al.sp.gov.br e www.observatorio3setor.org.br

PRÊMIO PÉTER MURÁNYI ABRE INSCRIÇÕES PARA SUA 19ª EDIÇÃO

Pessoas físicas, empresas, instituições de ensino e organizações do Terceiro Setor com projetos para a área da alimentação podem inscrever-se na 19ª edição do "Prêmio Péter Murányi", promovido pela Fundação Péter Murányi.

O prazo para inscrição de projetos termina em 31 de agosto, e os finalistas serão anunciados no primeiro trimestre de 2020.

Os três principais critérios de avaliação serão: inovação, aplicabilidade prática e impactos positivos para populações de regiões em desenvolvimento. Para participar, pessoas ou organizações devem ser cadastradas na fundação.

O prêmio total é de R$ 250 mil, sendo R$ 200 mil para o 1° colocado, R$ 30 mil para o 2º e R$ 20 mil para o 3°.

www.observatorio3setor.org.br

4ª IMERSÃO AVANÇADA EM CAPTAÇÃO E GESTÃO DE RECURSOS

Seu projeto social ainda sofre por falta de recursos? Os recursos vêm de uma única fonte e ainda não são diversificadas? A rotina não te deixa pensar "fora da caixa"? Sua OSC ainda não tem uma captação de recursos profissionalizada?

Em sua quarta edição, o CAPTA 2019 (Imersão Avançada em Captação de Recursos) é um treinamento imprescindível para que projetos sociais de qualquer área ampliem horizontes sobre a melhor maneira de mobilizar parceiros, doadores e patrocinadores, além de conhecer um leque gigantesco de ferramentas para financiar suas ações e sua manutenção.

Em 40 horas de aulas teóricas, muita prática, exercícios individuais e em grupo, vivências e oficinas ministradas pelos melhores especialistas em captação de recursos, o treinamento proporcionará muita interação e troca de experiências entre os participantes.

Os objetivos são abrir horizontes no campo da captação de recursos; apresentar novas técnicas de financiamento de recursos para ONGs; auxiliar gestores e captadores a reconhecer e solucionar problemas de captação de recursos; trocar experiências com outros participantes para que, juntos, compartilhem soluções; criar a cultura da captação de recursos profissionalizada e bem planejada.

Público-alvo: lideranças das equipes (coordenadores, gerentes, diretores); profissionais de captação de recursos, comunicação e marketing; empreendedores sociais e dirigentes estatutários.
O investimento inclui hospedagem e todas as refeições.
É recomendável levar um notebook.
Data: 23 a 27 de setembro
Local: Hotel Golden Park (Rodovia Senador José Ermírio de Moraes - KM 2.6 A, S/N, Iporanga - Sorocaba - CEP 18090-380)
Palestrantes: Ana Flávia Godoi, Renata Lima, Guilherme Reis, Fábio Silva, Regina Helou, Marli Burato, Ricardo Monello, Danilo Jungers, Thiago Massagardi, Phillipe Pereira, Tatiana Vadiletti, Eduardo Massa, Natalia Gonzales, Marco Iarussi, Marcio Zeppelini, Thaís Iannarelli, João Paulo Vergueiro, Danilo Tiisel, Michel Freller, Rosana Pereira, Flávia Lang, Fabiana Dias, Carol Zanoti, Thais Medina, Roberto Ravagnani

ASPECTOS JURÍDICOS E ADMINISTRATIVOS IMPORTANTES PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUA INSTITUIÇÃO

Administrar uma ONG não é tarefa fácil. Estar de acordo com a legislação e não correr riscos de "ser pego na curva" também dá trabalho - mas não é impossível.

Neste curso, gratuito e exclusivo para integrantes Prata, Ouro e Platina da Rede Filantropia, Guilherme Reis, advogado especializado em Terceiro Setor, abordará os aspectos legais do Terceiro Setor numa linguagem simples (sem aquele desnecessário "advoguês") e sanará todas as dúvidas que tiram o sono dos dirigentes de instituições sem fins lucrativos.

Público-alvo: lideranças das equipes (coordenadores, gerentes, diretores) de todas as áreas; dirigentes estatutários; advogados que representam instituições sem fins lucrativos.
Data: 20 de setembro de 2019, das 9h às 16h
Local: Teatro de Bolso do Mercado Municipal (Rua Olegário Maciel, 255 – Centro – Uberlândia, MG)
Palestrante: Guilherme Reis

GESTÃO HOSPITALAR:
FATURAMENTO E REGRAS DE NEGÓCIO

Sua equipe está antenada com tudo o que acontece no SIH/SUS? A gestão de sua clínica ou hospital está de acordo com todas as regras estabelecidas pelo SUS? Gerir uma unidade de saúde já não é tarefa nada simples. Quando se tem todas as obrigações impostas pelo SUS, é de cair os cabelos!

O objetivo deste treinamento é capacitar os profissionais na área da saúde sobre itens que fazem parte do prontuário, preenchimentos dos registros dentro do Sistema SUS e lidar de forma clara e objetiva com os dados.

Também serão abordados os procedimentos com melhor indicação para registro nas AIHs, respeitando os aspectos técnicos e éticos, com todas as suas características, melhorando a qualidade das informações entregues pelas instituições.

Além disso, os palestrantes pretendem qualificar a informação em saúde, reforçar a importância da integração dos sistemas e orientar quanto às regras e críticas do SIH/SUS e demais sistemas, auxiliando o faturamento, corpo clínico, auditoria, TI e diretoria, através de relatórios gerenciais específicos para cada demanda.

Público-alvo: lideranças das equipes (coordenadores, gerentes, diretores); profissionais de saúde da área de gestão hospitalar; profissionais que trabalham com o faturamento; administradores, gestores, técnicos administrativos de hospitais e clínicas que atuam com o SUS.

Data: 24 de setembro de 2019, das 9h às 18h
Local: Hotel Pergamon (Rua Frei Caneca, 80 - Consolação - São Paulo)
Palestrantes: João Batista Vieira Otarân e Aruana Rosa

NÃO PERCA!

OUTROS CURSOS EM OUTUBRO

01/10	Técnicas de CRM e captação de recursos com pessoas físicas (São Paulo)
02/10	LBI: Lei Brasileira de Inclusão – Definições e Oportunidades (São Paulo)
07/10 a 10/10	Oficina prática: como elaborar projetos sociais para a captação de recursos (São Paulo)
11/10	Técnicas de apresentação e negociação com patrocinadores (São Paulo)
15/10	Campanhas virais: engajamento humanizado para encantar pessoas (São Paulo)
29/10	Indicadores sociais segundo o Marco Regulatório: criação e monitoramento (São Paulo)
31/10	Fórum de Grandes Temas do Terceiro Setor (Belo Horizonte)

Informações e inscrições:
www.filantropia.ong

EXISTE CULTURA DE DOAÇÃO NO BRASIL?

ANDRÉA WOLFFENBÜTTEL

Sim. Ela existe de verdade. Está 'cientificamente' comprovada e já tem suas características mapeadas. Sei que para as organizações sociais que captam recursos, e têm visto o caixa diminuir ano a ano, pode parecer uma insensatez, mas chegou o momento de olhar para a Cultura de Doação que temos, porque conhecendo-a melhor, podemos trabalhar juntos para fazê-la crescer em quantidade e qualidade.

A primeira pesquisa abrangente a investigar o perfil do doador brasileiro, a Pesquisa Doação Brasil, trouxe dados de 2015. Depois disso, outras vieram, com metodologias e recortes diferentes. Mas todas confirmaram aquele retrato inicial no qual se podem ver claramente alguns traços determinantes* da nossa Cultura de Doação.

- Aproximadamente metade da população brasileira doa, pelo menos uma vez por ano, para uma organização social.
- Crianças, Saúde e Combate à Pobreza são as causas mais citadas.
- O valor médio de doação anual era de R$ 250 e vem caindo, sendo que a última pesquisa apontou R$ 200.
- A forma preferida de doação dos brasileiros é em dinheiro vivo.
- Os brasileiros doariam mais se soubessem o que é feito com o dinheiro doado.

Não é preciso refletir muito sobre essas informações para concluir que um país no qual metade da população doa para organizações sociais tem uma Cultura de Doação. Mas quem sente na pele as dificuldades de obter essas doações pode, e deve, questionar a qualidade dessa Cultura.

Analisando os dados quantitativos e qualitativos das pesquisas, concluímos que a Cultura de Doação, no Brasil, é movida pelo coração. Somos um povo solidário, nos sensibilizamos ao ver o sofrimento das pessoas e queremos ajudar a aliviar a situação. Exposto assim, parece que está tudo bem, mas essa postura está longe de ser a ideal.Primeiramente, não forma um

Andréa Wolffenbüttel é Diretora de Comunicação do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS) - www.idis.org.br

doador constante, pois ele só doa quando enxerga a dor do outro. Por isso há tantos pedidos de doação com fotos de crianças ou idosos em sofrimento. É o caminho mais curto para conseguir a doação e o mais rápido para perder o doador, porque não estabelece vínculo. Provoca uma doação imediatista e por impulso. A pessoa vê o sofrimento alheio, doa, atenua seu sentimento de solidariedade ou de culpa em relação ao semelhante e... acabou o ciclo. Muitas vezes, não sabe sequer para o quê, exatamente, está doando. Portanto, não surpreende que também não saiba como é usado o dinheiro.

É claro que quem está trabalhando no campo, resolvendo problemas urgentes, precisa do recurso com urgência e não vai questionar se a doação veio por impulso ou por decisão racional, mas as organizações mais estruturadas, ou mesmo as estruturantes, devem começar a educar e informar o doador para que ele contribua de forma consciente e consistente com uma causa de uma ou várias entidades.

Por falar em causa, este é um outro ponto interessante. De um modo geral, nós, brasileiros, não ligamos causa com doação. Como citei acima, as pessoas mencionam crianças, saúde e combate à pobreza como suas causas preferidas, mas as respostas refletem mais os problemas com os quais convivem do que uma noção de causa propriamente dita.

A presidente do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), Paula Fabiani, costuma contar uma história interessante para mostrar a dificuldade que temos de conectar causa com doação. Quando está fazendo palestras sobre o tema, ela pergunta à plateia quem considera que a corrupção é um dos grandes problemas do Brasil. A maioria do público levanta a mão. Então pergunta quem doa para uma organização de combate à corrupção. Quando muito, duas ou três pessoas levantam a mão.

Esse episódio exemplifica bem como, mesmo pessoas instruídas, têm dificuldade de unir causa e doação. Porque essa é a nossa cultura, continuamos a achar que doação é algo para o sofrimento visível... mas doação é para o sofrimento da sociedade na qual nos encontramos.

Foi a partir dessa constatação que o IDIS criou uma Campanha por uma Cultura de Doação baseada em um teste para que a pessoa descubra qual é a sua causa (www.descubrasuacausa.net.br). Em vez de falar de doação, preferimos levar a pessoa a se questionar sobre qual seria sua causa. É um convite para um passo adiante no caminho da doação. Mas ainda temos outras barreiras a superar.

A segunda é a desconfiança que permeia as relações entre doadores e organizações beneficiadas. Não é agradável falar sobre o tema, mas ele existe e precisa ser olhado de frente. A primeira coisa a ser aceita é que a desconfiança é compreensível. Vivemos um tempo em que os escândalos de desvio de recursos não param de surgir, sendo inevitável que o nível geral de desconfiança cresça.

A pesquisa *Trust Barometer* (Barômetro da Confiança) mostra que, dia após dia, a confiança nas instituições cai no mundo todo. E no Brasil não seria diferente. Porém, o que nos distingue - lamentavelmente - dos demais países, é que, na maioria deles, as ONGs são consideradas as instituições mais confiáveis, ganhando da mídia, das empresas e do governo. Aqui, entretanto, nós, as ONGs, estamos em segundo lugar, porque a população confia mais nas empresas. Nosso desafio é conquistar o primeiro posto. E para isso, precisamos contar melhor o que fazemos com os recursos que recebemos, e os resultados do nosso trabalho.

E temos que fazê-lo de forma atraente e convincente, porque na era digital ninguém está disposto a ler páginas e páginas de um Relatório Anual para entender o trabalho de uma organização social. É melhor um vídeo, infográfico, post ou seja lá o que for, mas a realidade é que existe uma guerra pela atenção do leitor/internauta e precisamos aprender a lutar. Caso contrário, continuaremos a ver as empresas, que investem muito dinheiro em comunicação e marketing, como as campeãs de confiança dos brasileiros.

E em terceiro lugar, vem, talvez, o desafio mais complicado: fazer com que os brasileiros falem sobre doação. Já reparou que ninguém fala sobre esse assunto? Você já imaginou alguém puxando uma conversa em uma mesa de bar comentando que encontrou uma organização social fantástica e que decidiu doar para ela? Não dá nem para imaginar... Simplesmente porque algo dentro de nós estabeleceu que não se fala sobre doação. É como se fosse um ato íntimo, que deve ser feito silenciosamente, sem mostrar para ninguém.

E esse comportamento parece ser provocado pelas melhores intenções. As pessoas não querem se gabar dizendo que doam e ajudam os demais. Mas o resultado dessa postura é que não influenciamos ninguém. Não fazemos com que as pessoas pensem em doação, ou fiquem curiosas para saber mais. Até mesmo empresas, muitas vezes, não mencionam que fazem doações ou serviços *pro bono*, para não parecer autopromoção. Quando vejo isso, sempre peço para que façam o contrário, que contem por aí, porque desse modo, quem sabe, podem influenciar seus concorrentes a fazer o mesmo.

Sei que acabei falando de muitos problemas e desafios que temos pela frente, mas é porque acredito que cabe a nós, organizações da sociedade civil, criar todas as condições necessárias para que essa recém-descoberta Cultura de Doação brasileira cresça, se desenvolva e garanta a sustentabilidade das organizações sociais. Porque seremos cada vez mais fortes se contarmos com os recursos e a confiança dos brasileiros. E poderemos devolver essa generosa doação com nosso trabalho, transformando nosso país em um lugar mais justo e acolhedor para todos.

*Fontes: Pesquisa Doação Brasil, Brasil Giving Report 2017 e 2018, World Giving Index 2016, 2017 e 2018

LINKS: aclu.org • peoplepower.org • marceloiniarra.com

RECURSOS NÃO TRADICIONAIS PARA FUNDOS PATRIMONIAIS DE OSCs

MARCOS KISIL

Fundos patrimoniais (*endowments*) são estruturas que recebem e administram bens, majoritariamente recursos financeiros, que são investidos com os objetivos de preservar o valor do capital principal no longo prazo. Isso ocorre inclusive contra perdas inflacionárias, gerando resgates recorrentes e previsíveis para sustentar financeiramente um determinado propósito, uma causa ou uma entidade de interesse público ou coletivo, sem fins lucrativos.

Ao estruturar fundos dessa natureza, as organizações se tornam menos dependentes de novas doações e patrocínios, alcançam maior estabilidade financeira e asseguram sua viabilidade operacional, permitindo que cresçam de forma sustentável.

Em países desenvolvidos, os fundos patrimoniais existem há mais de século, como o da Rockefeller Foundation e o Carnegie Endowment for International Peace.

No Brasil, um dos obstáculos encontrados, além de nossa pequena tradição em relação ao assunto, é a falta de uma legislação específica que facilite sua criação, e o uso de incentivos fiscais.

Porém, após muitos anos de um esforço coletivo realizado pela COALIZÃO PELOS FUNDOS FILANTRÓPICOS, o governo federal sancionou a Lei 13.800/19, conhecida como Lei dos Fundos Patrimoniais, em 4 de janeiro de 2019. Ela garante significativa amplitude temática para utilização dos recursos de fundos patrimoniais, possibilitando que sejam destinados para instituições que atuam em diversas áreas como educação, cultura, tecnologia, pesquisa e inovação, meio ambiente, entre outras.

A legislação buscou estabelecer certas diretrizes no que diz respeito à governança aplicável aos fundos patrimoniais, sem, contudo, estabelecer diferenciações entre fundos destinados a apoiar instituições públicas e privadas. Nesse tocante, o texto legal criou a figura das organizações gestoras de fundos patrimoniais (associações ou fundações privadas), estabelecendo requisitos específicos acerca da sua forma de organização interna, incluindo a existência obrigatória de um Comitê de Investimentos, com profissionais registrados na CVM.

Contudo, a sanção presidencial foi acompanhada por vetos importantes, especialmente a supressão da previsão de benefícios fiscais referentes ao imposto de renda de doadores, pessoas física ou jurídica, que aportassem recursos em fundos patrimoniais. A justificativa foi no sentido de que a criação de tais benefícios não observou requisitos da legislação orçamentária e financeira.

A retirada de benefícios aos doadores cria um obstáculo evidente para o êxito dos fundos patrimoniais, que figuram como mecanismo voltado para estimular o aumento do investimento social e a cultura de doação no país. Esses vetos devem ser

Marcos Kisil é médico, doutor em Administração pela George Washington University, professor da USP, fundador e membro do Conselho Deliberativo do IDIS, membro do Conselho do Instituto McDonald, do Conselho da SAVE (Birds Life International) e do Conselho Social da FIESP/CIESP. Já atuou como Diretor da W.K.Kellogg Foundation para a América Latina e Caribe e foi fundador do Conselho do WINGS. É também Presidente do Conselho do GIFE.

analisados pelo Congresso Nacional, sendo possível sua rejeição por maioria absoluta dos membros de cada Casa.

Ainda assim, a aprovação da lei é um fato positivo, especialmente para as entidades da sociedade civil, que poderão ser amplamente beneficiadas pelos fundos patrimoniais na realização de suas atividades em defesa de interesses sociais. A nova lei é particularmente importante por conferir maior segurança jurídica a potenciais doadores, assegurando a individualização e separação entre os patrimônios do fundo e das instituições apoiadas, ainda que haja dúvidas acerca dos entraves que a estrutura de governança prevista pela lei pode representar na criação e no funcionamento dos fundos patrimoniais, na prática.

PESQUISA SOBRE FUNDOS NÃO TRADICIONAIS

Sob a liderança do Prof. Lester Salamon, professor da Johns Hopkins University, um grupo de especialistas em filantropia e investimento social privado passou a buscar mecanismos alternativos para a constituição de fundos patrimoniais de organizações da sociedade civil (OSCs).

Por ser um projeto complexo em seu desenho e implantação, foi dividido em fases desde 2012, com estimativa para término em 2022. A primeira fase foi chamada de "Conceitual" para aclarar o significado dos fundos não tradicionais que pudessem ser de alcance global. Ela foi composta por reuniões presenciais ou à distância com o objetivo de revisar os textos produzidos pelos participantes.A segunda fase foi a de "Identificação do Universo" de casos com base no conceito dos fundos não tradicionais. De maneira progressiva e com a ajuda de colaboradores em diversos países, foram identificados aproximadamente 580 casos, que de acordo com suas características foram classificados em grupos que atendem os mesmos critérios de uso de recursos disponibilizados. Por exemplo, casos resultantes da privatização de ativos públicos, de troca de dívidas (*debt swap)*, de punições pecuniárias da justiça para pessoas e empresas, de recursos de corrupção identificados e devolvidos de contas no exterior, de acordos de ajuste de conduta e de leniência.

Na terceira fase, foram identificados em cada grupo os casos que deveriam ser aprofundados. Nesse sentido, o conhecimento adquirido poderia ser orientado para situações similares em circunstâncias políticas e econômicas das diferentes sociedades e estados nacionais. Essa é fase em que o projeto está atualmente. Os achados do estudo em suas fases "Conceitual" e de "Identificação do Universo" já foram publicados, e os casos estão sendo progressivamente selecionados, estudados, sistematizados e publicados durante o período restante do projeto.

Fundos patrimoniais que resultaram de privatizações conduzidas pelos governos demonstram que os bens não pertencem apenas ao Estado, mas também à sociedade. Nesse sentido, a pergunta central é: um bem público pode ser objeto de uma transação de privatização sem a participação da sociedade? Quais são os limites do Estado para agir como único proprietário do bem?

O EXEMPLO ALEMÃO

Um bom exemplo do potencial de recursos não tradicionais para a criação e o crescimento de fundos patrimoniais para OSCs é a história da empresa Volkswagen. Apoio importante para a sustentação da máquina de guerra da Alemanha durante o período nazista, ao final do conflito, a empresa se encontrava em território alemão controlado pelos ingleses.

Acreditando no papel que o complexo industrial deveria ter na redemocratização e no reerguimento da nação então destruída, o governo inglês estimulou a criação da Fundação Volkswagen, organização independente da empresa, com um Conselho Curador representativo da sociedade e do governo.

A Fundação se tornou proprietária da empresa com o compromisso de vender suas ações para cidadãos alemães. Os recursos obtidos com a venda criaram um fundo patrimonial para apoiar e promover a ciência na Alemanha. Hoje, a Fundação tem € 2,6 bilhões (US$ 3 bilhões) em ativos e uma longa história de substancial concessão de subvenções e doações para o desenvolvimento científico e tecnológico, que repôs a Alemanha na liderança econômica mundial. A Volkswagen permanece uma empresa independente e uma das líderes do mercado mundial de automóveis.

Dentro dos casos já identificados, foi possível encontrar diferentes tipos de recursos não tradicionais. Os mais prevalentes utilizaram parte dos recursos de processos de privatização/concessão de empresas ou participação pública em empresas que passaram para a iniciativa privada. Alguns utilizaram parte da receita de loterias, esportiva ou não. Outros utilizaram recursos advindos de licenças para a exploração de depósitos minerais, incluindo petróleo. E há ainda os que resultaram de trocas de contratos de dívidas internacionais (*debt swap*) em que o cedente de recursos autoriza que parte da amortização da dívida pode ficar no país endividado desde que os recursos sejam destinados a fundos patrimoniais de OSCs.

O CASO BRASILEIRO

Assim, deveríamos perguntar: por que não se aplicou esse modelo na privatização da Vale? Ou da Eletropaulo? Ou da Companhia Siderúrgica Nacional? Também poderíamos estender a pergunta para o universo das concessões dos portos, aeroportos, rodovias e outras.

Diferentemente do que muitos imaginam, a privatização é um processo relativamente comum no Brasil desde a década de 1980, mas o país apenas ingressou nessa era, de fato, a partir dos anos 1990. Ao todo, foram privatizadas mais de 100 empresas, que, até 2005, geraram uma receita de 95 bilhões de dólares, o que, corrigindo para valores de 2013, equivale a 143 bilhões de dólares.

Embora o processo de privatização tenha tido leis específicas nos governos Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique

Cardoso, nenhum deles contemplou a sociedade civil como destinatária de parte dos recursos auferidos.

Já nos governos Lula e Dilma, o processo de privatização arrefeceu por razões ideológicas, e várias empresas e setores foram retirados do Plano Nacional de Desestatização. Além disso, o Estado agregou empresas ao seu portfólio, como é o caso da incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina (BESC) e do Banco do Estado do Piauí (BEP) ao Banco do Brasil.

Em contrapartida, como reação à profunda crise financeira e econômica enfrentada pelo governo brasileiro depois de sua reeleição, a presidente Dilma Rousseff anunciou, em junho de 2015, um novo pacote de medidas do Programa de Investimento em Logística (PIL). Esse programa pode atingir até R$ 198 bilhões em concessões e outorgas feitas pelo governo à iniciativa privada, especialmente nas áreas de Portos (R$ 37,4 bilhões), Aeroportos (R$ 8,5 bilhões), Ferrovias (R$ 86,4 bilhões) e Rodovias (R$ 66,1 bilhões). Infelizmente, não houve nenhuma palavra ou aceno para que parte desses recursos seja distribuída para OSCs.

A venda de ativos ou privatização de serviços públicos é vista como uma das alternativas para obter recursos extras a fim de reduzir os rombos das contas públicas, aliviar as despesas e também aumentar o volume de investimentos em infraestrutura.

Se durante o governo Dilma tínhamos uma previsão de R$ 198 bilhões, no governo Bolsonaro trabalha-se com a estimativa de R$ 127,4 bilhões em investimentos ao longo dos próximos anos, considerando apenas 87 projetos com maiores chances de acontecer, de acordo com o próprio governo. Desse total, R$ 113,6 bilhões são de projetos federais, R$ 9,6 bilhões de estaduais e R$ 4,2 bilhões de municipais. O atual governo trabalha com o valor de R$ 142 bilhões em privatizações. Tirar esses projetos do papel, no entanto, não depende apenas de decisão política, mas também da capacidade de elaboração de estudos técnicos e de estruturação de modelagem que garanta o interesse de investidores. Em média, projetos de desestatização costumam levar, no mínimo, de um ano e meio a dois para chegar à fase de assinatura.

Para poderem ser levados a leilão, os projetos antes precisam passar por uma série de etapas, incluindo audiências públicas, análise de tribunal de contas e, dependendo do ativo, aprovação do Legislativo e mudança de lei. Isso se ao longo de todo o trâmite também não surgirem ações na Justiça pedindo mudanças ou simplesmente o impedimento da licitação.

De acordo com informações colhidas pelo projeto americano, a média de recursos que poderia ser destinada para fundos patrimoniais da sociedade civil gira em torno de 15% do valor do ativo. Isso implicaria em quase R$ 20 bilhões para o setor social. A importância desses recursos para organizações sociais pode ser demonstrada pelo caso envolvendo entidades como as Santas Casas de Misericórdia.

Esses hospitais filantrópicos são responsáveis por 74% dos leitos oferecidos pelo SUS. Portanto, são essenciais para o atendimento oferecido aos brasileiros. Até maio de 2015, tinham acumulado uma dívida de R$ 21,5 bilhões e chegaram à beira da falência, fechando suas portas para a população. De acordo com as evidências, a maior razão dessa dívida foi a diminuição da participação do governo federal no financiamento do SUS.

Se 15% dos recursos gerados pelas futuras privatizações e concessões contemplassem essas organizações, aproximadamente R$ 20 bilhões poderiam ser direcionados para fundos patrimoniais de Santas Casas. Isso representa que renderiam aproximadamente R$ 1,2 bilhão/ano, já descontados os efeitos da inflação. E seguramente seriam direcionados em benefícios às organizações, à comunidade e, especialmente, aos pacientes atendidos.

OUTROS RECURSOS NÃO TRADICIONAIS

No caso do Brasil, os recursos não tradicionais incluem aqueles oriundos de outras fontes e que se tornaram mais frequentes à medida que a Operação Lava Jato avançou. Assim, instrumentos como termos de ajuste de conduta, acordos de leniência, retorno de recursos encontrados em contas bancárias no exterior resultantes de corrupção, penalidades pecuniárias e multas para empresas corruptas passaram a ser fontes de recursos que poderiam ser importantes para a sociedade civil. Podem-se juntar a eles os recursos apreendidos que resultaram de crimes como tráfico de drogas, contrabando e arrecadação de jogos ilegais, que passaram a fazer parte não só do mundo legal punitivo, mas também da linguagem do cidadão comum ao entender que a sociedade foi prejudicada e deve ser aquinhoada com parte desses recursos.

Esse esforço depende também do universo regulatório e de dispositivos legais, exigindo a participação de escritórios de advocacia, promotores públicos e juízes, representantes de organizações interessadas e visitas periódicas a autoridades públicas para conhecer os avanços necessários.

Com relação aos recursos mobilizados devido à Operação Lava Jato, até o início de 2019 houve um retorno ao governo federal de R$ 12,3 bilhões, e os condenados devem pagar R$ 40,3 bilhões pelos danos causados. Já para os acordos de leniência, esperam-se R$ 27,6 bilhões. E sabemos que esses casos representam uma simples amostragem do tamanho dos recursos não tradicionais que poderiam contribuir para os fundos patrimoniais.

Em síntese, as ideias e casos apresentados aqui devem ser analisados pela sociedade brasileira junto às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário e aos investidores que buscam aproveitar as oportunidades de recursos oriundos das privatizações/concessões, bem como as ações de ressarcimento que estão sendo efetuadas pelo sistema judicial. Talvez, assim, tenhamos novos instrumentos para criar uma sociedade mais justa e sustentável com uma participação eficaz e efetiva de organizações sociais como parceiros da res publica.

SE EU FOSSE RICO

JOÃO PAULO VERGUEIRO

Se eu fosse rico, e tivesse a visão sobre o Terceiro Setor que tenho hoje, eu faria muita coisa diferente.

Eu provavelmente criaria minha própria fundação, que poderia inclusive levar o meu nome, ou da minha família, mas não para investir em projetos meus. A maior parte dos meus recursos iria para apoiar as organizações que fazem bem feito e fazem a diferença no país, na causa que eu escolheria.

Eu não apoiaria qualquer projeto, ou qualquer história bonita. Muito menos porque tem uma liderança carismática, cativante ou bem articulada. Eu escolheria as organizações que fossem capazes não só de entregar resultado, mas que também fossem transparentes e tivessem uma gestão profissional, com Conselho independente, equipe, orçamento anual e sem líderes que se perpetuam no poder.

Mas se a organização não tivesse estrutura, eu fosse rico, e suas lideranças fossem verdadeiramente comprometidas, eu a apoiaria na consolidação da sua gestão. Eu daria recursos para que investissem em uma área de captação de recursos, contratassem captadores e implementassem uma estratégia efetiva de geração de receita. E tomaria os devidos cuidados para que, quando eu deixasse de apoiar a organização, em três ou quatro anos, ela seguisse forte, ativa e independente.

Se eu fosse rico, eu também apoiaria as organizações da sociedade civil para que desenvolvessem estratégias de geração de renda que fossem além da doação. Mas eu entenderia que o modelo de negócios de impacto social não serviria para todas elas, tampouco substituiria a doação que elas recebem de quem acreditam em sua causa. Iria complementar, como uma forma de diversificação de fontes de receita.

Se eu fosse rico, eu adoraria inovar. Inovação é importante, mas a sustentabilidade financeira de uma organização começa pelo básico, por organizar a casa, pelo planejamento. E não há inovação sem uma estrutura mínima que a mantenha e faça com que se dissemine de forma sustentável.

Eu atuaria de forma simples, e não pediria centenas de documentos (certidões negativas de débito, etc.) de todo mundo que quisesse receber meu apoio financeiro. No máximo, pediria daqueles que fossem efetivamente aprovados para isso. Aliás, eu também não pediria dezenas de relatórios o tempo todo, ainda que, sem dúvida, o *compliance* fosse também fundamental para mim.

Mas eu não sou rico. Eu sou um captador de recursos. E estou do lado de cá da mesa, de quem vai atrás dos recursos.

Bem, quem sabe um dia todo mundo que tem recursos para fazer a diferença, e acredita na importância das organizações da sociedade civil, não pense também como eu, não é mesmo?

João Paulo Vergueiro é diretor executivo da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR) e professor de responsabilidade social empresarial da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

Editais Filantropia / Plataforma Êxitos

Oportunidades de **Captação de Recursos**
para sua organização.

Busca de Oportunidades

Oportunidades de captação filtradas de acordo com o perfil do usuário.

Download de Documentos

Modelos de documentos considerados obrigatórios em cada oportunidade de captação.

Checklist

Documentos necessários para cada tipo de oportunidade de captação.

Treinamento e Suporte

Central de suporte para esclarecimento de dúvidas.

FILANTROPIA
INFORMAÇÃO · CAPACITAÇÃO · DESENVOLVIMENTO
www.filantropia.ong/**editais**

TECNOLOGIA ÊXITOS

PROFISSIONALIZAÇÃO DA GESTÃO DE PROJETOS SOCIAIS:

MUITO ALÉM DO FORTALECIMENTO ORGANIZACIONAL

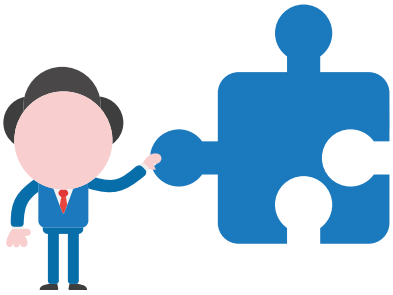
A profissionalização da gestão de projetos e programas sociais é cada vez mais discutida e procurada pelas organizações da sociedade civil, mas ainda há um enorme vácuo entre o fortalecimento das atividades meio ou de suporte, e a gestão daquelas que, de fato, transformam vidas e comunidades.

EDSON MARINHO

A gestão das organizações tem se desenvolvido por meio de colaboradores mais capacitados e da contratação de gestores profissionais, como destacou Sérgio Lopes na Revista Filantropia #87. Áreas como planejamento, marketing, finanças, auditoria, contabilidade, sistemas internos e recursos humanos estão em constante desenvolvimento dentro das organizações.

Naturalmente, a estrutura administrativa e operacional da organização, sua equipe executiva e de suporte e seus sistemas refletem nas chances de sucesso dos projetos e programas. Porém, a melhoria da eficiência em projetos e programas e, consequentemente, do impacto social positivo gerado, não deve ser esperada como uma consequência natural do fortalecimento da gestão organizacional, mas de um esforço específico na capacitação das equipes de projetos.

Edson Marinho é Diretor Executivo do PM4NGOs e fundador da Teoria da Prática. Formado em Relações Internacionais pela Estácio-FIR, possui MBA em Gestão de Projetos pela Unipê, especialização em Educação à Distância pelo SENAC e certificação nas metodologias PMD Pro e PgMD Pro.



CONHECIMENTO TÉCNICO VS. CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO SETOR

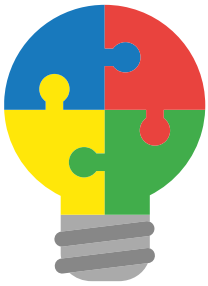
Há uma certa injustiça na expressão "profissionalização do terceiro setor". Os educadores, agrônomos, profissionais de saúde, economistas, psicólogos, entre outros que atuam à frente das atividades de projetos sociais, possuem, em sua grande maioria, uma excelente formação acadêmica e técnica em suas respectivas áreas. Esse conhecimento específico abrange, por exemplo, a identificação dos protocolos de tratamento de doenças, a criação de currículos para escolas, o projeto de sistemas agrícolas aprimorados, ou a análise das principais causas da pobreza, dentre tantos outros.

Contudo, esses profissionais, frequentemente, recebem a demanda de gerenciar projetos sociais e liderar suas equipes, sem possuírem a experiência e as habilidades específicas para a área de gerenciamento de projetos. O que inclui, por exemplo, saber identificar e responder às seguintes questões: as estimativas dos projetos são precisas? Os planos dos projetos são abrangentes e detalhados? O andamento do projeto é monitorado em todos os níveis? As mudanças sociais, que o projeto deseja solucionar, estão sendo alcançadas?

Enquanto esses especialistas possuem o conhecimento necessário para implementar atividades que contribuem diretamente para os resultados esperados, o gerente de projeto ou de programa, por outro lado, deve focar no desafio de coordenar, criar sinergias e encontrar formas de ampliar o impacto em geral.

Se compararmos uma organização que promove a agroecologia familiar, por meio de projetos sociais, com uma empresa de tecnologia da informação (TI), podemos descobrir que ambas possuem profissionais com mesmo grau de experiência e formação nas áreas de suporte. Na empresa de TI, os projetos não são gerenciados por programadores que tenham alguma noção em gestão de projetos, mas por gerentes de projetos que possuem algum conhecimento no setor de TI. Da mesma forma, o agrônomo não deveria ser o responsável por gerenciar o projeto social da organização, a não ser que esse profissional seja qualificado, ou se qualifique e se especialize, em gestão de projetos sociais.

Há uma necessidade de profissionalizar a gestão de projetos do terceiro setor, sem, obrigatoriamente, generalizar essa necessidade para as áreas programáticas e atividades-fim.



FORTALECIMENTO ABRANGENTE E INTEGRADO

A gestão de projetos deve ser abrangente e integrada, demonstrando como cada atividade ou cada parte se encaixa para criar um todo, de modo consistente e sistêmico. Numa perspectiva organizacional, todos os projetos dentro de uma organização se relacionam com as atividades de suporte e com outros projetos, em maior ou menor grau. O trabalho de um complementa o do outro e contribui para alcançar o impacto da organização.

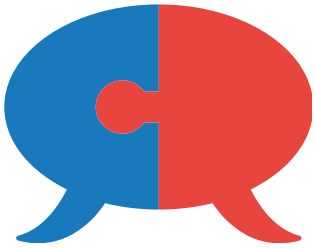
Se o gerenciamento de projetos não estiver alinhado com a administração e operação da organização, os projetos podem, rapidamente, começar a operar como entidades independentes, comprometendo seu escopo e dificultando que os objetivos estratégicos da organização sejam alcançados.

O desenvolvimento dos gerentes e equipes de projetos, por meio da capacitação ou contratação de especialistas (em gestão de projetos), permitirá que compreendam o papel de cada serviço de suporte da organização. Entender como a organização funciona significa conhecer, suficientemente, as técnicas, regras, ferramentas e conceitos de cada um desses setores.

Por outro lado, como muitos dos profissionais da área de suporte são oriundos do setor comercial, ou adquiriram seu conhecimento por meio de cursos e capacitações voltados para esse setor, sua compreensão do contexto dos projetos, normalmente, difere daquela no terceiro setor.

Projetos e programas sociais são executados em lugares remotos, lidam com os mais diversos e complexos problemas – globais e locais – que variam da extrema pobreza e conflitos armados, a surtos de doenças infecciosas e violências baseadas em gênero, origem e poder econômico.

Como ainda são poucas as oportunidades de treinamento e capacitação nas áreas de suporte específicas para o setor social, os integrantes dessas áreas precisam vivenciar as atividades "de campo", se possível, na prática. Se esses membros dedicassem um dia por trimestre para participar das atividades-fim dos projetos, prestariam melhor suporte e orientação, pois conheceriam realmente o que, de fato, a organização desenvolve, acompanhando de perto o impacto positivo para o qual seu trabalho contribui.



UMA LINGUAGEM COMUM

Para fortalecer o gerenciamento de projetos é preciso escolher uma metodologia padrão, adaptá-la à realidade e necessidade da organização, combinar com os conhecimentos e técnicas – já adotados pelas equipes de projetos e das áreas de suporte – e garantir que todos na organização conheçam a metodologia no nível de profundidade que sua função exigir.

Da mesma forma que o gerente de projetos precisa conhecer as regras administrativas e financeiras, os critérios de auditorias interna e externa, os requerimentos de segurança dos sistemas de informação e as etapas de um processo de seleção de pessoas, todas as áreas de suporte precisam compreender conceitos e ferramentas como: a identificação de necessidades, portas de decisão, princípios e disciplinas da gestão de projetos, marco lógico, teoria da mudança, dentre outros.

Qual linguagem adotar? Não existe uma metodologia melhor ou mais completa – a escolha deve ser pela mais apropriada para as atividades dos projetos da organização. Por exemplo, uma organização cuja missão é proporcionar moradia digna à população de baixa renda, por meio da construção e reforma de casas, pode adotar uma metodologia mais direcionada a projetos de engenharia, adaptada ao contexto e necessidades de seus beneficiários. Já uma organização que busca reduzir o índice de trabalho infantil no município onde atua pode decidir por uma metodologia com mais instrumentos para identificação e melhoria das condições de ensino e atendimento das crianças, e do desenvolvimento socioeconômico de suas famílias.

VAMOS TODOS JUNTOS

Uma vez que todos utilizam uma mesma linguagem, o gerenciamento dos projetos e a gestão da organização podem se desenvolver de forma não apenas integrada, mas também participativa. Gerentes de projetos podem contribuir para a definição de processos e políticas administrativas, de recursos humanos e de sistemas operacionais, enquanto as equipes de suporte podem participar de cada etapa dos projetos, auxiliando na elaboração de orçamentos, identificação e gestão de riscos, definição de cronogramas, gestão de pessoas, e em todas as demais tarefas dos gerentes de projetos.

É preciso ter em mente que o desenvolvimento de uma linguagem comum deve ser um esforço coletivo – em todo o setor – permitindo uma comunicação melhor entre organizações sociais, e destas com parceiros governamentais, empresariais, financiadores e beneficiários.

Apesar de já sermos mais de 20 mil profissionais certificados em um dos conjuntos de boas práticas mais difundido e reconhecido internacionalmente, para projetos sociais, o PMD Pro (PM4NGOs e APMG), há ainda um longo caminho a percorrer. Uma vez que, para o setor empresarial, se combinadas as principais metodologias e guias de boas práticas corporativas, para gestão de projetos, como o Prince2 (Axelos), PMBOK (PMI) e ICB4 (IPMA), o número de profissionais certificados ultrapassa de um milhão e novecentos mil.

O desenvolvimento da cultura de gestão de projetos é parte fundamental da profissionalização das organizações da sociedade civil, aumentando sua capacidade de captar recursos e melhor geri-los. E o mais importante, aumenta sua capacidade de gerar um impacto positivo maior para a sociedade.

Há uma necessidade de profissionalizar a gestão de projetos do terceiro setor, sem, obrigatoriamente, generalizar essa necessidade para as áreas programáticas e atividades-fim

REDES E MOVIMENTOS DE VOLUNTARIADO NO BRASIL: TENDÊNCIAS E DESAFIOS

Redes de Voluntariado são instrumentos de promoção e fortalecimento do voluntariado criados para a melhoria da qualidade de vida da cidade ou região. São a grande oportunidade de participação solidária e cidadã da comunidade em organizações da sociedade civil, espaços públicos, projetos e causas.

As redes, centrais ou movimentos têm como objetivo:

- Promover o voluntariado
- Oferecer visibilidade ao trabalho voluntário
- Fortalecer a cultura e a prática do voluntariado
- Qualificar o trabalho voluntário

SILVIA MARIA LOUZÃ NACCACHE

- Criar elos e construir pontes entre os voluntários e organizações da sociedade civil, espaços públicos, projetos ou causas.
- Apoiar programas e organizações, e ainda orientar e capacitar em gestão (mobilizar, capacitar e gerenciar voluntários)
- Identificar, valorizar, reconhecer e divulgar experiências exemplares de trabalho voluntário
- Ser espaço de inspiração e facilitação para práticas genuínas e relevantes de voluntariado.

Desde 2004, o estado de São Paulo promove o fortalecimento de uma Rede Paulista de Voluntariado,

Silvia Maria Louzã Naccache é palestrante e consultora na área de Voluntariado,Terceiro Setor e Responsabilidade Social. É responsável pelos projetos e pelo conteúdo de Voluntariado e Voluntariado Empresarial da Rede Filantropia; coordenou por 14 anos o Centro de Voluntariado de São Paulo-CVSP. Articula parcerias com organizações da sociedade civil, governos, escolas, universidades e empresas. Organiza, ministra e facilita cursos, palestras, oficinas e eventos. É conselheira voluntária da Associação Vaga Lume e voluntária como Regional Voice Lead do Movimento Impact 2030. Membro organizador do Grupo de Estudos de Voluntariado Empresarial. Graduada em Ciências Biomédicas pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP.

apoiando grupos que em suas cidades criam centrais de voluntariado e abrem espaço para troca de experiências e encontros de aprendizagem. O movimento é local, a ação acontece em cada município, mas a criação de redes de apoio e plataformas facilitadoras, assim como a possibilidade de troca com movimentos globais, é fundamental.

Desde a década de 1970, existem organizações mundiais que promovem, fortalecem e celebram o voluntariado de diversas maneiras, como a International Association For Volunteer Effort (IAVE). Com membros em mais de 70 países, elas formam uma rede global de líderes de voluntariado, OSCs e empresas que compartilham a crença no poder dos voluntários para dar uma contribuição estratégica significativa a fim de resolver os problemas mais urgentes do mundo.

Essas organizações atuam por meio da convocação ao voluntariado, compartilhamento de conhecimento por meio de conferências regionais e globais, advocacy pela causa e o trabalho em rede. Na formação de centros de voluntariado, surgem grupos muito fortes na América Latina, como o Centro Latinoamericano de Voluntariado (CELAV).

Outro movimento que tem se destacado mundialmente e que tem participantes no Brasil é o IMPACT2030. Trata-se de uma iniciativa liderada pelo setor privado em colaboração com as Nações Unidas e setores sociais, públicos e acadêmicos, com a missão de ativar investimentos em capital humano por meio de programas de voluntariado para promover a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs).

O programa possui um time de voluntários espalhados em vários países que mobilizam e convidam os responsáveis nas empresas dos Programas de Voluntariado Empresarial para esse engajamento. Com isso ativam a rede de voluntários, trabalham de forma colaborativa e medem o impacto e os resultados das atividades voluntárias para o alcance dos ODSs.

Afinal de contas, a gestão das empresas, das organizações e da vida das pessoas deve ser voltada para seu próprio desenvolvimento e para a sustentabilidade do mundo onde atuam. Voluntariado é ferramenta e possibilidade de participação!

Acredito que, pela primeira vez, esses movimentos estão realmente unidos. Pelo Voluntariado, claro, e também por essa agenda global que todos resolveram abraçar. No Brasil não está sendo diferente.Em 2017, sob a coordenação da Casa Civil, com apoio técnico e administrativo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e com um conselho constituído pela sociedade civil, o decreto nº 9.149, de 28 de agosto, criou o Programa Nacional de Voluntariado, instituindo o Prêmio Nacional do Voluntariado.

O Programa ganhou o nome de "Viva Voluntário" com as atribuições de incentivar ações de solidariedade, desenvolver a cidadania e engajar a sociedade na agenda de 2030 dos ODSs. Existe também o compromisso de viabilizar uma plataforma digital facilitadora das atividades voluntárias e ainda realizar anualmente a premiação de reconhecimento de boas práticas de voluntariado de pessoas, empresas e organizações.

São a grande oportunidade de participação solidária e cidadã da comunidade em organizações da sociedade civil, espaços públicos, projetos e causas

- Consolidar a vocação transformadora do voluntariado por meio de práticas contínuas, permanentes, com indicadores, metas e resultados;
- Quebrar os paradigmas: voluntariado é sacrifício; em voluntariado tudo é de graça, e que basta boa vontade;
- Gerenciar o programa de voluntariado de forma eficiente: com orçamento, liderança, investimento em comunicação e ferramentas de gestão;
- Reconhecer e valorizar o trabalho dos voluntários;
- Adaptar-se a novos modelos e formas de atuação e expectativas das pessoas;
- Promover ações criativas, variadas: inovar, identificar oportunidades relevantes e significativas para quem recebe e para quem faz.

Os ODSs também são uma excelente oportunidade de engajamento. Primeiro porque criam um ambiente político favorável à defesa das causas das organizações, que muitas vezes encontram dificuldade de serem disseminadas e acolhidas pela sociedade, e que por meio dos objetivos se apresentam de maneira clara e com um impacto global.

Segundo porque essa agenda tem prazos, indicadores e metas concretas, e todos se unem para atingi-los. O que mobilizamos, na verdade, são pessoas, e entregamos para cada uma delas a possibilidade de adesão e atuação.A Agenda 2030, com seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou Metas Globais, é universal e exige ações de todos os países, etnias, credos, status econômico, etc. para garantir um mundo melhor, onde ninguém seja deixado para trás.

Para terminar minha reflexão, recorro ao texto do voo dos gansos, que é bastante conhecido. Será que sabemos mesmo trabalhar em rede? Será que estamos dispostos a nos unir e por meio do voluntariado dedicar tempo, energia e talento para alcançarmos essas metas desafiadoras até 2030, sem realmente deixar ninguém de fora?

A típica formação em "V" do voo dos gansos me traz a força do "V" do Voluntariado. Sabe por quê?

Voando na formação em "V", o bando inteiro tem o seu desempenho 71% melhor do que se cada um voasse sozinho, pois quando um ganso bate as asas, cria um vácuo para o pássaro seguinte. O Voo, assim como o Voluntariado, traz ainda ensinamentos fundamentais para o trabalho em rede: união, confiança, encorajamento, apoio, colaboração e cooperação!

LINKS: celav.org • www.impact2030.com • www.iave.org • www4.planalto.gov.br/vivavoluntario • inclusao.com.br/projeto_textos_10.htm

FUNDAÇÃO ABRINQ
A infância pede socorro todos os dias.
Hoje, ela precisa da sua ajuda.
Doe Saúde, Proteção e Educação para as crianças brasileiras.
Apoie a Fundação Abrinq.
LIGUE AGORA
0300 0 11 11 11
OU ACESSE:
www.doeagora.org.br

DIVERSIDADE
E VOLUNTARIADO EMPRESARIAL

O tema diversidade nas organizações está relacionado à sustentabilidade e perenidade do negócio, porque é nesse ambiente plural que trazemos fatores importantes que são demonstrados em estudos e pesquisas, como a atração dos melhores talentos, o engajamento dos colaboradores, a inovação por meio da multiplicidade de ideais e pelo pensamento "fora da caixa".

Ainda no âmbito do engajamento, as práticas para a inclusão da diversidade trazem resultados significativos para as organizações. Uma pesquisa da Consultoria McKinsey demonstra que as empresas com diversidade racial e étnica são 35% mais propensas a obter retornos financeiros acima da média nacional de seu setor. Já as empresas com diversidade de gênero são 15% mais propensas a obter retornos financeiros acima da média nacional de seu setor.

A diversidade, seja por raça, por gênero, por orientação sexual ou pelo fato de a pessoa ter deficiência, é uma vantagem competitiva e um diferencial no mercado. Um estudo publicado pela revista Management Science feito por Huasheng Gao, da Nanyang Business School, em Cingapura, e Wei Zhang, da Universidade de Finanças e Economia de Xangai, na China, mostra que as empresas se tornam mais inovadoras em países que adotaram leis que protegem profissionais e estimulam a contribuição de todos.

As organizações têm despertado o olhar para a diversidade e inclusão ao inserir o tema nas pautas e agendas dos presidentes, CEOs e outros executivos. Outras têm levado o tema para a cadeia de valor, favorecendo fornecedores que tragam a discussão e representem a diversidade em suas mídias ou prestação de serviços.

E ainda é possível quebrar paradigmas e trazer a prática da diversidade usando os Programas de Voluntariado Empresarial, desenvolvendo habilidades típicas de um empreendedor coorporativo por meio da elaboração de um projeto social em uma instituição sem fins lucrativos (a ser definida em conjunto com a área de diversidade) com alto benefício social e alavancagem de competências.

É preciso ressaltar que o caminho para a diversidade e a inclusão nas empresas é longo. No entanto, é imprescindível que os executivos e a alta liderança abracem a causa como forma de disseminar o assunto e a transformação para os demais níveis dentro das organizações. Assim, com esse apoio, a evolução da diversidade até a inclusão é efetiva e evidente.

Inclusão é um passo além. É garantir que toda essa diversidade existente na empresa tenha chances iguais de desenvolvimento e promoção

KALEB MACHADO

Nesse sentido, cabe destacar que a diversidade e a inclusão devem caminhar juntas, embora sejam diferentes. Vejamos a definição do professor Ricardo Sales: "Diversidade está ligada à representação demográfica. Por exemplo, qual o percentual de negros, mulheres, pessoas com deficiências, profissionais LGBT e das diferentes gerações na sua organização? Entre outras coisas, é preciso saber também se eles são representativos do ambiente em que você atua (...) Inclusão é um passo além. É garantir que toda essa diversidade existente na empresa tenha chances iguais de desenvolvimento e promoção. A análise, então, vai recair sobre os cargos mais altos ou de maior prestígio."Dessa forma, uma das diversas propostas da gestão da diversidade nas organizações é que a alta liderança, representada pelo corpo diretivo e executivo das empresas, apoie a criação de grupos ou comitês de afinidades, sejam eles de gênero, refugiados, voluntariado, gerações, etnias, LGBT, entre outros.Os colaboradores, por sua vez, são convidados a apoiar os temas de representatividade e a construir as propostas, projetos e ações afirmativas que deliberam um ambiente seguro à diversidade e aos colaboradores da pluralidade de gênero, raça, dentre outros.

Nota-se que, ao participarem da construção das ações afirmativas, os colaboradores disseminam e propagam a ideia da diversidade e inclusão na organização, tornando-a colaborativa, além de preparar um ambiente seguro.

Nada melhor que o próprio colaborador para saber o que é realmente necessário para a gestão da diversidade nas organizações, posto que é ele quem labora e transita pelos diversos ambientes na empresa.

O movimento da diversidade é, por sorte, irreversível. Nos dias de hoje, uma organização, para se reinventar diante de um cenário de pouca diferenciação de produto no mercado de consumo, deve tratar a diversidade como indispensável para seu desenvolvimento. Assim é possível conectar-se aos anseios das novas gerações que têm o viés consciente do respeito à diversidade e à valorização do ser humano.

Kaleb Machado é advogado, pós graduado em Direito do Trabalho e certificado em Gestão da Diversidade nas Organizações pela PUC-SP, é especialista em administração de recursos humanos e líder do pilar LGBT no Grupo Segurador Banco do Brasil e Mapfre, que propõe ações voltadas à inclusão de profissionais LGBT na companhia.

ASSESSORIA E CONSULTORIA ESPECIALIZADA
EM TERCEIRO SETOR E EDUCACIONAIS

Quality Associados

Consultoria e Assessoria especializada em entidades sem Fins Lucrativos.

Serviços com foco no **Terceiro Setor**

A QUALITY É O PARCEIRO IDEAL PARA ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR, COLÉGIOS E FACULDADES QUE BUSCAM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS CONTÁBIL, FISCAL, FINANCEIRA E TRABALHISTA.

SOMOS ATUALMENTE UMA DAS PRINCIPAIS EMPRESAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO DE ENTIDADES DO TERCEIRO SETOR E INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DO BRASIL.

TRABALHAMOS NO MAIS ALTO NÍVEL DE EXCELÊNCIA DE PROCESSOS DE GESTÃO E TECNOLOGIA PARA GARANTIR A EXECUÇÃO DE NOSSOS SERVIÇOS E A SATISFAÇÃO COMPLETA DE NOSSOS CLIENTES.

- TERCEIRIZAÇÃO CONTÁBIL e FISCAL
- TERCEIRIZAÇÃO TRABALHISTA e RH
- GESTÃO FINANCEIRA e PRESTAÇÃO DE CONTAS
- FORMALIZAÇÃO, ESTATUTO e ATAS
- ISENÇÕES, IMUNIDADES e CERTIFICAÇÕES
- CONSULTORIA E TREINAMENTOS

ENGAJAMENTO HUMANIZADO

Em terra de inteligência artificial, quem emociona é rei!

MARCO IARUSSI

Você tem observado que está cada vez mais difícil despertar a atenção das pessoas para a importância da sua causa? Nunca estivemos tão próximos dos nossos doadores e tão longe de atrair um olhar generoso para se engajar na organização. O motivo desse cenário sempre existiu, mas a tecnologia potencializou o individualismo.

Mesmo diante das novas mídias, com o mundo inteiro conectado a computadores de última geração nas redes de alta velocidade, ainda não conseguimos diminuir distâncias em conexões humanas. Não é raro ver encontros de família, amigos na mesa do bar e até jantares românticos em que cada um está olhando para a tela do smartphone sem interagir com quem está a um palmo de distância. Estamos nos isolando das relações e nos tornando solitários, mesmo conectados a centenas de amigos nas redes sociais.

A impressão é que de 'sociais' as redes só têm o nome. As novas relações são de amizades virtuais, namoros à distância, cinema em casa e até o trabalho é no *home office*. Virtuais também parecem ser os valores, mensurados em 'curtidas', 'seguidores', 'compartilhamentos', tudo através de telas e câmeras de ultradefinição, embora tão distantes da realidade. No mundo 'self', contato humano é raridade. A inteligência artificial é o futuro da tecnologia, mas pouco se fala em inteligência emocional.

A boa notícia é que esse comportamento tem prazo de validade e já está para terminar. Quem aguentaria viver tanto tempo nessa bolha fria de isolamento, sem calor humano?

Marco Iarussi é Fundador da Curta a Ideia - Luz, Câmera e Coração, produtora de vídeos que promove empreendedores com causa. Entusiasta do marketing pelo bem e de boas práticas em redes sociais.

A 'Era tecnológica' proporcionou uma extraordinária evolução do homem contemporâneo que, nos últimos 50 anos, conquistou mais inovações do que em toda a história da humanidade. Nesse estado abundante de inovações, conteúdo, produtos, serviços e lucros, onde tudo parece já ter sido inventado, surgem muitas inquietações. E agora? Qual o sentido de tudo isso? O que queremos daqui pra frente?

Especialistas em comportamento do consumidor apontam para um momento de ruptura no qual o automatismo dará espaço à busca por sentimentos, emoções, desafios e tudo aquilo que nos coloque em contato com nosso lado mais humano. Observam ainda que neste momento as pessoas começam a buscar algo para preencher um vazio que ainda não sabem qual é.

Mas eu acredito que nós, agentes do terceiro setor, temos de sobra e trabalhamos com isso há muito tempo: **O Propósito**.

Pesquisas recentes identificaram no perfil da 'geração Z', os que nasceram após a disseminação da internet, a partir de 1996, não só o anseio por bens materiais, como a vontade de melhorar o mundo. São jovens engajados em causas sociais, voluntariado e que consideram o impacto positivo de uma marca ou produto antes de decidirem pela compra.

Outro fator relevante é o poder de influência dessa geração no comportamento das pessoas mais velhas; são os formadores de opinião, atualmente chamados pelo mercado de "influencers".

Nesse campo, campanhas que se conectam com o lado sensorial do público, usando a criatividade para emocionar seus seguidores, e que proponham uma ação transformadora, terão em mãos ferramentas que valem ouro.

Num mundo cheio de estímulos e informações, disputar espaço para ser notado é um desafio para qualquer anunciante. Mas quando se trata de atender os anseios desse novo perfil de consumidor, organizações sociais possuem ativos que muitas empresas estão buscando: impacto positivo e valores humanos.

Em meu trabalho com vídeos para causas sociais, o desafio sempre foi tocar o coração de quem assiste ao filme. Todo o conhecimento que obtive dos tempos de produções televisivas e práticas em desenvolvimento humano, aliado a vivências em causas sociais, lapidaram meu olhar à necessidade de contar histórias verdadeiras, com uma sensibilidade capaz de provocar no público o desejo de fazer algo. E mesmo atuando dessa forma em duas décadas de profissão, nunca o momento foi tão propício para a abordagem a qual dei o nome de "Engajamento Humanizado".

Entende-se como 'humanizada' a mensagem afetuosa, que propõe a transformação, em um roteiro intuitivo, revelando a importância da causa.

É uma nova linguagem. Muito diferente daquela visão negativa do marketing, que infelizmente ainda se pratica, manipulando decisões por meio de armadilhas e falsas promessas.

Também não se trata de 'persuasão' que, numa visão mais ética e respeitosa, propõe caminhos e conduz a uma solução.

O Engajamento Humanizado tem como proposta encantar as pessoas, despertando o desejo genuíno de mobilização. É um convite a ação que transita da realidade virtual para o mundo real.

Recentemente Tati Vadiletti e eu palestramos no *Google For Startup* a convite da iniciativa "**O Poder da Colaboração**", defendendo o uso do marketing com propósito. Em um espaço que vivencia a inovação o tempo todo, o tema abordado impactou a plateia lotada de empreendedores, e muitos saíram de lá motivados com essa nova visão, o que reforça a necessidade de explorar ainda mais uma comunicação focada em propósito, impacto social e humanização da mensagem.

A minha causa é defender o marketing pelo bem, disseminar conteúdos positivos e promover estratégias que ajudem organizações a encantar pessoas. E o 'Engajamento Humanizado' tem sido uma ferramenta nesse caminho, promovendo o olhar empático, compartilhando a gentileza e transformando seguidores em voluntários. Prova disso é o nosso projeto Gerando Bondade, que já contabilizou 10 milhões de visualizações e mais de 40 mil doadores, altamente engajados.

De modo geral, o que todos estão em busca nesta era tecnológica é de algo que traga mais sentido para a vida, e atuar em um projeto social para gerar impacto nas pessoas, satisfaz plenamente esse desejo. Nosso papel é convidar o público a tirar os olhos da tela para observar que o mundo à nossa volta tem muito mais possibilidades para curtir e compartilhar experiências. Fazer o bem vale mais do que qualquer *like*. Mais do que nunca é hora de engajar e humanizar.

HÁ MAIS DE
25 ANOS
GARANTINDO

TRANSPARÊNCIA
CREDIBILIDADE

ESPECIALIZADA EM AUDITORIA E CONTABILIDADE

PARA O
TERCEIRO
SETOR

Alameda Ezequiel Dias | nº 427 | 2º andar | Centro | Belo Horizonte | MG | +55 31 3324.3800
Rua Bela Cintra | nº 178 | Consolação | São Paulo | SP | +55 11 2763.0175
rrauditoria | valuenegocios | rrauditoria.com.br | valuenegocios.com.br

R&R AUDITORIA E CONSULTORIA

Value

FILANTROPIA FAMILIAR GANHA FORÇA NO BRASIL

PRISCILA PASQUALIN

MÁRCIA SETTI

Após quase sete anos de tramitação, finalmente foi sancionada este ano a Lei 13.800. Nasceu o *endowment* no Brasil - que consiste, em síntese, na criação de um patrimônio segregado e perpétuo, gerador de recursos contínuos e permanentes, com o destino de seus rendimentos a causas de interesse público. A segregação da responsabilidade patrimonial entre a organização gestora do fundo e as instituições apoiadas, prevista na lei, mitiga riscos assumidos pelos filantropos na gestão de instituição sem fins lucrativos, que podem, inclusive, colocar sob ameaça seu patrimônio pessoal.

A lei institui o conceito de proteção do fundo patrimonial e das boas práticas de governança, contribuindo para a gestão responsável, com transparência, controle e com ampla liberdade de estruturação e arranjos

Priscila Pasqualin é sócia responsável pela área de Terceiro Setor, Filantropia e Investimento Social do PLKC Advogados e responsável pelo apoio jurídico à Coalizão pelos Fundos Patrimoniais Filantrópicos, liderado pelo Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS)
Márcia Setti é advogada societária especialista em Organização de Patrimônios e Planejamento Sucessório, sócia do PLKC Advogados, coautora do Livro "Planejamento Sucessório – aspectos familiares, societários e tributários", 3ª edição, 2014, Membro do Grupo de Estudos de Empresas Familiares GEEF da GVLaw - Fundação Getúlio Vargas

jurídicos societários, contratuais, de política e veículos de investimentos, bem como de fontes de captação de recursos, assegurando a sustentabilidade de longo prazo.

Com tais características, o *endowment* vem aplacar a angústia do filantropo acerca da continuidade de seu empreendimento benemérito, impactando diretamente o planejamento sucessório familiar. Dentro das dinâmicas familiares verificamos mais amiúde a tendência de se alocar parte do patrimônio a serviço da filantropia. Porém, antes da lei do *endowment,* muitos patriarcas tinham receio de que a empreitada filantrópica não frutificasse após a sua sucessão, se dependesse de novas doações.

Como a finalidade do *endowment* é a perenização do patrimônio em prol de uma causa, desde que sua construção seja planejada e profissionalmente orientada, com ênfase no planejamento societário, tributário e contratual, a filantropia familiar pode alcançar muitas gerações futuras.

Claro que a prática da benemerência pode variar muito de pai para filho. A causa de um pode ser distinta da do outro, ainda que ambos sejam igualmente predispostos à caridade. Benemerência é virtude que não se herda, mas que aflora sob o exemplo dignificante e o exercício do altruísmo, e, nas empresas familiares, tem tônus para concentrar a expressão máxima de seus valores, engajar herdeiros, despertar linhagens.

Nas famílias, a cultura do bem é geradora do senso de pertencimento, autoestima, gratidão e representa a oportunidade de união em torno do abraço da causa social, ressignificando grandezas humanas, reforçando sua cultura, desempenhando sua missão, outorgando uma valoração transcendente ao patrimônio e deixando seu legado à sociedade.

Como em uma empresa, a filantropia familiar deve ser organizada, definir papéis e funções de cada membro, a sua estrutura de Governança e o investimento a ser feito, calibrando expectativas, desejos e possibilidades, a fim de que a iniciativa se transforme em fonte de agregação, trabalho conjunto, convergência, orgulho e satisfação.

É recomendável que o grupo familiar se dedique ao planejamento jurídico e operacional da filantropia e o materialize em acordo familiar ou declaração de intenções, regulando, especialmente, a parcela do patrimônio familiar que deva ser destacada para o exercício da filantropia, os critérios para seleção dos projetos, o comprometimento pessoal possível e os interesses pessoais.

Os Milleniuns, protagonistas da geração que chegou para transformar todos os modelos tradicionais, vêm potencializando genuinamente o caminho filantrópico, respeitadores que são das diferenças, para quem o propósito é o que lhes há de mais vital e para quem o ser/compartilhar é mais edificante do que o ter. Assim, se inclinam a endereçar um olhar mais natural, cuidadoso e simpático à causa social, assumindo a filantropia com a mesma seriedade com que avocam os negócios da família, com foco maior nos resultados, passando a buscar ferramentas de gestão como planejamento estratégico e avaliação de impacto, o que contribui, inclusive, para a imagem do grupo familiar.

A filantropia familiar deve ser organizada, definir papéis e funções de cada membro, a sua estrutura de Governança e o investimento a ser feito

O *endowment* permite que as novas gerações, que têm maior apetite para negócios de impacto social positivo, autossustentáveis, possam injetar parte do capital filantrópico como capital semente em projetos em fase de prototipagem, ou como um dos investimentos do portfólio do fundo patrimonial.

Como se disse, estruturado com vistas a perenizar o investimento e a trazer sustentabilidade à empreitada filantrópica, aliado à gestão financeira e à adequada governança jurídica, o *endowment* tem vocação para tornar projetos sociais imorredouros.

Como exemplos da perenização no exterior, é possível citar a Fundação Gulbenkian, que apoia desde 1956 o setor cultural; Bill & Melinda Gates Foundation, que se dispôs a erradicar doenças na África; ou a Rockfeller Foundation, criada pela família em 1913 e que na comemoração de seu centenário lançou seu plano de inovação para os próximos 100 anos, no cumprimento de sua missão de promover o bem estar da humanidade no mundo.

Agora, no Brasil, o novo marco legal estimula a cultura de doação de longo prazo, a qual deve contar com consultorias especializadas no tema, em especial para uma boa formatação jurídica, outorgando profissionalização à gestão das organizações e de seus recursos, e maior excelência em todas as áreas apoiadas, em benefício de toda a sociedade deste nosso país tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza.

Henrique Meirelles durante abertura do Congresso Brasileiro do Terceiro Setor

ATUALIZAÇÃO E **APRIMORAMENTO** PROFISSIONAL

Congresso debate temas atuais e polêmicos relacionados ao Terceiro Setor

Realizado em 10 de junho no Hotel Maksoud Plaza, em São Paulo, o **XIX Congresso Brasileiro do 3º Setor** contou com a participação de 15 profissionais que debateram temas relacionados a contabilidade, direito, finanças, saúde, tecnologia, entre outros.

MARCOS BIASIOLI

"O programa do congresso visou contribuir com a atualização e o aprimoramento da capacitação profissional da sociedade civil organizada e das empresas socialmente responsáveis, diante das mudanças legais, contábeis e de sustentabilidade do Terceiro Setor", destacou o advogado Marcos Biasioli, coordenador geral do evento.

Marcos Biasioli sócio é Titular da M.Biasioli Advogados, administrador de empresas, pós-graduado em Direito Empresarial (The European University), contabilista, Conselheiro Empresarial (IBGC/SP), idealizador da Revista Filantropia, coidealizador da Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor no Brasil/OAB-SP e Coordenador Geral do Congresso Brasileiro do Terceiro Setor.

A abertura solene ficou por conta de Célia Kochen Parnes, secretária de Estado de Desenvolvimento Social de São Paulo, que apresentou as novas propostas de desenvolvimento social do Estado de São Paulo e as parcerias com o Terceiro Setor.

Com mais de 30 anos de atuação na área social, Célia destacou a mudança no cenário do Terceiro Setor no Brasil. "Há pouco tempo, o Terceiro Setor estava muito focado em educação e no desenvolvimento de crianças e adolescentes; hoje, há uma forte tendência para observar a longevidade dos idosos e a questão da desigualdade social, além da saúde mental e do crescimento da obesidade. É preciso estar atento e aberto às novas possibilidade do Terceiro Setor e às novas demandas da sociedade", advertiu.

CONTABILIDADE

O painel de contabilidade contou com debates acerca das novidades da contabilidade social em 2019.

O primeiro debate teve como tema principal a nova norma contábil IFRS nº 16. "Essa norma está em vigor desde 1º de janeiro de 2019. Ela recomenda a alteração na contabilização de contratos, inclusive de aluguéis", explicou Fernanda Moreira, integrante do Grupo de Financial Services da KPMG em São Paulo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS À RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desde janeiro de 2019, tornou-se obrigatória a adesão ao eSocial pelas entidades sem fins lucrativos. Contudo, apesar de já ser uma realidade, este é um tema que ainda gera confusões."O eSocial é um sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias. Ou seja, trata-se de um instrumento de unificação da prestação de informações referentes à escrituração contábil dessas três obrigações. Ele reúne, em ambiente único, as informações referentes à escrituração de dados fiscais, previdenciários e trabalhistas que as empresas, de forma geral, devem prestar aos órgãos governamentais", esclareceu Paulo de Oliveira Abrahão, presidente do Observatório Social do Brasil e supervisor de equipe de análise da Delegacia Especial de Administração Tributária da Receita Federal em São Paulo.

AUDITORIA DO TERCEIRO SETOR

Renato Postal, sócio da PwC Brasil e membro do Risk & Quality Brasil, no âmbito de IFRS, apresentou o painel "Novidades da auditoria do Terceiro Setor em 2019", cujo tema foi o Relato Integrado.

"Este foi um tema muito discutido e de grande repercussão na Conferência das Nações Unidas, realizada no Rio de Janeiro (Rio+20) em 2012, porém foi oficialmente criado em 2010. Ele tornou-se realidade em 2019, diante da necessidade de adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS)".

Outro ponto abordado no painel foi a mudança de estrutura jurídica das organizações sociais por meio de cisão, incorporação e fusão com outras instituições similares.

GESTÃO DAS FINANÇAS DO TERCEIRO SETOR

Neste painel, Martin Iglesias, gerente da área de oferta de investimentos e finanças comportamentais do Itaú-Unibanco e vice-presidente do Comitê de Educação para Investidores da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), orientou as organizações sociais na busca pelo melhor tipo de investimento e como gerenciar os recursos de modo a atender as necessidades de cada entidade ou projeto desenvolvido.

"Enquanto gestora de recursos públicos, face a parcerias com o Estado, a entidade beneficente deve aplicar os recursos financeiros para auferir melhor resultado, visando devolvê-lo aos cofres públicos e/ou aplicá-lo no social. Contudo, o gestor sempre fica na dúvida sobre em quais produtos deve aplicar: CDB, fundos de renda fixa e/ou variável, ações, títulos da dívida pública, LCA, etc. Antes de escolher, deve-se ter claro quais são seus objetivos, se são de curto ou longo prazo, o tipo de retorno desejado", pontuou.

DIREITO DO TERCEIRO SETOR

O painel "Reflexos das Reformas da Previdência e Trabalhista na relação com a mão de obra do Terceiro Setor" foi apresentado por Erotilde Minharro, mestre e doutora em Direito do Trabalho e juíza titular da 2ª Vara do Trabalho de São Caetano do Sul (SP).

Erotide afirmou que a proposta de reforma da previdência (PEC nº 6/2019), "traz em si uma minirreforma trabalhista, a qual o empregado poderá escolher se continuará com o atual regime de previdência ou optará pelo modelo de capitalização".

A reforma trabalhista completará dois anos, sendo que houve decréscimo de mais de um milhão de ações. "No entanto, sobre ela restaram ações diretas de inconstitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), e o TST teve muito trabalho para consolidar a sua aplicação".

CERTIFICAÇÃO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)

Marcos Heleno Guerson de Oliveira Junior, diretor de Política Regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), do Ministério da Educação (MEC), discorreu sobre o Cebas em sua palestra.

"O STF, nos autos da Adin nº 2028, julgou que a lei ordinária não pode regular a contrapartida social, ou seja, a gratuidade, para fins da isenção, porém a Lei nº 12.101/09 impõe que a isenção depende da Cebas. A certificação somente é concedida se provada a contrapartida social", ressaltou.

A atual norma apenas admite a parceria, para fins de se comprovar a gratuidade, com escolas públicas. "No entanto, as parcerias com outras entidades beneficentes, mediante

repasse de recursos, são uma realidade, ainda mais quando não existem, na região, usuários dentro do perfil socioeconômico exigido por lei para receber bolsas", destacou o executivo.

NOVOS DESAFIOS JURÍDICOS DO TERCEIRO SETOR

Em busca de sua sustentabilidade e da manutenção de seus projetos, muitas instituições sociais promovem a venda de serviços (saúde, educação, mão de obra técnica, etc.), entre outros modelos de geração de renda.

Porém, conforme destacou Marcos Biasioli, "tem se tornado corriqueira a contestação dessa prática, seja por parte do Ministério Público do Trabalho, seja pela Receita Federal, sob a alegação de que o ato caracteriza desvio de finalidade da organização social".

Biasioli explicou que, antes de dar início a uma obra social, é preciso que seus idealizadores pensem em como ela sobreviverá. "É fundamental ter em mente as formas de sustentabilidade e deixá-las evidentes em seu estatuto social. Sem isso, qualquer tentativa de comercialização de bens e serviços para fins de manutenção da organização se caracterizará como desvio de função, uma vez que essa ação não estava prevista no estatuto".

Entidades que não tenham previsto ações sociais e programas de geração de renda em sua cláusula pétrea correm o risco de verem essas atividades consideradas "prestações de serviços contínuos", podendo ser compreendidas como entidades com desvio de finalidade e, portanto, praticantes de atos ilícitos.

"Não é errado buscar meios alternativos para dar continuidade aos projetos de uma entidade social, seja por meio da venda de produtos ou serviços. Ao contrário, é essencial que se tenham fontes de renda diversas para garantir sua manutenção e sustentabilidade. O erro, no entanto, está em não prever essas atividades desde o 'dia 1' da organização. Não havendo previsão no estatuto, a organização atuará fora dos limites permitidos pela lei, podendo acarretar problemas para si", advertiu o advogado.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 40/19

O deputado Bibo Nunes, fundador e primeiro presidente do Partido Social Liberal (PSL) no Rio Grande do Sul, comentou a respeito do PLC nº 40/19 e explicou o que muda em relação à Cebas e à imunidade das entidades do Terceiro Setor.

"Este PLC, sob minha relatoria, visa regular a imunidade tributária relacionada às contribuições sociais das entidades beneficentes. Em seu artigo 10, ele prevê que, além da qualidade de entidade beneficente para usufruir o direito da imunidade tributária, a instituição deverá observar outras exigências legais."

No passado, as entidades beneficentes dependiam do INSS para expedir ato declaratório de isenção, cujo órgão demandava tempo para examinar e julgar o processo administrativo. De acordo com Nunes, "com a Lei nº 12.101/09, o requerimento foi substituído pela Cebas. Agora, consta no artigo 11 que a entidade beneficente terá que pedir novamente o reconhecimento da imunidade à Secretaria da Receita Federal."

O artigo 53 do PLC, conforme comentou o deputado, prevê que os processos em trâmite na esfera administrativa, que versem sobre requisitos para usufruir da imunidade tributária, devem observar apenas o atendimento dos artigos 9º e 14º do Código Tributário Nacional.

NOVA LEI DE PROTEÇÃO DE DADOS APLICÁVEL AO TERCEIRO SETOR

"É fato que as entidades beneficentes possuem um arsenal de informações e dados pessoais de milhares de usuários de seus programas, voluntários, doadores (pessoas físicas e jurídicas), associados e até dirigentes. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), que entrará em vigor em 2020, exige a proteção rigorosa aos dados obtidos", afirmou Renato Opice Blum, advogado e presidente da Comissão de Direito Digital do Instituto dos Advogados de São Paulo (IASP).

As entidades de saúde são obrigadas, por lei, a armazenar dados pessoais dos seus usuários, a exemplo das educacionais

e de assistência social, ainda mais quando celebram convênios com o Estado. "Tais dados muitas vezes são compartilhados por meio da prestação de contas aos órgãos públicos", alertou o especialista.

A LGPD prevê sanções administrativas e pecuniárias que, se aplicadas, podem variar de uma simples advertência concedendo prazo de adequações até o limite máximo de R$ 50 milhões.

CAPTAÇÃO DE RECURSOS DO TERCEIRO SETOR

Nos últimos cinco anos, passamos por um período intenso de transformações da sociedade e, para os próximos cinco anos, a expectativa é de que entraremos em uma fase de consolidação dessas mudanças, em que acabaremos incorporando inovações em nosso dia a dia. Essa é a previsão para os próximos anos do médico Chao Lung Wen, doutor em Informática Médica.

Especialista em Telemedicina, o médico explicou que ela "não é uma ferramenta, mas um método por meio do qual pode ser provido um serviço de saúde de qualidade, utilizando recursos digitais seguros. Ela ainda permite fazer uma reengenharia dos sistemas do provimento de saúde, deixando de atuar na cobertura de doenças para atingir a área de gestão de saúde", afirmou.

Chao acredita que, para a próxima década, o grande desafio não é saber se teremos recursos para cobrir a demanda de doenças, mas, sim, saber quais recursos digitais ajudarão a evitar que as pessoas fiquem doentes e, também, como fazer a manutenção da saúde.

"A medicina conectada não se limita a um médico, um computador e uma câmera digital; isso é um entendimento errado e superficial. Ela envolve o uso de recursos tecnológicos, que captam os sinais de pessoas. É uma medicina que se utiliza de equipamentos de telepropedêutica, visando à criação de uma cadeia integrada e eficiente de saúde", explicou o especialista.

NOVIDADES EM ESTUDO PARA O APRIMORAMENTO DO SICONV

"O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) é voltado para a operacionalização dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria, de fomento e de colaboração", explicou Kathyana Buonafina, especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental e coordenadora de Gestão de Processos na Coordenação-Geral de Normas e Processos do Departamento de Transferências da União da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia.

Em 26 de fevereiro deste ano, foi baixada a Portaria Interministerial nº 78. "Ela dispõe sobre procedimentos e prazos para operacionalização das emendas parlamentares individuais de execução obrigatória, bem como sobre procedimentos e prazos para a superação de impedimentos de ordem técnica", disse a especialista.

NOTA FISCAL PAULISTA BENEFICIA ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

A *Nota Fiscal Paulista* (NFP) é um programa de estímulo à cidadania fiscal no Estado de São Paulo, implementado pela Lei nº 12.685/2007. "Seu objetivo é estimular os consumidores pessoas físicas a exigir o documento fiscal no momento da compra – seja de mercadorias, bens ou serviços – de contribuinte do ICMS", explicou Henrique Meirelles, secretário de Estado da Fazenda e Planejamento de São Paulo e ex-ministro da Fazenda.

Nos termos da referida lei, podem participar do programa as entidades paulistas sem fins lucrativos que atuem nas áreas de assistência social, saúde, educação, defesa e proteção animal e cultura.

O ex-ministro ressaltou que essas entidades "poderão se beneficiar por meio do recebimento de créditos e bilhetes para concorrer aos sorteios a partir de cupons fiscais relativos às suas aquisições próprias; doação de cupons fiscais sem registro do CPF, realizada pelos consumidores em favor da entidade, por meio do sistema da Nota Fiscal Paulista; e doação automática de cupons fiscais com CPF, cuja opção pode ser realizada pelo consumidor diretamente no sistema da NFP".

Para usufruir dos créditos concedidos e participar dos sorteios, essas entidades, segundo Meirelles, deverão ser paulistas e sem fins lucrativos, bem como estar devidamente cadastradas e ativas em suas respectivas secretarias de atuação:

- **Assistência Social:** na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social (SEDS), nos termos da Resolução Conjunta SF/SEDS nº 01/2013.
- **Defesa e Proteção Animal:** na Corregedoria Geral da Administração, nos termos da Resolução SF nº 40/2013.
- **Educação:** na Secretaria Estadual de Educação, nos termos da Resolução Conjunta SF/SE nº 01/2013.
- **Saúde:** na Secretaria Estadual da Saúde, nos termos da Resolução Conjunta SF/SS nº 01/2010.
- **Cultura:** na Secretaria da Cultura, nos termos da Resolução Conjunta SF/SC nº 01/2018.

Meirelles apontou, ainda, que elas deverão possuir o Certificado de Regularidade Cadastral de Entidade (CRCE liberado), conforme previsto nas Resoluções Conjuntas SF/SEDS nº 01/2013, SF/SS nº 01/2010, SF/SE nº 01/2013, SF/SC nº 01/2018 e SF nº 40/2013.

Após o cadastro na secretaria de atuação e obtido o CRCE liberado, a entidade deverá providenciar seu acesso ao sistema da NFP na forma de Consumidora Pessoa Jurídica. "Caso esteja cadastrada no Cadastro de Contribuintes do ICMS, ela deverá acessar o sistema como Contribuinte, utilizando login e senha do Posto Fiscal Eletrônico", orientou o ex-ministro.

TERCEIRIZAÇÃO PELO TERCEIRO SETOR

Tema dos mais polêmicos e controversos envolvendo a relação entre o Estado e as organizações sociais, organizações da sociedade civil e a iniciativa privada, a chamada "privatização" da gestão de equipamentos públicos se tornou um modelo bastante adotado pelos governos em todos os níveis da administração

POR LUCIANO GUIMARÃES

Há anos o estado de São Paulo tem sido pródigo em levar adiante projetos considerados bem-sucedidos em áreas tão diversas como assistência social, saúde, educação e cultura, a exemplo do Bom Prato, dos Ambulatórios Médicos de Especialidades (AME) e de serviços de diagnóstico, da Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), Sala São Paulo, Pinacoteca e do Memorial da Resistência.

A assertividade dessa fórmula levou o então governador Márcio França a baixar, no final do ano passado, o Decreto nº 64.056, estabelecendo que o prazo de duração dos contratos de gestão não deverá ser inferior a dois anos nem ultrapassar dez anos. As organizações que hoje fazem a gestão dos equipamentos públicos foram definidas após processo licitatório.

Por óbvio, independentemente do estado onde vigora o contrato de gestão, a tendência é que haja cada vez mais controle por parte da administração pública, principalmente em tempos de crise financeira e consequente "contingenciamento" de verbas. Além de ter os balanços financeiros auditados e publicados na imprensa, relatórios com as contas são enviados periodicamente à administração pública. Na esfera federal, por exemplo, acirra-se o controle do emprego do recurso público social.

"A Medida Provisória 870/2019, de 1º de janeiro, delegou poderes à Secretaria do Governo, para promover maior controle das organizações não governamentais (ONGs)", comenta o advogado Marcos Biasioli, sócio do M. Biasioli Advogados, membro do conselho editorial da revista *Filantropia* e vice-presidente da Primeira Comissão de Direito do Terceiro Setor do Brasil, por meio da OAB/SP.

Segundo o artigo 5º da MP, que tem dez itens, "*À Secretaria de Governo da Presidência da República compete: II - supervisionar, coordenar, monitorar e acompanhar as atividades e as ações dos organismos internacionais e das organizações não governamentais no território nacional*; ...".

Favorável à chamada "Privatização da Assistência Social", Biasioli, assim como os seus colegas advogados Ricardo Curia Montemagni e Thais Jennifer Freire Amancio da Rocha, defendem esse ponto de vista.

"Não seria a hora deste novo e entusiasta governo repensar não só um novo e rigoroso modelo de política pública social, mas sim um novo conceito? Seria ousadia ou até utopia para muitos estudiosos e ativistas sociais refletir sobre a 'privatização' da assistência social?", questiona o trio, em recente artigo escrito sobre o assunto.

Diretor-executivo da Associação Brasil de Captadores de Recursos (ABCR), o advogado e mestre em administração pública João Paulo Vergueiro argumenta que, em primeiro lugar, é importante entender o papel das organizações da sociedade civil.

As organizações são parte da democracia, compõem o tecido social que torna a nossa democracia mais forte

Segundo o especialista, as ONGs não existem para substituir o governo ou porque ele é ineficiente. As organizações são parte da democracia, compõem o tecido social que torna a nossa democracia mais forte. Existem em todos os países onde há liberdade, para garantir a defesa de direitos, a promoção de causas e a transformação da sociedade.

"Quando analisamos a possibilidade de termos as organizações assumindo a gestão de espaços públicos, como centros culturais, museus, postos de saúde e, eventualmente, até escolas, ela tem que ser vista dentro desse contexto: não da organização assumindo a responsabilidade que deveria ser do Estado, mas fazendo parceria com o próprio para garantir uma gestão mais eficiente e que retorne ainda mais impacto para a sociedade – mas que, no final, ainda é de competência do Estado", descreve.

Vergueiro, entretanto, alerta para o risco desse modelo tornar a organização dependente do recurso público. "Como a administração transfere não somente a gestão do espaço, mas também uma boa quantidade de recursos, esse modelo pode tornar a organização muito vulnerável no futuro, caso o orçamento seja cortado", observa.

O gestor também defende que, na captação de recursos, haja a diversificação das fontes de receita, evitando-se, com isso, depender de um único financiador que represente mais de 30% da receita da organização. Em seu entender, o modelo de gestão de espaços públicos por organizações da sociedade civil muitas vezes leva a isso, tamanho é o aporte financeiro do governo.

"É uma grande ameaça para as organizações. O melhor é sempre investir em captação de recursos e garantir que a instituição seja financeiramente independente. Diversifique suas receitas, tenha doadores. Isso faz a diferença", recomenda.

NA PRÁTICA, COMO SE DARIA A "PRIVATIZAÇÃO" DA ASSISTÊNCIA SOCIAL?

O *performance bond* é um modelo adotado pelos Estados Unidos desde 1897, bem como na Grã-Bretanha e em outros países. Nele, a iniciativa privada é provocada a participar de um certame para explorar uma atividade eminentemente pública, inclusive de interesse social. O vencedor recebe do Estado, porém uma seguradora deve garantir o cumprimento da obrigação, eliminando o risco do poder público e oportunizando negócios para as partes que incentivam indiretamente as iniciativas estatais, sem ele ter que se preocupar com o controle do emprego do recurso público.

Exemplo 1:

Admitamos que determinado município queira erradicar o analfabetismo local. Ao invés de só investir em escolas, qualidade de ensino, docentes, controles diretos e indiretos da verba pública, ele passe a licitar para a iniciativa privada. Dentre as pessoas de direito privado, preferencialmente as entidades beneficentes, pois assim determina a Constituição Federal, para que assumam esse encargo, por um valor global anual, com a garantia de uma seguradora. Se houver tergiversação por parte da vencedora, o Estado recebe o dinheiro de volta. Caso haja sucesso, o que é mais provável, cuja régua será formada pelos exames já existentes, tal como o Enem, poderá multiplicar a demanda para outras áreas do município.

Exemplo 2:

Imaginemos um município com extrema pobreza, o qual não consegue obter recursos locais para bancar transformações sociais. Porém a União abre o certame para a iniciativa privada erradicar a miséria naquela cidade, mediante a entrega de mínimos sociais, com a contratação de *performance bond*, ou seja, a seguradora bancará o ônus, caso não atendidos os anseios do edital, que colocará métricas para mensurar o resultado. Filantrópicas, empresas, bancos e até pessoas físicas, providas de garantia, poderão participar. Acabará a intermediação, o compadrio público, pois a seguradora é quem fará a seleção e aferição do segurado, e não o Estado.

Exemplo 3:

No semiárido, cujo local as pessoas não têm o que plantar, pois o solo não permite; não há o que caçar para saciar a fome, pois sequer existe vida animal; não se tem água para matar a própria sede etc. Abre-se, então, processo licitatório, como de praxe, para a implantação de cisternas, saneamento básico, postos de saúde e de trabalho, destacando-se no edital que a prestação de contas, além de comprovar o emprego do recurso público, deve obrigatoriamente favorecer nominalmente os usuários, gerenciando e comprovando o seu engajamento aos fins, trazendo métricas objetivas ao Estado, de transformações por microrregiões, tudo garantido por *performance bond*, ou seja, risco zero para o Estado.

FONTE: M. BIASIOLI ADVOGADOS

EFICIÊNCIA NA GESTÃO

Para a especialista em desenvolvimento institucional e avaliação socioambiental Carol Zanoti, uma das motivações dos que defendem a terceirização da gestão de equipamentos públicos para organizações sociais e iniciativa privada é a eficiência da gestão, desde que se incluam dois princípios: a referência no atendimento diante da causa, para as primeiras, e a lucratividade, para a segunda.

No caso específico da área da saúde, explica ela, é imprescindível entender que existem vinculações constitucionais que estabelecem limites mínimos a serem aplicados pelos entes federados.

"Esses limites mínimos estão congelados desde a PEC nº 241/2016, por 20 anos – de 2017 a 2036 – em termos reais, a despesa primária no patamar de 2016, forçando que muitas metas estabelecidas para o SUS ficassem inoperantes e desconsiderassem as mutações socioeconômicas

e de acesso a direitos preconizados constitucionalmente", argumenta.

Carol ressalta que a relação entre Estado e organizações sociais ainda carece de transparência suficiente no modo como são dispostos e analisados dados referentes a diagnóstico, licitação, monitoramento, avaliação de processos e aporte dos recursos públicos, inclusive com metas completamente desajustadas.

"Mesmo para quem tem costume de pesquisar em diários oficiais, a transparência desse processo, que deveria levar à eficiência da gestão, torna-se um trabalho hercúleo, na hora de comprovar se o serviço 'x' ou 'y' é realizado por uma organização social", enfatiza.

Segundo a especialista, as organizações sociais são, na teoria, filantrópicas. Na prática, porém, funcionam com modelos de gestão privados, pois suas ações são por prestação de serviços.

"Os equipamentos de saúde geridos pelas organizações sociais atualmente custam aproximadamente 50% a mais do que aqueles geridos diretamente pelo poder público, de acordo com dados do Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária (SIGEO). Além disso, um terço desses equipamentos não publicou seu balanço e um quarto apresentou patrimônio negativo, portanto 80% das que apresentaram balanço estão *quebradas*", observa.

Para a especialista, há vários motivos para os déficits, sendo o principal deles o orçamento inadequado. "No processo de terceirização dos serviços de saúde, entre outros, os contratos ou convênios são negociados, pelas partes, já sabendo que os recursos não serão suficientes para cobrir as metas de atendimento. Muitos termos e contratos aditivos são assinados somente para cobrir a diferença dos prejuízos. Além disso, o governo do estado [*de São Paulo*] tem mantido as metas de atendimento e reduzido os orçamentos por ano, por conta de contingenciamentos. É uma conta que não bate", argumenta Carol.

APAC

O Brasil está repleto de bons e maus modelos da chamada terceirização da assistência social. Um exemplo positivo é a Associação Pinacoteca Arte e Cultura (Apac), sociedade civil de direito privado e sem fins lucrativos criada em 1992 com o objetivo de apoiar o funcionamento do museu, hoje com cerca de 10 mil obras.

Qualificada no final de 2005 como Organização Social de Cultura, a Apac assumiu, a partir de 2006, a gestão do museu para execução da política cultural definida pelo governo do

estado. Atualmente é responsável pela gestão da Pina_Luz, Pina_Estação e do Memorial da Resistência.

A entidade renovou contrato com o governo paulista no fim de 2018 com validade até 2022, e presta contas à administração pública em relatórios trimestrais.

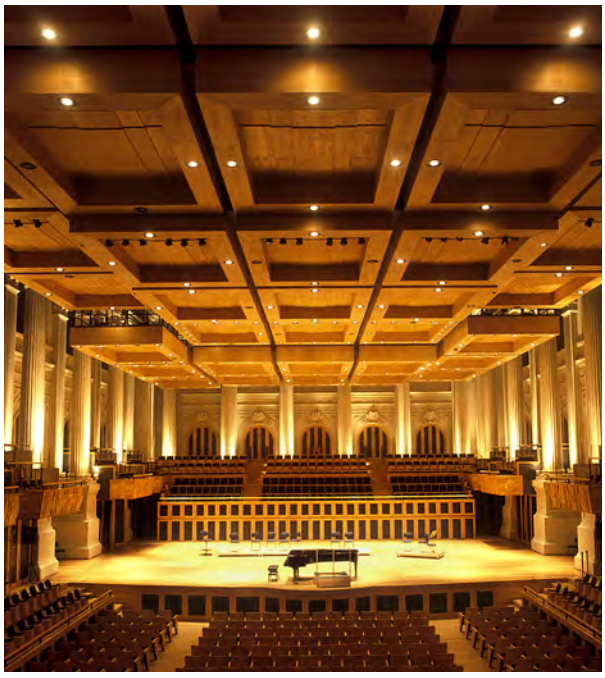
De acordo com o balanço financeiro relativo ao ano passado e auditado pela KPMG, a Apac registrou R$ 22,2 milhões em recursos advindos do contrato de gestão com o poder público. A organização também arrecadou R$ 629 mil em venda de ingressos, R$ 1,158 milhão com a comercialização de produtos na loja e R$ 214 mil em patrocínios não incentivados. Entre receitas e despesas, fechou as contas de 2018 com superávit de R$ 282 mil.

OSESP

Outro exemplo interessante vem da Fundação Osesp, que gere e administra a Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo (Osesp), a Sala São Paulo e o Festival de Inverno de Campos do Jordão. Para a temporada 2019 estão previstas mais de 120 apresentações, sendo 13 gratuitas.

A organização social encontra-se em seu terceiro ciclo contratual de parceria com o governo paulista, que termina em 31 de dezembro deste ano. Seus balanços contábeis são auditados pela PricewaterhouseCoopers.

Segundo o Relatório Gerencial de Orçamento Previsto X Realizado, a Osesp terminou 2018 com receitas de R$ 102,554 milhões, sendo R$ 55,282 milhões oriundos de repasse do contrato de gestão com o governo estadual. O caixa foi bem reforçado pela captação de outros R$ 34,2 milhões provenientes de recursos incentivados, patrocínios e assinaturas para as apresentações. Ao fechar com despesas totais de R$ 96,314 milhões, a Fundação obteve superávit de R$ 5,4 milhões (descontadas as amortizações e depreciações).



AME

Responsável por gerir e administrar seis unidades do Ambulatório Médico de Especialidades (AME) – Carapicuíba, Itu, Jundiaí, Jardim dos Prados e Pariquera-Açu e Santos –, a organização social Cruzada Bandeirante São Camilo Assistência Médico Social tem se destacado pela eficiência demonstrada em sua gestão.

Além dos AMEs citados, a entidade também administra o Hospital Geral de Carapicuíba e de Itapevi, além do Polo de Atenção Intensiva em Saúde Mental (PAI) – Baixada Santista, localizado em Santos, e das unidades de Pariquera-Açu e Santos da Rede de Reabilitação Lucy Montoro.

Nos últimos cinco anos, a parceria com o governo paulista repassou em torno de R$ 2,3 bilhões, o que torna a Cruzada Bandeirante uma das organizações sociais que mais recebem repasses do poder público no estado.

Junte-se à maior rede de Gestão para ONGs do Brasil!

FILANTROPIA

Recentemente a Revista Época elegeu as **100 melhores ONGs do Brasil**.
55 delas são integrantes da Rede Filantropia. Coincidência?
NÃO! Elas vão atrás de conteúdo e de capacitação para sua equipe!

143 TURMAS
Eventos presenciais e on-line.
Ganhe descontos de até 100%!

+ DE 6 MIL EDITAIS!
Encontre as melhores oportunidades.

FIFE 2019 - RIO DE JANEIRO
Maior evento de gestão para organizações sociais do país.

VÍDEO-AULAS
Gravadas em módulos de curta duração.
Assista quando e onde quiser.

+ DE 10 MIL TEXTOS
Artigos, entrevistas e matérias especiais.
Acesse o maior conteúdo sobre Terceiro Setor.

+ DE 800 PÁGINAS
Mais de 10 e-books publicados!

Saiba mais em filantropia.ong/beneficios

CONTABILIDADE EM ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: É POSSÍVEL VIVER SEM?

RÉGIS MONTEIRO FERREIRA

WARLEY DE OLIVEIRA DIAS

Apesar de as igrejas estarem no Brasil desde a Colonização Portuguesa, sempre perguntam se elas precisam ter contabilidade. Por ser uma dúvida recorrente, apresentamos aqui questões fundamentais de enquadramento e esclarecimentos gerais que cercam as regras para a contabilidade das igrejas no país.

Primeiramente, é importante esclarecer que as organizações religiosas são organizações que praticam a religião. Parece elementar, mas para deixar clara sua essência, segue a definição do termo "Religião", segundo o Wikipédia em português:

Religião é um conjunto de sistemas culturais e de crenças, além de visões de mundo, que estabelece os símbolos que relacionam a humanidade com a espiritualidade e seus próprios valores morais. Muitas religiões têm narrativas, símbolos, tradições e histórias sagradas que se destinam a dar sentido à vida ou explicar a sua origem e do universo. As religiões tendem a derivar a moralidade, a ética, as leis religiosas ou um estilo de vida preferido de suas ideias sobre o cosmos e a natureza humana.

Resumidamente, entendemos que a prática de qualquer ato religioso, desenvolvido por organizações devidamente estabelecidas com personalidade jurídica, é suficiente para definir o termo "organizações religiosas". Nesse sentido, desde 2003 ele é especificado no Código Civil Brasileiro, no item IV do artigo 44 (que relaciona o que são as Pessoas Jurídicas de Direito Privado no Brasil).

De forma geral, as organizações religiosas são constituídas como associações sem fins lucrativos, com Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já quanto à sua natureza jurídica no âmbito dos normativos da Receita Federal do Brasil (RFB), as organizações religiosas estão amparadas no código de classificação 322-0 da Tabela de Natureza Jurídica e Qualificação do Representante da Entidade da RFB.

Outro questionamento que sempre surge é sobre a tributação dos resultados (superávits) das organizações religiosas. No entendimento da RFB, que em 2017 emitiu a IN 1700, destacam-se os seguintes pontos de atenção, que respaldam a possibilidade de cobrança de IRPJ e CSLL das organizações religiosas:

1. Art. 2º A administração e a fiscalização do IRPJ e da CSLL competem à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB).
2. Art. 4º São contribuintes do IRPJ e da CSLL: I - as pessoas jurídicas
3. Art. 5º Consideram-se pessoas jurídicas, para efeito do disposto no inciso I do caput do art. 4º: I - as pessoas jurídicas de direito privado domiciliadas no Brasil, sejam quais forem seus fins, nacionalidade ou participantes no capital.

Conforme se pode entender com base nos textos extraídos da IN 1700/2017, a RFB considera que as Pessoas Jurídicas (PJs) podem ser tributadas com IRPJ e CSLL, pois todas seriam consideradas contribuintes, independentemente dos seus fins de lucros.

Há um pequeno alívio pela imunidade concedida aos templos religiosos, mas, somente para o tributo IRPJ, conforme se pode observar no art. 8º : Não estão sujeitos ao IRPJ os templos de qualquer culto. E em relação à CSLL?

A RFB não garante a Imunidade Tributária, restando, então, para o benefício de não pagamento de tributos, a isenção desse tributo. Nesse contexto, o art. 13 da referida IN 1700 de 2017 diz que:

"São isentas do IRPJ e da CSLL as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestam os serviços para os quais foram instituídas e os colocam à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos."

No entanto, para usufruir dessa isenção, a organização religiosa precisa atender a alguns requisitos estabelecidos no artigo 10º da IN 1700, dentre eles: manter a contabilidade regular

Régis Ferreira é mestre em Contabilidade e Controladoria pela UFMG, MBA executivo em Finanças pelo IBMEC, Contador pela UFMG, Diretor da R&R Auditoria e Consultoria – empresa especializada em Auditorias para o Terceiro Setor desde 1990 (25 anos de experiência no terceiro setor). Gestor e professor da Pós-Graduação Contabilidade e Gestão para o Terceiro Setor (FBMG).
Warley Dias é mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é diretor nas empresas R&R Auditoria e Consultoria e Value Gestão de Negócios. Professor da pós-graduação em Contabilidade e Gestão para o Terceiro Setor da Faculdade Batista de Minas Gerais (FBMG).

conforme as normas brasileiras de contabilidade e apresentar a Escrituração Contábil Fiscal (ECF). Abaixo os requisitos do artigo 10º da IN, com as condicionantes para a isenção do IRPJ e CSLL:

1. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.
2. Para o gozo da imunidade as instituições a que se refere este artigo estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:
   a. não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;
   b. aplicar integralmente seus recursos na manutenção e no desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
   c. manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
   d. conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos contado da data da emissão, documentos que comprovem a origem de suas receitas, a efetivação de suas despesas e a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
   g. apresentar, anualmente, Escrituração Contábil Fiscal (ECF) de acordo com o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.422, de 19 de dezembro de 2013.Caso os requisitos não sejam cumpridos, o direito à isenção tributária pode ser perdido ou questionado pelo Auditor Fiscal da RFB, que inclusive poderá emitir uma notificação fiscal, conforme destacado nos §§ 3º, 4º e 5º do artigo 13 da IN.

   § 3º Às entidades isentas aplicam-se as disposições do § 2º e dos incisos I a V do § 3º, ambos do art. 10, ressalvado o disposto no § 4º desse mesmo artigo.

   § 4º As entidades que deixarem de satisfazer as condições previstas nos incisos I a V do § 3º do art. 10 perderão o direito à isenção, observado o disposto nos §§ 5º a 13.

   § 5º Constatado que a entidade beneficiária de isenção deixou de cumprir requisito ou condição previsto nos incisos I a V do § 3º do art. 10, o Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil expedirá notificação fiscal, na qual relatará os fatos que determinam a suspensão do benefício, indicando inclusive a data da ocorrência da infração.

As organizações religiosas, para atenderem minimamente as exigências legais e terem tranquilidade de não serem tributadas, precisam de uma contabilidade organizada e de acordo com as normas brasileiras

Outro ponto importante é que, além das exigências descritas no artigo 10 da IN 1700, a organização religiosa, caso tenha auferido receita anual acima de R$ 1,2 milhões, será obrigada a entregar a ECD.

Além da RFB, a Norma Brasileira de Contabilidade exige que as organizações religiosas apresentem a contabilidade, de acordo com critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas de entidade sem finalidade de lucros.

Segundo o item 2 da ITG 2002, a norma deve ser aplicada para as entidades de direito privado sem fins de lucros, inclusive para a organização religiosa.

Além disso, o item 4 da ITG 2002 também deixa clara a necessidade de aplicar as outras normas brasileiras de contabilidade como:

1. A NBC TG 1000 para pequenas e médias empresas com receitas de até R$ 300 milhões no ano ou com patrimônio de até R$ 240 milhões.
2. As Normas Completas Brasileiras (NBCs) para as organizações com receita acima de R$ 300 milhões por ano ou com patrimônio acima de R$ 240 milhões.

Assim, é imprescindível a apresentação de contabilidade de forma regular, organizada, verdadeira, confiável e íntegra, com ética e respeito aos princípios e regras geralmente aceitos. Nesse sentido, existe inclusive um termo muito interessante que está descrito nas características da informação contábil que é a fidedignidade, ou seja, a apresentação da informação contábil de forma fiel à realidade da organização.

Portanto, as organizações religiosas, para atenderem minimamente as exigências legais e terem tranquilidade de não serem tributadas, precisam de uma contabilidade organizada e de acordo com as normas brasileiras, além de cumprir com uma série de obrigações acessórias. Por fim, é importante ressaltar, que além de uma obrigação legal e fiscal, apresentar uma boa informação contábil denota que as organizações religiosas estão no caminho certo para atestar a retidão das entidades e de seus gestores, demonstrando o cumprimento de princípios éticos, legais e políticas definidas nos seus objetivos sociais. Afinal, a "moda" é foco na transparência e credibilidade das informações e das instituições.

MONELLO CONTADORES

CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR

50 ANOS

de Compromisso com as Entidades do Terceiro Setor

A Monello Contadores traz inovação e técnica contábil para as empresas do Terceiro Setor, Sua missão é promover segurança, transparência, planejamento e os melhores resultados, visando assim o desenvolvimento social de seus parceiros.

Nossa visão é prestar serviços contábeis, fiscais e de assessoria, sempre pautados pela ética, responsabilidade social e ambiental, características essenciais do Terceiro Setor.

O principal intuito da Monello Contadores é oferecer os melhores serviços àqueles que têm o interesse em se tornar parceiro na construções de um País mais justo e solidário.

MONELLO CONTADORES
CONSULTORIA CONTÁBIL E FISCAL PARA O 3º SETOR
Escritório Contábil Dom Bosco

SÃO PAULO/SP:
Av. Gal. Olímpio da Silveira, 655 - 1º e 2º Andar
Perdizes - CEP 01150-001
Fone/Fax: (11) 3868.6333

www.monellocontadores.com.br

Produção editorial de
REVISTAS E INFORMATIVOS
de organizações sociais

- Produção de textos e reportagens
- Diagramação, revisão e tradução
- Impressão e publicação on-line
- Publicação em tablets e smartphones
- Distribuição

Peça um orçamento: (11) 2978-6686 | comercial@zeppelini.com.br

ZEPPELINI PUBLISHERS | www.zeppelini.com.br

POR MARKET ANALYSIS

INFÂNCIA CRESCENTEMENTE AMBIENTALIZADA NO BRASIL E NAS AMÉRICAS

Alguns falam de aceleração geracional da consciência ambiental; outros em ansiedade climática atacando os mais jovens. Independentemente da leitura mais otimista ou pessimista, um mesmo fenômeno vem se registrando em todo o mundo: a crescente e importante sensibilidade das crianças e adolescentes com o meio ambiente e as mudanças do clima.

Foram eles os principais protagonistas de várias manifestações recentes de maior impacto. Greta Thunberg, a *teenager* sueca que chacoalhou o mundo político europeu a partir de seus discursos e protestos em prol do meio ambiente, talvez seja o exemplo individual mais visível.

Com certeza, ele continha a força necessária para inspirar milhares de jovens no mundo todo, inclusive o Brasil, a parar - como aconteceu em 15 de março e voltou a se repetir no final de maio. Só que desta vez não se trata de uma elite ínfima mobilizada em meio a um mar de apatia, como costuma acontecer quando grupos militantes ocupam as ruas e fazem barulho.

Uma pesquisa da Market Analysis, em parceria com a rede WIN Américas, revela que a infância está cada vez mais ambientalizada, isto é, fortemente influenciada por preocupações e expectativas em que a qualidade do meio ambiente e o senso de urgência com relação aos problemas climáticos ocupam um lugar central na agenda pessoal. Sete em cada dez crianças estão interessadas em proteger o meio ambiente, de acordo com a avaliação de mães de crianças entre 3 e 13 anos de idade. Ainda mais, quanto mais próximas da adolescência, maior é a expressão dessa preocupação.

O estudo – realizado entre novembro de 2018 e janeiro de 2019 - explorou crenças e comportamentos das crianças com relação ao meio ambiente, a partir das observações e percepções das mães. Ao todo, foram entrevistadas 4.929 mães em oito países (além do Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Equador, EUA, México e Peru). Essa amostra representa 80% dessa população da região.

Quase dois terços das mães de crianças entre 3 e 9 anos e três quartos das mães de crianças entre 10 e 13 anos acreditam que seu filho/a se interessa por esse tema. Os receios com a qualidade ambiental crescem significativamente na adolescência (+17%!), revelando um momento ímpar para implementar ações educativas e práticas.

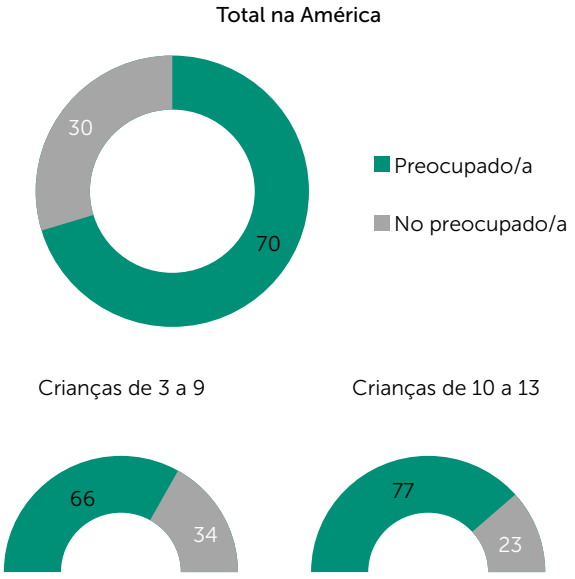
Na região, o Chile é o país onde a maioria das mães tem certeza de que seus filhos se preocupam com o meio ambiente, enquanto os Estados Unidos são o país com a menor porcentagem de mães que acreditam nisso. Na visão das brasileiras, seus filhos exibem níveis de preocupação na média.

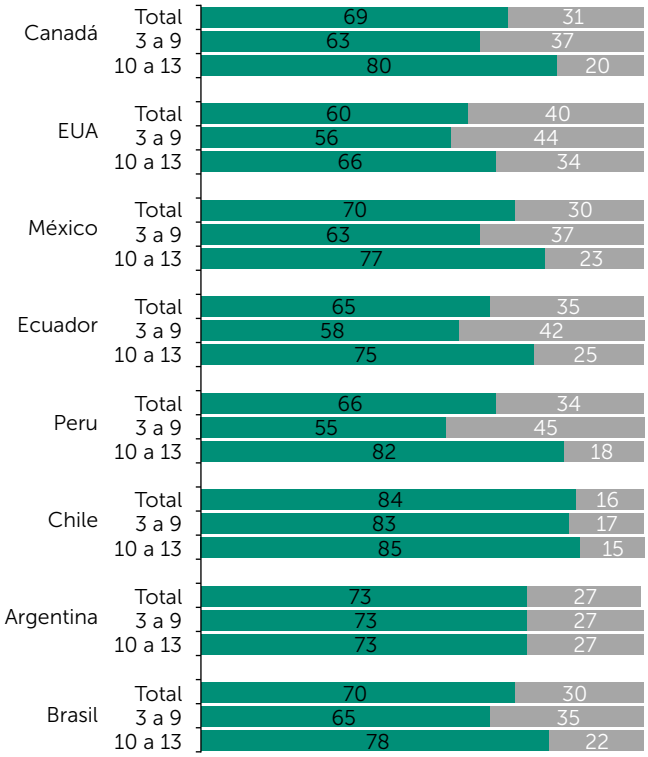
ENGAJAMENTO COTIDIANO DENTRO DE CASA

A ambientalização da infância passa pelo compartilhamento dessa sensibilidade ambiental dentro de casa. Uma em cada sete

Grau de preocupação das crianças com o meio ambiente

% dentro da população total





Fonte: Market Analysis/WIN Américas, 2019. Base: 4929 – mães de crianças entre 3 e 13 anos

crianças (14%) lembra ativamente e policia os pais sobre proteção do meio ambiente, e em quatro de cada dez lares (43%), as crianças compartilham com seus pais a responsabilidade por lembrar no âmbito doméstico sobre a importância de proteger o planeta.

Essa disposição proativa cresce na medida em que as crianças amadurecem, já que a necessidade de serem lembradas pelos pais a respeito dos cuidados com o meio ambiente diminui (de 48% entre 3-9 anos passa para 36% entre 10-13 anos), refletindo maior autonomia e engajamento dos pré-adolescentes e adolescentes com as causas ambientais. E o Brasil não foge à regra: quanto mais velha a criança, maior a apropriação ativa da pauta ambiental no âmbito doméstico (sobe de 14% entre 3-9 anos para 20% entre 10-13 anos).

PARA ALÉM DO DISCURSO, EMBORA DENTRO DO REPERTÓRIO CONVENCIONAL

A ambientalização sai do plano meramente discursivo e ocorre no dia a dia, motivando a adoção de condutas concretas no cotidiano das crianças. Quase todas as mães identificam comportamentos pró-ambientais concretos adotados pela sua prole.

Esses comportamentos são principalmente ações preventivas ou de mitigação (tais como descartar lixo adequadamente, desligar luzes ou torneiras, ou poupar recursos naturais otimizando o uso de produtos), todas as iniciativas em sintonia com outros benefícios supra-ambientais, tais como higiene, estética (lixo no lixo) e economia de recursos (poupar luz, água, papel).

É interessante notar as diferenças que existem entre alguns países da região. No topo do hemisfério norte, no Canadá e EUA, separar os resíduos para reciclagem torna-se a segunda forma mais popular de atividades colocadas em prática em defesa do meio ambiente, com 88% e 69% de ocorrência, respectivamente.

No outro extremo do hemisfério, no Brasil e Argentina, o que se revela é a existência de uma grande brecha entre as ações mais convencionais e tradicionais e as novas alternativas de redução do impacto ambiental ou ganhos de qualidade ambiental.

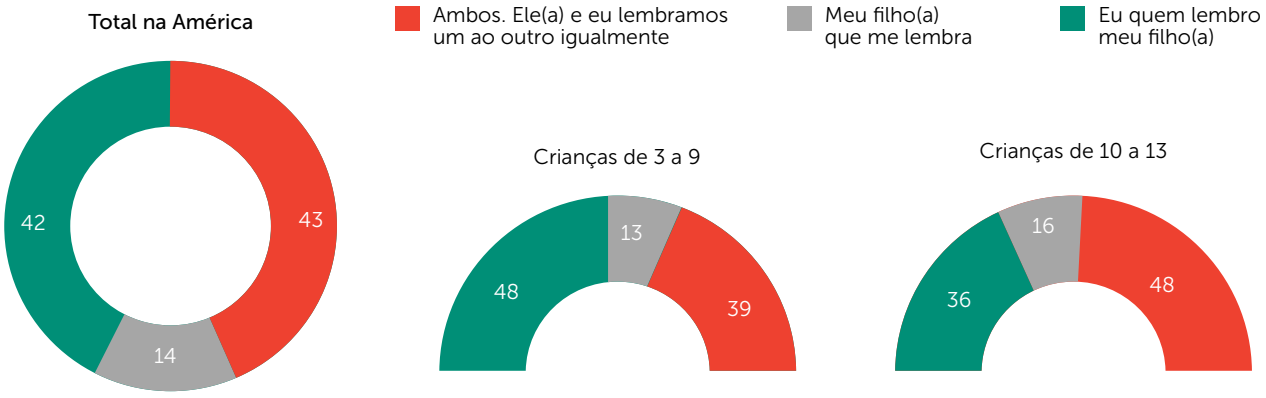
Separar lixo para reciclagem convoca quase ¼ ou 1/5 dos jovens apenas. Adotar mobilidade sustentável como bicicleta ou percorrer distâncias a pé é prática de, no máximo, pouco mais de ¼ do público infantil. Comprar produtos sustentáveis é ainda menos presente, uma prática abraçada por menos de um décimo dos jovens.

O COPO MEIO CHEIO... DE OLHO NO FUTURO

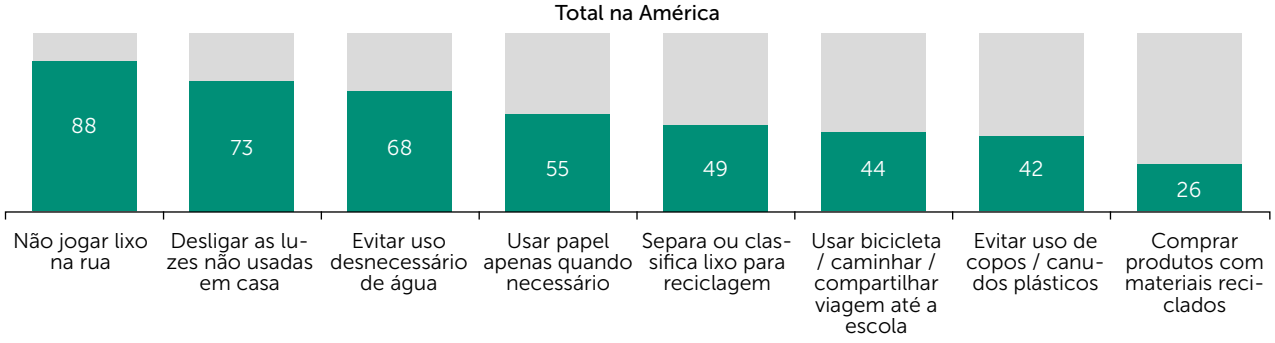
As mães reconhecem que a pauta ambiental entrou na infância e se expressa de maneira frequente e intensa, passando a fazer parte do cotidiano e das considerações das crianças. Essa sensibilidade desenvolvida cedo na vida significa que haverá um público interessado e conectado com temas ambientais no futuro, garantindo espaço para a difusão e mobilização de notícias e ações.

Entretanto, ainda há muito espaço para a conversão da preocupação genérica em formas apropriadas de ação prática. De modo parecido, falta tornar a aflição infantil em compartilhamento

Quem lembra quem com maior frequência sobre a proteção do meio ambiente?



Práticas das quais as crianças protegem o meio ambiente



	Canadá	EE. UU.	México	Equador	Perú	Chile	Argentina	Brasil
Não joga lixo nas ruas	99	93	86	71	84	95	85	82
Desliga luzes não usadas em casa	65	71	71	81	84	81	55	60
Evita uso desnecessário de água corrente	74	67	64	83	90	73	50	46
Usa papel apenas quando necessário	85	81	49	90	94	70	28	22
Separa ou classifica lixo para reciclagem	88	69	49	64	59	38	20	27
Usa bicicleta / caminha até a escola / casa de amigos / locais de atividades ou usa caronas ou compartilhamento de carro com outras crianças	59	42	32	62	72	65	28	22
Evita usar copos / canudos de plástico	46	45	59	68	65	57	13	23
Compra produtos feitos de materiais reciclados	29	42	21	49	34	38	8	9

Fonte: Market Analysis/WIN Américas, 2019. Base: 4929 – mães de crianças entre 3 e 13 anos

efetivo de responsabilidades no dia a dia, uma vez que apenas uma minoria das crianças exerce a liderança em casa.

A entrada na adolescência é uma janela de oportunidade para a conscientização ativa, já que cresce o interesse ambiental. No Brasil e na Argentina, ainda persiste uma noção muito convencional e tradicional do que seriam práticas ambientais corretas, limitada a ações preventivas de limpeza/higiene pública e poupança de recursos fornecidos publicamente.

Novas práticas de melhora da qualidade ambiental ou reversão de impactos negativos, tais como reciclagem, tolerância zero ao plástico, mobilidade sustentável, entre outras, atingem pouco ou nada as crianças e suas famílias. Aumentar o repertório de ações possíveis e melhorar os incentivos para colocá-las em prática são os novos desafios para consolidar uma geração de líderes ambientais em nossa região.

FIFE 2019 O MAIOR DA HISTÓRIA!

Mais de 800 profissionais desembarcaram no Rio de Janeiro para participar de quatro dias de evento com mais de 100 atividades

POR GABRIEL GUIRÃO

O Rio de Janeiro continua lindo. Ô, se continua! A gente viu de perto. Entre os dias 9 e 12 de abril de 2019, a Cidade Maravilhosa foi palco da sexta edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica – FIFE. Desembarcamos na cadência carioca, repletos de expectativas, e tivemos gratas surpresas. Ao todo, 882 profissionais compareceram ao evento. Um recorde de público na história do FIFE. E, agora, somamos mais de 3 mil pessoas capacitadas ao longo de seis anos de existência.

Organizado pela Rede Filantropia, o evento teve como objetivo promover o apoio às Organizações da Sociedade Civil por meio da difusão de boas práticas de gestão desenvolvidas exclusivamente para o fortalecimento e a profissionalização das instituições que compõem o Terceiro Setor. Durante quatro dias, cerca de 100 palestrantes apresentaram temas fundamentais para a atualização e o entendimento dos requisitos legais necessários para a criação e a manutenção de uma OSC.

O FIFE 2019 aconteceu no Centro de Convenções SulAmérica e reuniu mais de 100 atividades, incluindo palestras, aulas, debates e consultorias coletivas. A programação abordou temas essenciais para a boa gestão das organizações, entre os quais *compliance* nas organizações do Terceiro Setor; tecnologia e segurança da informação; investimento social privado e engajamento de empresas; captação de recursos; e voluntariado.

De acordo com o presidente da Rede Filantropia, Marcio Zeppelini, a edição carioca do FIFE foi um marco na história da organização. "O FIFE é o maior encontro envolvendo os profissionais da área do Terceiro Setor no Brasil. A cada edição, as palestras, painéis e atividades apresentadas favorecem a ampliação do networking, além de possibilitarem a troca de experiências entre os participantes vindos de todas as regiões do país e também do exterior", afirma Marcio. E você, sabe de onde vêm os *fifeiros*? A resposta é linda: participantes de 25 Estados e palestrantes dos Estados Unidos, Espanha, México, Angola e Guatemala, além do Brasil, é claro!

Quem também comemora os resultados positivos do FIFE 2019 é a diretora executiva da Rede Filantropia, Thaís Iannarelli. Para ela, o FIFE é uma oportunidade única para ter acesso a um conteúdo de extrema qualidade com a presença dos mais renomados profissionais do setor. "Realizamos diversas capacitações ao longo do ano com o objetivo de manter os profissionais do Terceiro Setor por dentro das novidades do segmento. O FIFE coroa o nosso trabalho de um ano todo. Reunimos palestrantes e painelistas nacionais e estrangeiros para oferecer muito conhecimento e relacionamento. Os especialistas compartilharam cases sobre legislação, captação de recursos, contabilidade, comunicação, administração, voluntariado, tecnologia e assistência social", relembra a dirigente.

Durante a cerimônia de encerramento, Marcio Zeppelini anunciou que a sétima edição do FIFE será realizada na cidade de Florianópolis, em Santa Catarina, de 14 a 17 de abril de 2020. Para o executivo, "o alto número de inscritos no fórum a cada ano reforça a importância do evento para o desenvolvimento e profissionalização do Terceiro Setor no Brasil". Zeppelini destaca, ainda, "que levará para a cidade catarinense a mesma qualidade apresentada nas edições anteriores e que transformaram o FIFE, com o apoio de parceiros de diferentes segmentos, em importante agente para a difusão do conhecimento e troca de experiências entre profissionais de diversos estados e países". As inscrições para o FIFE 2020 já podem ser feitas pelo *www.fife.org.br*.

O FIFE 2019 contou com patrocínio da Fundação Cargil, Instituto Bancorbras, Audisa, Blois & Oliveira Assessoria Contábil, Criando Consultoria, FenaCap, FEMAR, Humentum, Instituto Algar, International School, Lima&Reis Sociedade de Advogados, Omie Xperience, R&R-Auditoria Contábil, WK Sistemas. Entre os parceiros estratégicos, CIEDS, Cruz Vermelha, Curta a Ideia, Doação Solutions, Econômica, Ferrero, Itele, Jungers, MBiasoli Advogados, Pinheiros Carrenho e SocialProfit. Além da presença de sete expositores: Comitê International Geneve (CICV), Facilitabots, Gooders, Justus, New Vision, Sistema de Apoio a ONGs (SAO) e Techsoup Brasil.

O evento teve, ainda, o apoio institucional da Associação Brasileira de Captadores de Recursos (ABCR), Associação VIVA e Deixe Viver, CONIACC, Escola Aberta do Terceiro Setor, Instituto Doar, Institutos Ethos, Instituto Pro Bono, Rede Pró Aprendiz Rio, Viva Voluntário. E apoio local da Casa Ronald McDonald, Rio Convention&Visitors Bureau, Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro e Fundação Oswaldo Cruz e SPCOC.

VEJA COMO FOI O DIA A DIA DO FIFE 2019

PRÉ-FIFE

A Rede Filantropia deu boas-vindas aos participantes que participaram de dois fóruns. O primeiro com o tema "Voluntariado: um recurso relevante para a sociedade". Na sequência, Roberto Ravagnani foi o interlocutor do painel "Voluntariado e tendências - do simples ao tecnológico".

Na sequência, um seleto grupo pôde tirar todas as dúvidas sobre o desenvolvimento de sua organização nos campos jurídico e de mobilização de recursos durante uma das ações do pré-FIFE 2019.

A mentoria foi conduzida pelo professor Dr. Danilo Tiisel, advogado especialista em Terceiro Setor. O executivo percorreu os passos essenciais do desenvolvimento institucional das organizações, especialmente abordando as áreas legal e de captação de recursos.

Com informações esclarecedoras, que uniram as ferramentas da captação com o necessário juridicamente para colocá-las em prática, os participantes puderam dar exemplos do que fazem e do que pretendem fazer, além de trocar experiências com os integrantes de outras organizações. Foi um sucesso!

Dia 9 de abril (terça-feira)

Depois de um dia de muita chuva, São Pedro suspendeu suas atividades para que a noite de abertura do FIFE 2019 entrasse no verdadeiro clima carioca. Os mestres de cerimônias foram Roberto Ravagnani, que pelo sexto ano consecutivo abrilhanta e comanda de maneira ímpar a programação do evento, e Paloma Ângelo, que estreou no FIFE este ano. Dentro do centro de convenções, a ala Pimpolhos da Grande Rio abriu os trabalhos da noite. No quesito alegria... NOTA 10! Os *fifeiros* caíram no samba ali mesmo, entre as cadeiras do salão principal. Na sequência, Marcio Zeppelini subiu ao palco e discorreu sobre a terceirização do Terceiro Setor e mostrou a importância de dar dinâmica nas contratações de equipe para que um negócio seja rentável nos dias de hoje. "Com esse novo formato, conseguimos manter a mesma qualidade dos nossos serviços, tornando rentável a nossa operação. Quero mostrar aos profissionais do Terceiro Setor que é possível terceirizar atividades das suas OSCs para facilitar o dia a dia. Vamos potencializar o ser humano e utilizar a tecnologia em nosso favor", analisou.

Após a fala do presidente da Rede Filantropia, o mestre José Luiz Tejon Megido arrancou aplausos em pé de todos os profissionais do Terceiro Setor que estiveram no FIFE 2019. Autor de diversos *best sellers*, como *Guerreiros não nascem prontos* e *Elas: heroínas do por do sol*, Tejon falou sobre superação, a essência da filantropia e a importância da educação para construir um mundo melhor. Entre muitos ensinamentos, ele elencou as regras de ouro da cooperação, que podem ser aplicadas em todo e qualquer mercado. São elas: amor, intelecto, racionalidade, amigos provocadores e espiritualidade. A história de superação e sucesso de Tejon foi inspiradora. E assim, terminou a abertura do evento. Com gosto de quero aprender mais.

Dia 10 de abril (quarta-feira)

A quarta-feira começou internacional. Afinal, o México esteve no FIFE 2019. A fundadora da Casa Hogar Judeo Cristina e atual presidente do YZ Projectos de Desarrollo A.C., Rosa Morales, abriu a programação do evento com a palestra "Captação e engajamento de voluntários: um exemplo do México". Ela apresentou a plataforma *Impulsando Voluntades*, que auxilia jovens a se desenvolverem em diferentes frentes. "Fazemos ao longo do ano feiras de voluntariado, conferências e campeonatos. Não podemos deixar uma ação única e isolada porque perde força.

Nosso trabalho é contínuo e precisamos manter todos os envolvidos motivados. Além de ajudar a juventude, precisamos incentivar que os jovens façam trabalhos voluntários. Somente assim é possível um desenvolvimento sustentável".

Depois dela, o FIFE fez uma pergunta aos participantes: você sabe como a Universidade Pública, instituições privadas e a comunidade podem lutar contra o câncer pediátrico no Brasil? O professor e médico oncologista Antonio Sérgio Petrilli desembarcou no FIFE 2019 para responder essas e outras perguntas, além de mostrar o case de sucesso do GRAACC em parceria com o Instituto de Oncologia Pediátrica e a Unifesp para gerenciar um hospital.

"Entendemos que o atendimento humanizado auxilia no tratamento das crianças. Então, não basta apenas o equipamento de ponta e infraestrutura. É preciso um olhar apurado para oferecer um ambiente completo. A gente soube ouvir outras organizações para entender como poderíamos melhorar. O Instituto Ayrton Senna nos ajudou a criar nossa primeira brinquedoteca. A partir daí, evoluímos esse projeto para outros ambientes do hospital. Hoje, o GRAACC tem inclusive parceria com o Instituto Ronald McDonald e contamos com uma casa para receber crianças de fora da cidade de São Paulo para se tratarem conosco", pontuou Petrilli.

O case GRAACC enche nossos corações de esperança para promover um mundo melhor. Porém, para que uma causa ganhe força é preciso muito profissionalismo e engajamento. Por exemplo: sua OSC já tem um projeto de *compliance* vigente? Airton Grazzioli, José Eduardo Sabo Paes e Ricardo Monello protagonizaram o primeiro painel do FIFE 2019 com essa temática. É um tema novo tanto para empresas privadas quanto para organizações sociais, mas definitivamente é uma tendência no Brasil. E assim encerrou-se a manhã de atividades no Centro de Convenções SulAmérica.

As tardes do FIFE contaram com inúmeras palestras, divididas em salas menores e com duração de 50 minutos. Assim, os mais de 800 profissionais que estiveram presentes puderam se aprofundar em diferentes temas ao longo de quatro dias.

NO FIFE TEM GINCANA!

A Rede Filantropia organizou uma gincana muito legal durante o FIFE 2019, que premiou três *fifeiros*. Na apostila impressa que cada participante recebeu na entrada para o evento, havia uma frase bacana - porém, com vários espaços em branco. O desafio dos participantes foi completar a frase durante o evento por meio de vários QRcodes, que estavam espalhados pelo centro de convenções. Cada um deles ajudou com uma palavrinha. A primeira pessoa que completasse o desafio e entregasse para um dos membros da Equipe Filantropia, ganharia o ingresso do FIFE 2020 com hotel e passagem aérea. O profissional mais engajado foi Filipe Pedro Santana, que já está com os dois pés no FIFE de Florianópolis. Além dele, Leyna Lopes Lobato e Lauro Saldanha ganharam as inscrições para o FIFE 2020 - sem hospedagem.

Dia 11 de abril (quinta-feira)

O Diretor Executivo do CIEDS e doutor em Ciências Políticas e Relações Internacionais no IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro), Fabio Muller, deu início à programação do segundo dia do FIFE 2019. Em sua palestra "Engajamento cívico e governança no universo das organizações da sociedade civil", ele falou um pouco sobre a sua missão à frente da OSC e da importância de todo ser humano se engajar com causas sociais como propósito de vida. "Queremos criar uma rede de prosperidade e de confiança no futuro. Se eu não acreditar que o amanhã pode ser melhor, a democracia para e a vida acaba. Qual o nosso papel como cidadão ou gestor para retomar a confiança no futuro?", questiona o dirigente.

Um dos pontos altos da apresentação foi quando Muller fez uma reflexão. "Nossos projetos dão autonomia para as pessoas prosperarem ou estamos deixando-as cada vez mais dependentes de nós?" O público aplaudiu em concordância com o palestrante, afinal, projetos e organizações sociais não podem funcionar como manobras políticas.

Na sequência, o executivo Sergio Lopes não fez uma palestra no FIFE 2019. Ele deu uma aula! Lopes aproveitou seus anos como gestor de RH para ministrar a palestra "Inovação na Gestão de Pessoas: como reconhecer e aproveitar os talentos de cada um?" e deu dicas que permeiam o mundo corporativo, mas que se aplicam perfeitamente à realidade das OSCs.

Como principal ferramenta para gestão de pessoas, Sergio indicou o feedback. A troca de informações, análises e perspectivas entre líderes e colaboradores é fundamental para o desenvolvimento de talentos. "É a oportunidade de perceber as reações dos outros. Para isso é necessária a escuta ativa. Durante a conversa é preciso estar embasado em fatos e dados para que o entendimento seja alcançado. Saiba dos impactos e consequências sobre essa conversa para que as pessoas entendam que as trocas fiquem na esfera profissional e não há nada de pessoal na conversa". Você ou sua OSC estão aplicando o feedback com a equipe? É hora de ouvir e ser ouvido.

Depois do Sergio, Leonor Sá Machado, CEO da TheBridgeGlobal, empresa africana com sede em Angola especializada na criação, desenvolvimento e implementação de projetos de Educação para a Cidadania, abrilhantou a manhã do FIFE 2019. Com o tema "Experiências do continente africano na construção da cidadania", ela cruzou o oceano para compartilhar boas práticas com os mais de 800 participantes do evento.

MELHORES ONGs DO BRASIL

Estão abertas as inscrições para a premiação das Melhores ONGs do Brasil, realizada pelo Instituto Doar, com apoio da Rede Filantropia. Gratuita para as associações sem fins lucrativos de todo o país, a ação tem como objetivo divulgar as ONGs brasileiras que mais se destacam pela transparência e gestão em suas ações. Dividido em duas fases, o calendário de inscrição apresenta: do dia 10 de abril ao dia 10 de junho a primeira fase das inscrições, e em julho, a divulgação dos resultados da fase 1. No dia 3 de agosto as inscrições da segunda fase, e em setembro o processo de seleção da fase 2. Em novembro, o evento de celebração e lançamento do Guia das Melhores ONGs.

A seleção das Melhores ONGs é feita baseada na pontuação geral após avaliação dos cinco temas propostos. São eles: causa e estratégia da atuação; representação e responsabilidade; gestão e planejamento; estratégia de financiamento; comunicação e prestação de contas. Importante: as inscrições poderão ser feitas até as 23h59 (horário de Brasília) do último dia de cada fase. Para se inscrever, acesse: *www.melhores.org.br*.

"O Brasil tem muito mais infraestrutura para atuar no Terceiro Setor, se comparado com a África. Por lá, algumas empresas não são legalizadas e não pagam impostos, logo não é fácil arrecadar fundos. Promovemos a educação para a cidadania por meio da sensibilização cívica", analisa a executiva. Baseada nisso, Leonor apresentou três projetos realizados em Angola pela TheBridgeGlobal. São eles: Sensibilização para Pagar Impostos; Incentivo para Registro Eleitoral; e Capacitação de Professores Primários. Após a palestra de Leonor, podemos afirmar que, se a Filantropia Estratégica ainda engatinha no Brasil, em Angola ela ainda é um embrião. "Vivemos realidades muitos distintas, mas não vamos desistir de captar recursos para promover um mundo melhor", finalizou a CEO.

A gente sabe que captar recursos é uma luta diária das OSCs do nosso Brasil! Mas, para ajudar a abrir a cabeça dos profissionais do Terceiro Setor que estiveram no FIFE 2019, o médico e professor Marcos Kisil ministrou a palestra "Fontes Não Tradicionais de Recursos para as Organizações da Sociedade Civil". Quem compareceu ao evento recebeu um mar de informações e dicas, mas selecionamos algumas para destacar. Já pensou que multas e ativos de corrupção podem ser captados como recursos? É isso mesmo! Só depende da boa vontade política e judiciária do nosso país. Alguns lugares onde é possível olhar com cautela são: ativos roubados (corrupção, penalidade e multas); termos de ajustes de conduta (Samarco); acordos de leniência; e multas como punição legal (Petrobras). Após essa impecável apresentação, os *fifeiros* se dirigiram para a programação da tarde.

Dia 12 de abril (sexta-feira)

Se pudéssemos resumir em uma palavra o último dia do FIFE 2019, ela seria: EMOÇÃO. Os olhos dos participantes

MAPA DAS OSCs

IPEA incentiva ONGs a se cadastrarem em Mapa das OSCs

Durante a sexta edição do Fórum Interamericano de Filantropia Estratégica – FIFE 2019, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) incentivou ONGs de todo o Brasil a se cadastrarem no Mapa das Organizações da Sociedade Civil. A coordenadora do projeto, Janine Mello dos Santos, subiu ao palco do FIFE para apresentar comentários e análises gerais sobre a pesquisa e destacou, ainda, a importância da participação das Organizações Sociais nesses estudos, por meio do envio periódico de dados para atualização constante.

O estudo "Mapa das Organizações da Sociedade Civil", que destaca o registro de aproximadamente 820 mil ONGs cadastradas no Brasil, é uma ferramenta que encontra, por georreferenciamento, organizações em todo o território nacional, e que vem sendo constantemente aprimorada, dispondo de funcionalidades que também ajudam a captar recursos por meio de editais e chamadas públicas ou privadas.

Para mais informações, acesse *www.mapaosc.ipea.gov.br*.

LINHA DO TEMPO

FIFE 2014

Natal (RN)

240 participantes

FIFE 2015

Gramado (RS)

480 participantes

FIFE 2016

Fortaleza (CE)

610 participantes

FIFE 2017

Foz do Iguaçu (PR)

550 participantes

HOMENAGEM AOS FIFEIROS

Olha só que fofura o sorriso da dona Luiza Cordeiro. Ela é uma pessoa extremamente querida para a Rede Filantropia e frequenta o FIFE desde a sua primeira edição. Em 2018, em Recife, ela nos ajudou – e muito! - para que nosso evento fosse um sucesso. A gente escolheu a irmã Luiza para homenagear todos os profissionais do Terceiro Setor que acreditam em um mundo melhor. Ela é a cara da Filantropia. Obrigado por existir e fazer parte da nossa história!

ficaram marejados logo nos primeiros minutos da programação. Uma imagem vale mais que mil palavras, correto? Com o tema "Vídeos que mobilizam: estratégias para engajar e viralizar a sua causa", Marco Iarussi e Tatiana Vadiletti falaram aos *fifeiros* sobre a importância de explorarem as causas das OSCs em diferentes formatos.

Idealizadores do "Curta a Ideia - Luz, Câmera e Coração", produtora de vídeos que promove empreendedores com causa, o casal também é responsável pelo Gerando Bondade, movimento que foi responsável pela maior campanha solidária da internet em 2016, iniciativa selecionada pelo Fórum Global de Ética e Inovação Social, no Marrocos/2016.

Marco e Tatiana mostraram diversas campanhas que eles produziram para diferentes causas ao redor do mundo. A plateia ficou extremamente tocada e emocionada. "As pessoas estão em busca de propósito e transformação. Nós podemos promover essas mudanças! Em terra de inteligência artificial, quem emociona é rei. Precisamos focar em inteligência emocional para engajar de verdade. Nosso propósito é levar bondade para a população e é na simplicidade que a gente consegue se conectar", concordam os palestrantes no palco. Para conhecer mais sobre os trabalhos desses seres humanos incríveis acesse *www.gerandobondade.com.br*.

Depois deles, foi a vez da gerente do Instituto Algar, Carolina Toffoli, apresentar um case incrível de voluntariado empresarial e deixar todos com o coração na boca. Para resumir parte do trabalho que a organização desenvolve, Carolina apresentou um vídeo de uma senhora que foi adotada aos 70 anos de idade por uma mulher de 40. O vídeo pode ser encontrado no YouTube no canal do instituto. O Grupo Algar investe em programas sociais voltados à comunidade, com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade da educação brasileira. Essa decisão da Algar é operacionalizada, desde 2002, pelo

FIFE 2018

Recife (PE)

650 participantes

FIFE 2019

Rio de Janeiro (RJ)

882 participantes

Florianópolis (SC)

Esperamos por vocês!

Instituto Algar, o órgão responsável por coordenar e dar as diretrizes de todas as ações educacionais, ambientais e culturais do Grupo Algar. A decisão de criar o Instituto Algar fortaleceu as empresas, além de permitir a identificação de oportunidades que gerem valor para a sociedade, sempre girando em torno de uma causa comum: a sustentabilidade. Para saber mais acesse www.institutoalgar.org.br.

Após a emocionante fala de Carolina Toffoli, Sheila de Carvalho, coordenadora de Práticas Empresariais do Instituto Ethos, organização de responsabilidade social corporativa que atua há 20 anos com a missão de fazer negócios mais sustentavelmente responsáveis, subiu ao palco do FIFE para falar sobre "Equidade de Gênero e Agenda 2030: Desafios e Estratégias para Ação".

"Mudanças estruturais não acontecem passivamente. Precisamos adotar políticas e práticas para romper a desigualdade de gêneros. Na prática, isso não é fácil. Estudos mostram que a equidade tende a acontecer em 95 a 100 anos. Hoje, só temos 0,02% de mulheres negras em cargos de liderança em empresas, por exemplo", pontuou Sheila.

Além das análises do mercado, ela também apresentou estratégias de ação que estão promovendo a equidade de gênero no Brasil. Para conhecer mais sobre o trabalho do Instituto Ethos acesse www.ethos.org.br.

Para encerrar com chave de ouro a programação do FIFE 2019, Ana Cardoso, jornalista, escritora e autora de quatro livros, entre eles o best-seller *A Mamãe é Rock* e o guia para a adolescência *A Mamãe é Punk*, subiu ao palco para contar a sua história à frente de iniciativas sociais. Ela, que também é fundadora do projeto cultural Bonne Chance, consultora na startup Canal Bloom e colunista na revista Pais&Filhos e na Revista Donna do jornal Zero Hora, explorou a sua história e também as causas que ela engaja no sul do país. "No Brasil, nosso problema não é produzir riquezas, mas, sim, distribuir. Não basta ajudar com dinheiro, trabalho e boa vontade. É preciso educar, formar, ensinar e reaprender", concluiu.

E assim terminou o FIFE 2019. Cheio de boas histórias e com muito compartilhamento de sabedoria para que, juntos, possamos promover um mundo melhor. Já está com saudade do FIFE? Calma! Florianópolis está logo ali. Para se inscrever, acesse *www.fife.org.br*.

Veja quem apoiou a realização do FIFE em 2019!

Realização

FILANTROPIA

Patrocínio Prata

Cargill

Fundação Cargill

Patrocínio Bronze

AUDISA

Instituto Bancorbrás

CRIANDO

FenaCap

Instituto Algar

International School

FEMAR

Blois & Oliveira

humentum

LIMA&REIS

Omie

R&R

WK Sistemas

CRIANDO
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Empresa B Certificada

QUAL O CAMINHO PARA MOBILIZAR RECURSOS PARA SUA ORGANIZAÇÃO?

QUEM SOMOS

A Criando presta serviços para Organizações da Sociedade Civil e Negócios Sociais que queiram participar ativamente do desenvolvimento cultural e socioambiental.

SERVIÇOS

- PLANO ESTRATÉGICO DE MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS
- ELABORAÇÃO DE PROJETOS
- ESTATUTOS E CERTIFICAÇÕES
- INCENTIVOS FISCAIS
- CRIAÇÃO DE INDICADORES
- CURSOS E OFICINAS
- INVESTIMENTO SOCIAL PRIVADO

CONTATE-NOS

(11) 982-083-790 www.criando.net michel@criando.net

PROTESTO EM CARTÓRIO

Levantamento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional revelou que a União recuperou gratuitamente, via cartórios de protesto, mais de R$ 1,2 bilhão em dívidas não pagas por contribuintes brasileiros em 2018. Esse valor foi 44% maior que o arrecadado em 2017. Desde 2013, quando a PGFN iniciou esse tipo de procedimento, já foram restituídos R$ 2,44 bilhões aos cofres públicos federais. Entre as principais dívidas não pagas levadas a protesto estão as relacionadas ao recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Física e da Jurídica, FGTS, PIS e Cofins. Para chegar ao cartório, essas dívidas precisam antes ser inscritas na Dívida Ativa, passando a ser chamadas de Certidões de Dívida Ativa (CDA). Em razão da efetividade do protesto em cartório, a União aumentou sucessivamente o teto dos títulos que podem ser protestados, chegando hoje a até R$ 1 milhão. Já no estado de São Paulo, de 2012 até outubro de 2018, foram recuperados mais de R$ 4,4 bilhões em dívidas por meio dos cartórios de protesto, segundo a Procuradoria Geral do Estado (PGE-SP).

www.diariodonordeste.com.br

AUTENTICIDADE DE DOCUMENTOS

O contador da parte interessada poderá declarar a autenticidade de cópias de documentos apresentados a registro nas Juntas Comerciais, mediante a Declaração de Autenticidade, segundo a Instrução Normativa nº 60/2019, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, publicada no *Diário Oficial da União* de 30 de abril. A mesma facilidade vale para advogados. A IN nº 60 considera advogado ou contador da parte interessada o profissional que assinar o requerimento do ato levado a registro. Juntamente com a Declaração de Autenticidade, ficou estabelecida que deve ser apresentada cópia simples da carteira profissional. Entre as considerações para a abertura dessa permissão estão o princípio da boa-fé na relação entre o Estado e as empresas; a necessidade de simplificação e desburocratização do registro de empresas; e a redução da possibilidade de fraudes e de aumento da penalização dos responsáveis em caso de sua ocorrência.

www.fenacon.org.br

SERVIÇOS DE CPF

Até novembro deste ano, os cartórios e as demais serventias de registro civil do todo o país devem começar a oferecer aos cidadãos diversos serviços relativos ao CPF, como a pesquisa do número de inscrição ou alteração dos dados cadastrais. A novidade será possível graças a um convênio firmado entre a Receita Federal e a Associação dos Registradores de Pessoas Naturais (Arpen-BR), e consta da Instrução Normativa RFB nº 1.890/2019. Para fins de sustentabilidade dos serviços, as serventias poderão cobrar do solicitante uma tarifa de conveniência de até R$ 7,00. Os principais serviços permanecem gratuitos: inscrição no CPF realizada na lavratura do registro de nascimento e cancelamento no caso de óbito. Será disponibilizada a alteração gratuita de nome por ocasião do registro de casamento. Os atos de inscrição, alteração de dados cadastrais e emissão de comprovantes continuam disponíveis, gratuitamente, no site da Receita Federal.

http://receita.economia.gov.br

INSS DIGITAL

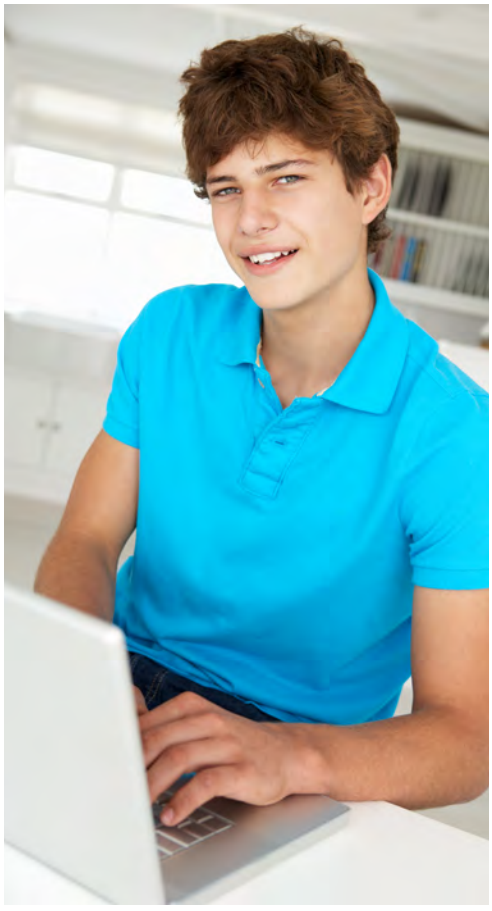
Até julho, todos os serviços relacionados à Previdência Social serão acessados apenas por canais digitais e eletrônicos e pelo número de atendimento telefônico 135. O segurado só terá necessidade de ir à agência em caso de exigência específica, como na complementação de documentação ou para fazer perícia para auxílio-doença, com agendamento pela Internet. Ao todo, 90 serviços serão digitalizados, entre os quais a solicitação de aposentadoria por tempo de contribuição, o recebimento de salário-maternidade, a obtenção de extrato de pagamento de benefício e a geração de guia da Previdência. Os serviços poderão ser acessados no site do instituto ou pelo aplicativo Meu INSS.

http://agenciabrasil.ebc.com.br

EDUCAÇÃO FISCAL

A Receita Federal lançou seu novo portal de Educação Fiscal, desenvolvido para ajudar o contribuinte a entender os aspectos da função social do tributo, distribuição de renda e elemento de Justiça coletiva. Ao mesmo tempo, a ferramenta visa dar mais transparência ao tema e divulgar as principais ações realizadas no órgão governamental. No portal são apresentados os principais projetos na área – Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF); Conheça a nossa Aduana; Projeto Destinação; Autoatendimento Orientado. O espaço foi completamente redesenhado para ser mais atrativo. Além de informações sobre os projetos, a página também apresenta jogos, publicações, informações sobre destinação de mercadorias apreendidas e sites de interesse.

http://receita.economia.gov.br



ANTES DOS 16 ANOS

Criado a partir do cumprimento a uma ação civil pública, ofício-circular conjunto do INSS permite aceitar como tempo de contribuição o período trabalhado antes dos 16 anos. Esse tempo será incluído no cálculo da aposentadoria, passando a ser feito administrativamente e em nível nacional. Para o pedido ser aceito, o contribuinte deverá apresentar o mesmo tipo de comprovação exigida para os segurados maiores de 16 anos. A medida produz efeitos para benefícios com entrada a partir de 19 de outubro de 2018. A alteração não vale para quem já está aposentado. Advogados especializados em Previdência argumentam, no entanto, que a principal dificuldade nesses casos será comprovar o vínculo empregatício, uma vez que o trabalho realizado por menores costuma ser informal. Já os trabalhadores rurais poderão apresentar notas fiscais ou uma declaração dos pais.

https://extra.globo.com

COMBATE AO ASSÉDIO MORAL

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) lançaram cartilha e vídeos de prevenção ao assédio moral. O material educativo faz parte da campanha "Pare e Repare – Por um Ambiente de Trabalho Mais Positivo". O objetivo é retratar, em linguagem simples, situações do cotidiano de trabalho que podem resultar em assédio moral. Em 2018, em torno de 56 mil ações desse tipo foram ajuizadas na Justiça do Trabalho. Mas o número pode ser maior, visto que muitas pessoas têm receio de denunciar práticas abusivas como essa. O material educativo aborda os diferentes tipos de assédio moral e retrata as situações mais comuns na rotina de trabalho. Os vídeos ilustram os quatro principais tipos de assédio moral: vertical descendente (praticado por superior hierárquico), vertical ascendente (por subordinado ou grupo de subordinados), horizontal (entre colegas) e institucional (cometido pela própria organização).

O download da publicação pode ser feito em: http://twixar.me/YH5n

http://www.tst.jus.br

INSALUBRIDADE PARA GESTANTES

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria de votos, julgou procedente, em 29 de maio, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5938 para declarar inconstitucionais trechos de dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho inseridos pela reforma trabalhista que admitiam a possibilidade de trabalhadoras grávidas e lactantes desempenharem atividades insalubres em algumas hipóteses. Para a maioria dos magistrados, a expressão "quando apresentar atestado de saúde, emitido por médico de confiança da mulher", contida nos incisos II e III do artigo 394-A da CLT, afronta a proteção constitucional à maternidade e à criança. A ADI foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos.

http://www.tst.jus.br

REGISTRO NO CADASTRO ÚNICO

As pessoas que recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC) devem obrigatoriamente fazer a inscrição no Cadastro Único do governo federal para continuar a ter acesso ao recurso. O auxílio mensal, de um salário mínimo, é destinado aos cidadãos com deficiência ou acima de 65 anos que possuam renda familiar per capita de até um quarto do salário mínimo. O registro é obrigatório, e quem não regularizar a situação cadastral dentro do prazo pode ter o benefício suspenso. O calendário para a inscrição é baseado na data de nascimento do beneficiário. Para se cadastrar, é necessário procurar um Centro de Referência de Assistência Social (Cras) ou a prefeitura local. É necessário apresentar CPF e comprovante de residência. O registro também pode ser feito por um responsável familiar.

http://mds.gov.br

VIDEOAULAS DO FISCO

A Receita Federal lançou em seu canal, no YouTube, sete videoaulas, em que são apresentadas, de forma detalhada e didática, as ocorrências registradas e a sua forma de correção para que os novos contribuintes obrigados possam revisar suas informações e adotar os procedimentos corretos. Os títulos são: Sistema de Folha de Pagamento; Dados do Empregador; Tabelas do Empregador; Remuneração - Totalização e Cálculo das Contribuições dos Segurados; Tratamento de Suspensão - Processo Judicial; DCTFWeb - Confissão, pagamento e compensação; DCTFWeb - Confissão, pagamento e compensação.

http://receita.economia.gov.br

PJS IMUNES E ISENTAS

Publicada no *Diário Oficial da União* de 17 de maio e com o objetivo de simplificar as obrigações acessórias, a Instrução Normativa RFB nº 1.894/2019 alterou o valor-limite para dispensa da obrigatoriedade de apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) das pessoas jurídicas imunes e isentas. Assim, ficam dispensadas de apresentar a ECD as entidades que auferirem, no ano-calendário, receitas, doações, incentivos, subvenções, contribuições, auxílios, convênios e ingressos assemelhados cuja soma seja inferior a R$ 4,8 milhões. O limite anterior era de R$ 1,2 milhão.

http://receita.economia.gov.br

PAGAMENTO DO SEGURO-DESEMPREGO

Foi prorrogado para 1º de janeiro de 2020 a exigência de que o pagamento do seguro-desemprego seja realizado apenas por meio de depósito em conta-corrente simplificada ou conta poupança da Caixa Econômica Federal, sem ônus para o trabalhador. A decisão foi tomada pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) e permite o ganho de tempo para a aplicação de melhores práticas aos procedimentos operacionais. A mudança afasta o risco de fraude no recebimento do benefício, principalmente nos casos em que o requerimento do seguro-desemprego é realizado totalmente pela Internet. O trabalhador poderá transferir o dinheiro para contas em outros bancos, sem custos. Atualmente, os pagamentos do seguro-desemprego são realizados em três modalidades – Cartão Cidadão, que permite saques em caixas eletrônicas e lotéricas; na própria agência, em espécie; e em crédito em conta.

www.caixa.gov.br

FILANTROPIA RESPONDE
CONSULTORIA PARA O TERCEIRO SETOR

POR

M.BIASIOLI ADVOGADOS

1 Uma fundação beneficente educacional que possui um estacionamento gratuito em suas dependências teve a ocorrência de um roubo em que a vítima pretende ressarcimento. Mesmo sendo o estacionamento gratuito, a entidade é responsável?

Caro leitor, a questão é objeto de acaloradas discussões nos tribunais superiores em nosso país. Entretanto, em decisão do STJ publicada em maio deste ano, a segunda seção daquela corte entendeu que "nos casos em que o estacionamento representa mera comodidade, sendo área aberta, gratuita e de livre acesso por todos, o estabelecimento comercial não pode ser responsabilizado por roubo à mão armada, fato de terceiro que exclui a responsabilidade, por se tratar de fortuito externo" (EREsp 1.431606-SP).

2 A instituição hospitalar filantrópica que administro pretende discutir judicialmente um registro de marca realizado por sua concorrente, ao entendimento que haveria um vício de legalidade no ato administrativo de concessão da marca, sendo que isso foi feito há seis anos pelo INPI. É possível ingressar com tal medida em juízo?

Prezado leitor, a Lei de Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96) prevê que o prazo máximo (prescricional) para declaração de nulidade de registro de marcas é de 5 anos (artigo 174). Há correntes que todavia sustentam a possibilidade de se discutir a qualquer tempo a nulidade de registro, no caso de vício de legalidade no ato de concessão, sob o fundamento da chamada teoria dualista das nulidades (atos nulos e anuláveis), pois atos administrativos contaminados por vício de legalidade poderiam ser invalidados a qualquer tempo pela Administração, em decorrência de seu poder de autotutela. Entretanto, recentemente o STF decidiu de forma contrária à referida tese, para afirmar que em qualquer hipótese, seja um ato nulo ou anulável, o prazo para ingressar com a ação judicial de nulidade de registro é de 5 anos. (REsp 1.782.024-RJ)

3 O sócio que saiu da instituição pode responder por eventuais reclamações trabalhistas?

Caro leitor, sim, o sócio retirante pode responder após a sua saída da instituição, como está previsto no art. 10-A da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A responsabilidade se restringe ao período em que atuou como sócio, sendo que ele somente responderá em ações ajuizadas até dois anos da saída do funcionário.

Importante ressaltar que responderá primeiro pela demanda trabalhista a empresa devedora, não sendo satisfatória, os sócios que estão na diretoria e, por fim, os retirantes.

4 Posso contratar um terceiro para exercer a atividade fim na minha entidade?

Prezado leitor, sim, é possível a contratação de terceirizado para exercer a atividade fim desde que este não tenha sido funcionário da instituição nos últimos 18 meses; é a chamada quarentena.

Observa-se que o terceiro deverá possuir as mesmas condições de trabalho dos funcionários registrados no regime CLT da instituição. Também deverá ser observado que ele só poderá prestar os trabalhos por um período de 180 dias, podendo ser prorrogado uma única vez por mais 90 dias.

Por fim, caso a entidade queira contratar novamente o trabalho desse terceiro, deverá respeitar o lapso de 90 dias a contar da data que findou o trabalho anterior, sob pena de ser caracterizado vínculo de emprego.

5 Prezados (as), sou Conselheiro de uma Fundação e visando ofertar maior transparência, confiabilidade e demonstrar aos nossos parceiros/doadores o bom desenvolvimento de controle interno, gostaria de saber se as práticas de Governança Corporativa também são aplicáveis às fundações privadas? Desde já agradeço!

Resposta: Sim, é perfeitamente cabível e até desejável a aplicação de normas de boa Governança Corporativa, vez que é muito bem visto aos olhos dos *stakeholders* do Terceiro Setor (inclusive o Poder Público) uma gestão de excelência com transparência, equidade e prestação de contas responsável.

Nesse cenário, a título de exemplo, há dois guias que podem ser aplicados às fundações, por exemplo, quando da elaboração de seu Estatuto Social, Regimentos Internos, Controles Internos e práticas cotidianas: (i) Guia das Melhores Práticas de Governança para Institutos e Fundações Empresariais, elaborado pelo Instituto Brasileiro de Governança Coorporativa (IBGC) em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), e (ii) Guia das Melhores Práticas para Organizações do Terceiro Setor: Associações e Fundações (IBCG).

A recomendação é que seja feita uma discussão pelo corpo diretivo das entidades do Terceiro Setor (associações, fundações, institutos, etc.), a fim de revisarem seus Estatutos Sociais, normas de Controles Internos e práticas atuais, objetivando aplicarem as normas previstas nos dois guias, de acordo com suas particularidades, mitigando qualquer conflito que poderá ser criado ante suas bases e princípios pétreos.

Fontes: Thais Jeniffer Rocha, Ricardo Curia Montemagni e Evandro Luis Desiderio, advogados da M.Biasioli Advogados.

A VEZ DA "MODA ÉTICA"

Em parceria com grifes ou individualmente, ONGs geram trabalho e renda com a venda de artigos com forte pegada social

Independentemente da área de atuação, muitas organizações não governamentais têm apostado em produtos como roupas, calçados e acessórios, desde que tenham sido fabricados com matéria-prima sustentável, mão de obra regular e, preferencialmente, por pessoas da própria comunidade atendida.

Ao mesmo tempo, aumentou o interesse de grifes em associar seu nome a essas iniciativas, seja produzindo e revertendo parte das vendas para a ONG apoiada, ou patrocinando ações de qualificação profissional para o público-alvo das entidades.

Os itens costumam ser apresentados em lojas virtuais próprias ou em plataformas especializadas no Terceiro Setor. Há ONGs que vão ainda mais longe, conseguindo exposição a partir de parceria com varejistas em lojas físicas, a exemplo da Gerando Falcões, que recebe 10% do valor arrecadado com as **camisetas exclusivas "No Poser – Seja você mesmo"**, produzidas pela Polo Wear e vendidas nas 131 lojas da marca no Brasil.

Camiseta
Gerando Falcões
R$ 39,90

Com unidades em Poá (SP), Vila Prudente (zona leste da Capital paulista) e Maceió (AL), a ONG fundada pelo empreendedor social Edu Lyra atua em estratégia de rede, em periferias e favelas, com projetos focados em esporte e cultura para crianças e adolescentes, e qualificação profissional para jovens e adultos.

Organização social que também está se beneficiando da "moda ética", a paulistana Por-1-Sorriso tem tirado vantagem do ambiente virtual por meio da plataforma E-Shop Social, onde é possível encontrar itens como a **camiseta feminina "Beijos, Abraços e Sorrisos".**

Camiseta feminina
Por-1-Sorriso
R$ 79,90

A instituição promove ações principalmente em comunidades extremamente carentes e com pouco acesso à assistência, como populações ribeirinhas e indígenas, quilombolas, moradores do sertão nordestino, povoados em condição de miséria no continente africano e comunidades urbanas carentes.

Sediada no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, a ONG Pipa Social também tem conseguido ótimos resultados com a "moda ética", promovendo a qualificação profissional de empreendedores de baixa renda, inclusive dentro dos morros cariocas, com o objetivo de gerar transformação social.

Bolsa de Palha de Taboa
Pipa Social
R$ 200,00

A organização reúne e conecta esses talentos para a confecção de produtos criativos como roupas, bijuterias, linha para casa e acessórios, como a **Bolsa de Palha de Taboa**, feita de palha trançada em fibra natural de milho com finalização de flores confeccionadas em crochê. Além das vendas pelo site, a Pipa Social conta com duas lojas físicas.

LINKS: www.gerandofalcoes.com • por1sorriso.org • www.pipasocial.org.br

NEPOTISMO
E TERCEIRO SETOR

GUILHERME REIS

Vem crescendo a pretensão de alguns, na maioria das vezes, membros do Ministério Público, de enquadrarem as remunerações realizadas aos profissionais e dirigentes das organizações da sociedade civil (OSCs) nas limitações impostas pela Súmula 13, do Supremo Tribunal Federal.

A Suprema Corte editou a Súmula Vinculante 13:

"A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal."

De uma simples leitura, é possível afirmar que a súmula não se aplica às OSCs que compõem o Terceiro Setor. Afinal a regra do nepotismo destina-se à administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Além disso, a Súmula Vinculante 13 aplica-se aos casos de ocupação de cargos de livre nomeação e exoneração, o que, evidentemente, não ocorre no Terceiro Setor, pois não há que se falar em nomeação na iniciativa privada.

Guilherme Reis é advogado com atuação no Terceiro Setor - inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil – Seccionais Minas Gerais (182.006), Espírito Santo (10.983). Professor do curso de pós-graduação em direito e contabilidade para o Terceiro Setor da FBMG. É a autor do livro "Imunidade Tributária para o Terceiro Setor" e "Imunidade Tributária das Contribuições para o Terceiro Setor", lançados pela Editora Filantropia. Sócio do escritório LIMA & REIS Sociedade de Advogados - Especializado em Terceiro Setor.. Gusttavo Gonçalves é advogado da Lima & Reis Sociedade de Advogados.

Registre-se que o Código Civil dispõe que as pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado (art. 40).

As pessoas jurídicas de direito público são as seguintes: a União; os Estados, o Distrito Federal e os Territórios; os Municípios; as autarquias, inclusive as associações públicas; as demais entidades de caráter público criadas por lei (art. 41).

Por sua vez, o artigo 44 dispõe que:

"Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I - as associações;

II - as sociedades;

III - as fundações;IV - as organizações religiosas;

V - os partidos políticos;

VI - as empresas individuais de responsabilidade limitada."

Da referida disposição legal, é possível concluir que as OSCs, constituídas sob a forma de associação, fundação ou organização religiosa, são pessoas jurídicas de direito privado.

O fato de não haver disposição legal que altere sua personalidade jurídica em decorrência do recebimento de recursos públicos faz com que continue sendo uma pessoa jurídica de direito privado, regida em todos os seus atos pelas regras destinadas a essas pessoas jurídicas, mesmo que celebre parcerias com a Administração Pública.

Por consequência, não se pode admitir que as regras impostas à administração pública sejam as mesmas das OSCs pelo fato de receberem recursos públicos, pois, se assim fosse, qualquer pessoa jurídica de direito privado que receba recursos públicos estará sujeita às mesmas regras impostas à Administração Pública, até mesmo as pessoas jurídicas com fins lucrativos. Evidente que essa não é a vontade do legislador, ou estaria previsto na legislação.

Em nosso entendimento, não há vedação legal para a contratação de profissionais com vínculo de parentesco com os dirigentes estatutários ou não. O que se exige dessas contratações é que inexistam favorecimentos, por meio da contratação mediante pagamento em valores superiores ao de mercado ou remuneração desproporcional ao serviço prestado.

Temos visto que o Ministério Público, por meio do instrumento da recomendação, vem tentando impor a regra do nepotismo às OSCs.

No entanto, é necessário compreendermos a natureza jurídica disso, que é administrativa. O objetivo é apenas advertir ao destinatário que, havendo continuidade da conduta praticada, poderá ser adotada alguma medida judicial para o fim de sustar a prática da conduta em questão. Ou seja, tal recomendação não possui força vinculante, não é uma ordem judicial que necessita ser cumprida, por exemplo.

Gustavo Almeida, explica que:

"Não obstante, impende ressaltar que as recomendações (assim como as audiências públicas) não são autoexecutórias ou coercitivas, não obrigando diretamente o destinatário ao cumprimento do seu conteúdo, mas tão somente a sua resposta, muito embora, como já mencionado, sirva de clara advertência sobre as consequências jurídicas que poderão advir do seu desatendimento". (Gustavo Milaré Almeida, Poderes investigatórios do Ministério Público nas ações coletivas, n.° 4.2.5, p. 106.)

A Corte Suprema reconheceu inexistir caráter impositivo às recomendações do Ministério Público, declarando haver "*Ausência de caráter impositivo dos atos reclamados, o que afasta a necessidade de intervenção do Poder Judiciário a fim de obstar a produção de seus efeitos*". (Pleno do STF, AgRg na Rcl 4.907-PE, 11.04.2013, Rel. Min. Dias Toffoli, *DJE* 20.05.2013.). O STF afastou reclamação do Estado de Pernambuco, sob o argumento de que a recomendação feita pelo Ministério Público não obriga a Administração Pública, ou seja, não há vinculação ao cumprimento do teor da recomendação.Portanto, se não obriga a Administração Pública, não obriga a organização da sociedade civil.

O TCE/MT, respondendo a consulta que lhe foi formulada, assim se manifestou:

"Entende-se, ainda, que em convênios firmados com entidades privadas, as regras que visam impedir a ocorrência de nepotismo devem ser aplicadas, principalmente, nos casos em que os dirigentes ou empregados com poder de ingerência e influência dentro das entidades estejam vinculados aos agentes políticos que se investem na figura de concedentes. Nos casos em que existam empregados de Associações conveniadas à Administração e estes exerçam funções sem poder de gestão, ingerência e influência, não se vislumbra a possibilidade de benefícios indiretos ou de favorecimento. Assim, as regras de combate ao nepotismo, citadas alhures, devem ser cuidadosamente observadas, com o fito de buscar conter o ímpeto de quaisquer gestores públicos em favorecerem entidades privadas com a celebração de convênios, das quais seus dirigentes são cônjuge, companheiros ou parentes, para que estas desenvolvam ações na área de assistência social com a finalidade primordial de promovê-los politicamente em determinada região, visando angariar apoio político dos cidadãos assistidos pela entidade para sucesso em pleitos eleitorais. (TCE-MT, Processo nº 12.175-4/2011, Consulta nº 65/2011, Rel. Cons. Waldir Julio Teis).

A regra do nepotismo, quando aplicada às pessoas jurídicas privadas que compõem o Terceiro Setor, visa apenas impedir a celebração de parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil em que haja vínculo entre o gestor administrativo que autoriza ou concede a parceria e os gestores da OSC que irá celebrar a referida parceria.

Portanto, em nosso entendimento, essa regra não se aplica à contratação de funcionários pelas OSCs, ou seja, não há impedimento de contratação de funcionário que tenha vínculo de parentesco com algum dirigente estatutário ou não.

www.atn.org.br

O MUNDO DIGITAL NÃO FALA GREGO.

Não importa idade, formação, ou conhecimento: pra aprender TI, basta ter vontade. Em parceria com a Microsoft, a ATN fornece cursos gratuitos de tecnologia da informação.

Nenhum conhecimento prévio é necessário, mas pra quem quiser se aprofundar mais no assunto, os cursos vão do nível básico ao avançado.

VENHA FAZER NOSSOS CURSOS INTEIRAMENTE GRÁTIS. FALAR GREGO NÃO É PRÉ-REQUISITO.

61 3965-3399 61 98245-3507

/atnvirtual /atntelecentros

Microsoft

ATN

Terceiro Setor: esperança viva

FELIPE MELLO

Desde que eu comecei a minha jornada no Terceiro Setor, de forma mais cotidiana, em agosto de 2001, sempre gostei da expressão "sociedade civil organizada". Era a forma como eu gostava de compreender, e ainda gosto, a nuvem na qual as atividades do Terceiro Setor e de seus integrantes estavam inseridas.

Tantos anos depois, cada uma das palavras que compõem tal expressão me toca de forma mais complexa. E, por complexa, eu não quero dizer complicada, desajeita, difícil, apenas. Estou me referindo, em especial, ao conceito proposto por Edgar Morin, sociólogo francês. Para ele, a complexidade é uma alternativa à especialização em demasia, ou ainda, à simplificação e fragmentação de saberes. Complexidade em seu sentido etimológico latino, "aquilo que é tecido em conjunto".

Pois bem. Antes de tecer e entretecer as palavras que desejo desfragmentar, quero lembrar que, atualmente, considero o Terceiro Setor muito mais amplo que o território das organizações formalizadas, com CNPJ, estatuto, conselheiros e afins. Desejo compreender mais, participar mais e nutrir mais o espírito do Terceiro Setor, ou ainda, o espírito da sociedade civil organizada.

Ainda buscando acolhimento nas palavras de Morin, fica mais e mais notória a relevância das incertezas e das contradições, como partes da vida e da condição humana, assim como a relevância da solidariedade e da ética como caminhos para a organização dos seres e seus saberes.

Assim, como lição de casa interminável do Terceiro Setor, o fomento de uma sociedade com um conjunto mais lúcido de sócios, com direitos equitativos preservados, assim como deveres equitativos demandados. Também, com a defesa inalienável do diálogo, ainda que na divergência, como mantra de quem valoriza e defende a democracia. Quanto às intolerâncias e violências, que elas encontrem seus limites, ainda que na letra das leis, que preservam a humanidade de si mesma.

Sobre a civilidade, a vontade de fortalecimento, tanto no sentido ético cotidiano, nas atitudes, como também no afastamento da ideia rançosa e velha de militarização como solução. Penso que qualquer tentativa de revisão histórica deva ser combatida, com veemência, pelos integrantes do Terceiro Setor. O fato do questionamento da existência de uma ditadura militar no Brasil, entre 1964 e 1985, já é uma agressão à memória de colegas de outra época que, mortos, desaparecidos e torturados, abriram caminhos a fórceps, para que, hoje, pudéssemos agir com mais liberdade, em nome de nossas causas.

E que o Terceiro Setor se organize, mais e melhor, para ajudar a sociedade civil a se organizar, mais e melhor. Por organização, volto à garantia de direitos e à preservação de conquistas que, recentemente, começaram a sofrer ataques severos. Que o Terceiro Setor ajude a proteger o direito de manifestação. Que o Terceiro Setor ajude a proteger a diversidade humana. Que o Terceiro Setor ajude a proteger o meio ambiente. Que o Terceiro Setor ajude a proteger a educação pública. Que o Terceiro Setor ajude a proteger as relações internacionais. Que o Terceiro Setor ajude a proteger a pluralidade partidária. Que o Terceiro Setor ajude a proteger os poderes constitucionais. Que o Terceiro Setor ajude a proteger as minorias e o direito à vida.

O Brasil é complexo, também, no sentido de complicado e difícil. Mais um motivo para o abraço ao conceito do sociólogo francês, em busca de juízo para preservar a possibilidade de tecermos, juntos. Para a invenção conjunta de caminhos que permitam a fuga da ignorância e das pretensões de verdades absolutas. Que venham menos pontos finais e mais vírgulas, menos caneladas e mais compreensão e conhecimentos diversos, humanos.

O Terceiro Setor das minhas ideias e sonhos – hoje, fragilizado por tanto silêncio de tantos de nós – é, para mim, a esperança viva do mestre Paulo Freire, quando ele diz que "num país como o Brasil, manter a esperança viva é em si um ato revolucionário."

Felipe Mello é radialista, palestrante e diretor da ONG Canto Cidadão, fundada para produzir e democratizar informações sobre cidadania e direitos humanos.

CAPTAÇÃO 2019

Quarta Imersão Avançada em
Captação e Gestão de Recursos

23 a 27 Set
Sorocaba • SP

40 HORAS

Cinco dias que sobre planejamento, estruturação e implantação de ferramentas para aprimoramento e ampliação da captação de recursos de organizações sociais, culturais e ambientais.

Em sua quarta edição, o **CAPTA 2019 - Imersão Avançada em Captação de Recursos** é um treinamento imprescindível para que Projetos Sociais de qualquer área ampliem horizontes sobre a melhor maneira de mobilizar parceiros, doadores e patrocinadores, além de conhecer um leque gigantesco de ferramentas para financiar suas ações e sua manutenção.

Em **40 horas de aulas teóricas**, muita prática, exercícios individuais e em grupo, vivências e oficinas ministradas pelos melhores especialistas em captação de recursos, o treinamento proporcionará muita interação e troca de experiências entre os participantes.

Coordenação Pedagógica:
Marcio Zeppelini e
Thaís Iannarelli

Realização
FILANTROPIA

Inscreva-se:
filantropia.ong/captacao

SAO®

Sistema de Apoio a **ONGs**

Em um cenário onde gerenciar processos e departamentos, mantendo a organização e interação entre os setores de uma instituição, e, ainda arrecadar de forma consistente e eficaz, parece missão "quase impossível", apresentamos o SAO - Sistema de Apoio a ONGs - ferramenta totalmente on-line, que tem como objetivo, automatizar os processos do terceiro setor, apoiando os gestores em planejamentos e análises de decisões estratégicas por meio de painéis e relatórios.

Entre suas principais funcionalidades estão:

- **Envio de recibos de doações por e-mail;**
- **Prestação de contas via app "SAO Rotas" ou sistema Web;**
- **Controle de ligações (Call Center);**
- **F2F (captação direto com as pessoas via App);**
- **Página de doações;**
- **Sistema completo de ligações integrando toda a ONG;**
- **Módulo SOCIAL/EDUCACIONAL que controla todos assistidos/alunos de sua ong.**

UM NOVO TEMPO PARA SUA ONG

Rua dos Marmelos . 97 . Vila Clóris
BH/MG . Cep: 31.744-093
www.saosistemas.ong
contato@saosistemas.org.br

Faça já seu orçamento!

(31) 3459-3030